

Dieison Prestes da Silveira
Fábio César Junges
Pedro Henrique Baiotto Noronha
(Organizadores)

Anais da II Mostra de Trabalhos em Práticas Socioculturais



EXPEDIENTE

Copyright © 2019 Universidade de Cruz Alta
Organização: Fábio César Junges, Pedro Henrique Baiotto Noronha, Dieison Prestes da Silveira
Diagramação: Fábio César Junges
Capa: Tiago Beck
Revisão: Os autores

*Comissão Editorial da Universidade de Cruz
Alta - UNICRUZ*

Coordenação

Ma. Nara da Silva Marisco

Membros

Dr.^a. Aline Alves da Silva
Ma. Fátima Barasuol Hammarstron
Dr.^a. Luciana Paim Pieniz
Dr.^a. Maria Denise Justo Panda
Dr.^a. Marília De Rosso Krug
Dr. Tiago Anderson Brutti
Dr.^a. Veronice Mastella da Silva

Bibliotecária

Eliane Catarina Reck da Rosa

Assistente da PRPGPE / Comissão Editorial

Mariane de Jesus Anacleto

*Comitê Científico da Mostra de Trabalhos em
Práticas Socioculturais*

Dr. Antonio Escandiel de Souza
Dra. Carla Rosane da Silva Tavares Alves
Dr. Diego Pascoal Golle
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles
Dr. Fábio César Junges
Dr. Marcelo Cacinotti Costa
Dra. Patrícia Dall'agnol Bianchi
Dra. Sirlei de Lourdes Lauxen
Dra. Solange Beatriz Billig Garcês
Dr. Tiago Anderson Brutti
Dra. Vaneza Cauduro Peranzoni
Dra. Vânia Maria Abreu de Oliveira

M916a Mostra de Trabalhos em Práticas Socioculturais (2: 2019: Cruz Alta, RS)

Anais [recurso eletrônico] da II Mostra de Trabalhos em Práticas Socioculturais. /Organizadores: Fábio César Junges; Pedro Henrique Baiotto Noronha; Dieison Prestes da Silveira. – Cruz Alta/ RS: Unicruz - Centro Gráfico, 2019.

ISBN 978-85-87661-62-3

1. Seminário – ensino. 2. Pesquisa – seminário. 3. Extensão – seminário. I. Junges, Fábio César. II Noronha, Pedro Henrique Baiotto III. Silveira, Dieison Prestes da. IV. Universidade de Cruz Alta – Unicruz. Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Mestrado. V. Título.

87661

CDU 316(063)

Catálogo: Bibliotecária Eliane Catarina Reck da Rosa CRB-10/2404

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5.6 - Parada Benito
Cruz Alta - Rio Grande do Sul - CEP 98005-972 - 55 3321-1500



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MESTRADO

Fundação Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
Enedina Maria Teixeira da Silva - Presidente

Reitora

Prof^a Patrícia Dall'Agnol Bianchi

Pró-Reitora de Graduação

Prof^a Solange Beatriz Billig Garces

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof. Diego Pascoal Golle

Pró-Reitor de Administração

Prof. Carlos Eduardo Moreira Tavares

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Prof. José Ricardo Libardoni dos Santos

Coordenadora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

Prof^a Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Coordenador Adjunto do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

Prof. Antonio Escandiel de Souza



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
NORONHA, Pedro Henrique Baiotto	
SILVEIRA, Dieison Prestes da	
TEXTOS COMPLETOS.....	9
GENEALOGIA PUNITIVA DO FEMININO E A PERENIDADE DA VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	10
DURIGON, Luís Gustavo	
NARRATIVA DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DO “NORMAL”: ENUNCIADOR DE NOVOS MODOS DE SER/EXISTIR.....	18
WISNIEWSKI, Gustavo	
DUARTE, Andrea Fricke	
AS (NOVAS) CONCEPÇÕES DEMOCRÁTICAS: UMA VISÃO SISTÊMICA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	24
HARTMANN, Gabriel Henrique	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONFRONTANDO A REALIDADE COM O DESEJO DE REALIZAR	34
ROYER, Fernanda Isabel	
CAMARGO, Maria Aparecida Santana	
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO DIREITO DO TABALHO	41
CONCEIÇÃO, Dandara Roberta Soares	
PORTELA, Eduarda Mello	
SILVA, Luiza Heider Salles da	
COSTA, Marcelo Cacinotti	
INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DIGITAL DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS..	50
QUINZZANI, Elisiane Guntze	
LAUXEN, Sirlei Lourdes	
BIANCHI, Patrícia Dall’Agnol	
GARCES, Solange Beatriz Billig	



IDENTIDADE E DIFERENÇA SOB A PERSPECTIVA DOS CORPOS TRANS: POSSIBILIDADES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL	61
FRAGA, Lucimary Leiria	
HAHN, Noli Bernarndo	
SANTOS, André Leonardo Copetti	
MACHISMO DE CADA DIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE COMPLEXA: UM OLHAR NA PERSPETIVA DOS DIREITOS HUMANOS.....	64
RODRIGUES, Marielen Laís Lima	
HAHN, Noli Bernardo	
ABORDAGENS FILOSÓFICAS SOBRE A CIÊNCIA, A VIDA E A NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE.....	81
MELO, Jonathan Dalla Rosa	
COSTELLA, Elesandra Maria da Rosa	
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA IDOSA NO LAR DE IDOSOS TABEA NO MUNICÍPIO DE PANAMBI – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	92
SANTOS, Vaneza Lima dos	
LAUXEN, Sirlei de Lourdes	
OLIVEIRA, Vânia Maria Abreu de	
MERA, Claudia Maria Prudêncio de	
<i>RESUMOS EXPANDIDOS</i>	100
A MÚSICA ERUDITA COMO TEMA DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	101
SILVELLO, João Pedro de Carvalho	
ANTUNES, Fabiana Ritter	
LOPES, Fátima Terezinha	
CPERS – UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO 1979 - 1984	105
PEREIRA, Lisiane Beltrão	



A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO GEOPARQUE CAÇAPAVA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MULHERES ARTESÃS DE CAÇAPAVA DO SUL (RS, BRASIL)	110
SAVIAN, Carla Pizzuti	
SILVA, Elisângela Lopes da	
BORBA, André Weisseheimer de	
A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: DO ASSUJEITAMENTO A EMANCIPAÇÃO.....	115
SALGADO, Graciela da Silva	
NICOLODI, Adelita	
LAUXEN, Sirlei de Lourdes	
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO DE CRUZ ALTA	119
VIEIRA, Camila Kuhn	
SILVA, Carine Nascimento da	
BIANCHI, Patrícia Dall’Agnol	
PERANZONI, Vaneza Cauduro	
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL	124
SILVA, Marielle Machada da	
BULLYING NO ENSINO SUPERIOR: COMPREENDENDO OS FENÔMENOS SOCIOEDUCATIVOS	128
SILVA, Carine Nascimento da	
VIEIRA, Camila Kuhn	
PERANZONI, Vaneza Cauduro	
CINOTERAPIA E EQUOTERAPIA COMO MOTIVADORA E FACILITADORA DO PROCESSO TERAPÊUTICO E DE INCLUSÃO SOCIAL	133
SILVA, Carine Nascimento da	
VIEIRA, Camila Kuhn	
PERANZONI, Vaneza Cauduro	
EPISTEMOLOGIA ECOFEMINISTA: A POLÍTICA SEXUAL DA CARNE E A TEORIA FEMINISTA-VEGETARIANA DE CAROL ADAMS.....	138
DIOTTO, Nariel	
BRUTTI, Tiago Anderson	
DISCONZI, Nina Trícia	



ANIMAIS NÃO HUMANOS: O RECONHECIMENTO DO STATUS JURÍDICO *SUI*
GENERIS AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS..... 143

ROYER, Fernanda Isabel

DIOTTO, Nariel

KEITEL, Ana Luísa Moser

LONDERO, Pablo Renan da Silva

SOARES, Etyane Goulart

ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares



APRESENTAÇÃO

NORONHA, Pedro Henrique Baiotto

SILVEIRA, Dieison Prestes da

Esta publicação resulta da II Mostra de Trabalhos em Práticas Socioculturais, que integrou o VI Simpósio de Práticas Socioculturais, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. O evento, atualmente consolidado no calendário acadêmico como um espaço de fomento à pluralidade de ideias, tem como principal objetivo fazer propagar o conhecimento produzido nos grupos de pesquisa congregadores de docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares com foco em desenvolvimento social, a fim de aprofundá-lo na interlocução com os pares.

A II Mostra de Trabalhos em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social promoveu o debate e a socialização de pesquisas da Universidade de Cruz Alta e de outras Instituições de Ensino Superior, por meio de cinco Grupos Temáticos em Práticas Socioculturais: linguagens e artes, saúde, educação, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Os trabalhos publicados nos Anais da II Mostra de Trabalhos em Práticas Socioculturais objetivam uma discussão constante sobre tais Grupos Temáticos, pois: a) as diversas manifestações da linguagem e da arte na sociedade precisam de um olhar diferenciado, visto que estão presentes na construção identitária dos sujeitos e perfazem as Práticas Socioculturais; b) devido às diversas patologias existentes, as pesquisas na área da saúde necessitam de um constante debate e troca de conhecimentos com a sociedade, contribuindo com o câmbio de saberes sociais; c) a educação, sendo uma prática sociocultural, auxilia na formação crítica, reflexiva e humana dos sujeitos. Portanto, socializar experiências e vivências em ambientes educacionais reflete na polissemia de saberes e na construção do conhecimento; d) as temáticas ambientais e a necessidade de mudança no modo de pensar e agir da sociedade instigam a busca por novas respostas a problemas de ordem ambiental. Sendo assim, vê-se necessário intensificar as pesquisas na área ambiental; e) é imprescindível o estímulo à formação de uma cultura em prol dos direitos humanos, tendo em vista a existência de discrepância entre as conquistas obtidas no plano normativo após as grandes guerras mundiais e as dificuldades vivenciadas pelas nações e pelos povos no intuito de obter uma real efetivação de direitos.

Concluimos esta apresentação com o desejo de uma boa leitura, e que as discussões e pesquisas aqui representadas possam estimular novos questionamentos, conexões e investigações científicas.



TEXTOS COMPLETOS

Os Trabalhos Completos que integram esses Anais são de autoria de professores e estudantes, cuja originalidade foi conservada, inclusive no que se refere à metodologia empregada. Os autores assumem a responsabilidade pelo conteúdo de seus textos.



GENEALOGIA PUNITIVA DO FEMININO E A PERENIDADE DA VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

DURIGON, Luís Gustavo¹

Resumo: O presente artigo tem por finalidade estabelecer algumas reflexões de ordem histórica, penal, processual, hermenêutica e constitucional a respeito da perenidade da punição do feminino, sobretudo relacionado aos sistemas de controle. A partir de incursões não lineares relacionadas ao sistema inquisitivo, busca-se refletir por que existe na contemporaneidade a permanência da violência contra a mulher. Nesse sentido, denuncia-se a precariedade da norma penal incriminadora servir como fonte de inibição delitiva, ainda que a mesma tenha a sua importância no universo normativo. Objetiva-se identificar a manutenção dessa matriz punitiva e violenta, culminando com a necessidade de mudança do paradigma sociocultural e político para o (re)nascimento das ideias de igualdade e liberdade.

Palavras-chave: Feminino. Violência. Perenidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo estabelece algumas reflexões não totalitárias e genealógicas a respeito da punição do feminino como técnica de controle, sobretudo relacionado ao sistema inquisitivo historicamente concebido.

Paralelo a isso, apresentam-se algumas problemáticas contemporâneas voltadas a perpetuação da violência contra a mulher e da dificuldade dos Estados Democráticos adquirirem a plenitude de seus ideais de igualdade em relação a temática.

Nesse sentido, questiona-se porque a condição sociocultural da mulher - que nas últimas décadas vem merecendo destaque libertário - ainda não adquiriu força política para inibir as práticas violentas que as mesmas continuam a sofrer.

Assim, o objetivo principal da presente pesquisa, dentre outros que podem ser diagnosticados ao longo do texto, refere-se a necessidade de apontar e denunciar a permanência das práticas inquisitivas com roupagens outras, em nítida afronta ao arcabouço teórico disponibilizado pelos *humanos direitos*.

Para tanto, utilizou-se de análise bibliográfica e do método hipotético-dedutivo.

¹ Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Curso de Direito. ldurigon@unicruz.edu.br



É com enfoque dessa natureza que o presente artigo pretende refletir e contribuir com a comunidade científica e acadêmica.

DESENVOLVIMENTO

O sistema acusatório historicamente concebido perdurou até o século XII, tempo remoto em que começou a ocorrer uma série de mudanças na estrutura do “processo” acusatório. Isso porque se chegou à conclusão – para um melhor “resultado” do processo (ou para uma melhor condenação) – que a atividade probatória, sobretudo, não poderia ficar somente à disposição da (in)atividade das partes, fazendo-se necessária a ampliação dos poderes do Estado na persecução criminal, como forma de trazer mais “eficácia” no combate à delinquência (LOPES JÚNIOR, 2013, p. 111).

Eram os primórdios do eficientismo do processo penal, que se faz presente até hoje e constitui sua matriz mais propulsora e constitutiva. Tal ocorrência abriu um enorme espaço político-jurídico para a instalação da inquisição, primeiramente direcionada para os delitos praticados em flagrante, com notória ambição político-religiosa da Igreja católica em punir toda forma de questionamento² sobre os dogmas católicos/heresia, o que foi muito bem elaborado pelo direito canônico (CARVALHO, 2003, p. 7).

Nessa linha de ideias, é importante pontuar a origem e definição das primeiras técnicas de controle³ que recaíram sobre o feminino, ocasionando uma espécie de inquisição de gênero ou, em outras palavras, um (neo)inquisitorialismo⁴ feminino, como uma verdadeira caça às bruxas.

Assim, é importante diagnosticar – para um dos caminhos que interessa a presente pesquisa – os primeiros sinais e mecanismos de vigilância, punição e controle existentes na história, uma vez que isso vai desaguar, naturalmente, no sentido social, político e jurídico na forma como o processo⁵ penal trata o universo feminino⁶.

2 Devido à perda de espaço e de fiéis por todo o mundo, a Igreja tenta abrir-se para o diálogo com questões que sempre lhe foram caras (pílula anticoncepcional, preservativo, homossuais, aborto, casamento, corrupção e pedofilia no Vaticano).

3 Hoje vive-se sobre os olhos da *controlologia* (controle tecnológico das mais diversas ordens).

4 A expressão (neo)inquisitorialismo, ainda que originária dos sistemas processuais penais, está relacionada a perenidade dos ranços inquisitórios historicamente concebidos, ainda presentes na contemporaneidade através de outras roupagens.

5 A ideia do *processo* está diretamente relacionada ao campo de pesquisa do autor. Não o processo tão somente enquanto puro tecnicismo, com análises estanques e divorciadas da realidade social, tampouco como um mecanismo de objetificação, mas como um instrumento de contenção do difuso poder punitivo quando atuante de forma exacerbada. Em suma, processo – penal – na perspectiva transdisciplinar que as ciências criminais recomendam.

6 Prefere-se a expressão “feminino”, inicialmente, como forma de se descolar da análise específica dos movimentos feministas, o que merece ser objeto de outra pesquisa. Não que eles não tenham sua importância histórica, sociocultural e política, em especial na contemporaneidade. Muito pelo contrário. Apenas se pontua o recorte dado a pesquisa, que está relacionada aos *sistemas de controle e punição*.



Nesta perspectiva, a Igreja católica, mediante os Tribunais da Inquisição, teve um papel preponderante, tendo sido as mulheres as primeiras a serem perseguidas, como retrata a análise da obra denominada *O Martelo das Feiticeiras – Malleus Maleficarum*, conforme aponta Carvalho (2003, p. 12):

Na versão espanhola, destina-se aos procedimentos de limpeza, nome que utilizaram para justificar as perseguições contra mouros e judeus. O Tribunal Inquisitorial de Castela e Aragão, representado pelas figuras clássicas de Antônio de Torquemada e Bernardo Guido, foi instrumentalizado pelo *Directorium Inquisitorium* (1376), redigido pelo inquisidor-geral, o dominicano Nicolau Eymerich – sua edição foi revisitada e ampliada, em 1578, por Francisco de La Peña – o qual, agregado ao *Malleus Maleficarum* (1489), representou uma verdadeira diretriz doutrinária de aplicação do *Corpus Iuris Canonici* [...] O *Malleus Maleficarum*, aprovado por Bula de Inocência VIII, é direcionado às regiões da Alemanha do Norte e aos territórios que margeavam o Reno, vistos serem os locais de atuação da inquisição romana.

Na introdução da referida obra, Marie Murado aponta que, a partir do segundo milênio a.C., a coerção e a violência têm como estratégia e objeto o corpo, incidindo-se, primeiramente, na repressão da sexualidade e do prazer.

Em outras palavras, a Instituição detém o controle sobre o medo, suas orquestradas regulações e medidas, encontrando aportes no direito canônico para sua efetivação, inclusive impondo as regras de controle do desejo. Nas palavras de Legendre (1983, p. 113-114):

A sexologia canônica, preciosa em todas as sociedades nacionais do Ocidente dito cristão, particularmente na francesa que nunca abdicou de uma das versões mais persecutórias, tomou a forma de uma regra das regras, e se propõe como vigia do vasto dispositivo institucional. Uma das observações mais importantes que se pode fazer é a de revelar a constância do tema sexual para acentuar como ostentação, no seio do sistema canônico, o irrecusável da Lei, seu fundamento de Escritura, e a excelência de seus princípios no governo dos humanos. Tão visivelmente colocada na dianteira do jogo estratégico cujas regras práticas estou pesquisando neste nível do estudo, a *teorização sexual do Direito canônico* obedece rigorosamente à função da qual ela é o argumento. (grifo nosso)

Não por acaso, a Bíblia coloca a culpa máxima no ato sexual que, ao longo dos tempos, carregou o estigma de mal e, naturalmente, tornou-se objeto de proibição – o fruto “proibido” (KRAMER; SPRENGER, 1991, p. 9).

Justamente neste ponto cartesiano - dualismo entre o bem e o mal, entre o corpo e a alma, entre a razão e a emoção, entre Deus e o Diabo – que também se estruturou boa parte do modo de produção do conhecimento, contributo para o aparecimento das primeiras técnicas de controle.

Isso ocorreu porque, nas sociedades primitivas, o homem era visto pelo trabalho e a mulher pela sua sexualidade, justamente aquilo que passa a ser o centro da punição, especialmente com a sedimentação do cristianismo (século III a X), no período da Alta Idade Média, quando tivemos uma verdadeira caça às mulheres, ou, segundo o que se denominou naquele período, uma verdadeira caça às bruxas.



Por quatro séculos a Europa foi aterrorizada por essa política de punição do feminino, como refere Muraro (1991, p. 13):

E é logo depois dessa época, no período que vai do fim do século XIV até meados do século XVIII, que aconteceu o fenômeno generalizado em toda a Europa: a repressão sistemática do feminino. Estamos nos referindo aos quatro séculos de “caças às bruxas”. Deirdre English e Barbara Ehrenreich, em seu livro Witches, Nurses and Midwives (The Feminist Press, 1973), nos dão estatísticas aterrorizantes do que foi a queima de mulheres feiticeiras em fogueiras durante esses quatro séculos. A extensão da caça às bruxas é espantosa. No fim do século XV e no começo do século XVI, houve milhares e milhares de execuções – usualmente eram queimadas vivas na fogueira – na Alemanha, na Itália e em outros países. A partir de meados do século XVI, o terror se espalhou por toda a Europa, começando pela França e Inglaterra. Um escritor estimou o número de execuções em seiscentas por ano para certas cidades, uma média de duas por dia, exceto aos domingos. Novecentas bruxas foram executadas num único ano na área de Wertzberg, e cerca de mil na diocese de Como. Em Toulouse, quatrocentas foram assassinadas num único dia; no arcebispado de Trier, em 1585, duas aldeias foram deixadas apenas com duas mulheres moradoras cada uma. Muitos escritores estimaram que o número total de mulheres subia à casa dos milhões, e as mulheres constituíram 85% de todos os bruxos e bruxas que foram executados. (grifo nosso)

Essa repressão sistemática do feminino ocorria em todos os campos em que havia relações de poder. Por tais razões, mesmo as mulheres que desenvolviam a função de curandeiras populares – cuidando de outras mulheres doentes por meio de métodos e ervas naturais – não escaparam do objeto da punição, tendo em vista que elas representavam uma ameaça ao poder médico que, pouco a pouco, vinha se estruturando perante algumas universidades existentes no sistema feudal.

Como poderia a cura advir de métodos naturais se o conhecimento da medicina estruturava-se noutra sentença?

Essa controvérsia também foi suficiente para as curandeiras serem perseguidas pela inquisição, levando-as a organizarem-se e participarem de algumas revoltas camponesas, ainda que em um espaço político muito tímido, longe do centro das tomadas de decisões/poder.

Com a necessidade do sistema feudal se remodelar, sobretudo a partir do século XIII, centralizando, por consequência, toda a estrutura política, houve uma natural concentração de poder, que contou com a participação decisiva dos Tribunais da Inquisição, que massificou a punição em relação aos hereges e bruxos(as).

Nessa linha de ideias, Muraro (1991, p. 14-15) novamente destaca a punição do feminino, merecendo destaque nessa investigação:

Assim, os quatro séculos de perseguição às bruxas e aos heréticos nada tinham de histeria coletiva, mas, ao contrário, foram uma perseguição muito bem calculada e planejada pelas classes dominantes, para chegar a maior centralização e poder. Num mundo teocrático, a transgressão da fé era também transgressão política. Mais ainda, a transgressão sexual que grassava solta entre as massas populares. Assim, os inquisidores tiveram a sabedoria de ligar a transgressão sexual à transgressão da fé. E punir as mulheres por tudo isso. (grifo nosso)



Essas técnicas de controle foram muito bem arquitetadas e articuladas teoricamente em 7 (sete) grandes teses, como mais uma vez refere Murado (1991 p. 16):

Sete grandes teses proporcionaram esta punição do feminismo, a saber: “1º) o demônio, com a permissão de Deus, procura fazer o máximo de mal aos homens a fim de apropriar-se do maior número possível de almas; 2º) E este mal é feito prioritariamente do corpo, único lugar aonde o demônio pode entrar [...] 3º) E este domínio lhe vem através do controle e da manipulação dos atos sexuais. Pela sexualidade o demônio pode apropriar-se do corpo e da alma dos homens. Foi pela sexualidade que o primeiro homem pecou e, portanto, a sexualidade é o ponto mais vulnerável de todos os homens; 4º) E como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio (as feiticeiras). E as mulheres têm mais conivência com o demônio porque “Eva nasceu de uma costela torta de Adão, portanto, nenhuma mulher pode ser reta”; 5º) A primeira e maior característica, aquela que dá todo o poder as feiticeiras, é copular com o demônio. Satã é, portanto, o senhor do prazer. 6º) Uma vez obtida a intimidade com o demônio, as feiticeiras são capazes de desencadear todos os males, especialmente a impotência masculina, a impossibilidade de livrar-se das paixões desordenadas, abortos, oferendas de crianças a Satanás, estrago das colheitas, doenças nos animais; 7º) E esses pecados eram mais hediondos do que os próprios pecados de Lúcifer quando da rebelião dos anjos e dos primeiros pais por ocasião da queda, porque agora as bruxas pecam contra Deus e o Redentor (Cristo), e, portanto este crime é imperdoável e por isso só pode ser resgatado com a tortura e a morte.

As ideias históricas punitivistas inquisitoriais até aqui enunciadas serviram de apoio político para a estruturação do patriarcado e da repressão da mulher e do prazer, tendo servido como uma verdadeira cartilha, ou Código Inquisitorial, que era rigorosamente observada nas acusações e nos julgamentos.

Esse período de “caça às bruxas” perdurou até o século XVIII, tendo contribuído decisivamente para a sua derrocada a Reforma e a Revolução Francesa (1789) e todos os ideias libertários, fraternos e de igualdade.

No campo do direito penal, vários autores⁷ contribuíram para o surgimento de ideias humanitárias, o que ocasionou uma grande transformação na *condição feminina*, eis que por quatro séculos - conforme já destacado - as mulheres foram alvo de *perseguição e punição*, trazendo novos horizontes para os sistemas de punição.

Essa transformação na condição do feminino em um regime patriarcal, deixou a mulher circunscrita ao âmbito doméstico, no qual ela mesma se encarregava de transmitir a seus filhos o autoritarismo patriarcal por valores que naturalmente foram introjetados no meio social até os dias atuais. Nesse sentido, Kramer e Sprenger (1991, p.17):

É com a caça às bruxas que se normatiza o comportamento de homens e mulheres europeus, tanto na área pública como no domínio do privado. E assim se passam séculos. A sociedade de

7 Césare de Beccaria (1738-1794), Jonh Howard (1725-1790) e Jeremias Bentham (1748-1832). O primeiro, com seu grande pequeno livro (Dos Delitos e das Penas), publicado em 1764, com inspiração nas ideias de *Montesquieu, Rousseau, Voltaire e Locke*, representa o marco definitivo do direito penal moderno, da Escola Clássica de Criminologia e da Escola Clássica de Direito Penal. Já o segundo (Howard) teve sua preocupação mais voltada ao *sistema penitenciário*, visando estabelecimentos penais adequados e condições mínimas ao cumprimento das penas. Já Bentham teve como marco a ideia do controle punitivo advinda da *arquitetura penitenciária*, surgindo daí o *panoptico* que não chegou a se difundir para as prisões, mas foi considerada uma ideia inovadora.



classes que já está construída nos fins do século XVIII é composta de *trabalhadores dóceis que não questionam o sistema*. (grifo nosso).

A docilidade sobre o corpo se fez muito presente também no século XVIII, não só em relação às mulheres, conforme mencionado, mas como técnica de controle de submissão ao poder que se ramificou para todos os setores sociais. Em outras palavras, o corpo como objeto político a ser dominado. Nessa linha de ideias, Foucault (2005, p. 120) refere:

Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que tem sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado sobre o corpo, uma nova “microfísica do poder”, e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram a mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. (grifo nosso)

Diversas foram as conquistas⁸ e episódios libertários até se chegar a Constituição da República Federativa do Brasil, que garante a igualdade entre homens e mulheres tanto em direitos quanto em obrigações, nos termos do artigo 5º, inciso I da referida carta constitucional.

Ainda assim, isso não foi suficiente para que – em alguma medida – as mulheres se libertassem de toda e qualquer espécie de submissão, possibilitando o diagnóstico da existência de uma perenidade perversa em relação as diversas formas de violência, impossibilitando o escape da maquinaria do corpo, historicamente presente, como retrata Foucault (2003, p. 119) ao referir:

O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

No Brasil, o legislador brasileiro resolveu dar atenção ao tema, conforme se observa pela promulgação da Maria da Penha (ainda que sua motivação originária esteja relacionada a condenação do país perante Corte Internacional) e o feminicídio.

Entretanto, a solução para minimizar o problema é sempre a mesma para tratar outras formas de violência, qual seja, a norma penal incriminadora. Não que ela não seja importante,

8 Impossível – também não fora pretendido – nos limites desse ensaio, estabelecer toda a ordem “cronológica” dessa “evolução”, razão pela qual se optou por realizar um “salto histórico” até os dias atuais. Até porque, não compreende-se a histórica como algo linear e estanque, mas recheada de (in)fluxos democráticos e autoritários, que não permite visitá-la como se fosse uma “histórica de museu”.



mas certo que se trata de uma “solução” um tanto quanto falida, que não tem a capacidade de – por si só – resolver o problema da criminalidade violenta, sobretudo em relação as mulheres.

A questão passa por um outro ponto, relacionado a libertação da mentalidade inquisitória, também presente na contemporaneidade, tanto no universo sociocultural e político, quanto em práticas historicamente resgatadas. Não é possível duvidar dos fantasmas da inquisição.

É essa guinada que precisa ser dada para que problemáticas dessa ordem sejam efetivamente minimizadas das sociedades democráticas, possibilitando a libertação feminina inacabada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa demonstrou-se uma breve genealogia punitiva em relação ao feminino, sem a pretensão totalitária de estabelecer uma “verdade universal” - até porque não se acredita na possibilidade de alcance do inalcançável - mas destacando fragmentos da história que estão ao alcance do observador.

Nesse sentido, constatou-se que a punição do feminino efetivamente foi uma das primeiras técnicas de controle dos sistemas de punição, notadamente o sistema inquisitivo, que investiu no controle da sexualidade feminina como um “referencial teórico” adequado, para dissipar a engenharia inquisitiva.

Referido cenário histórico serviu como pano de fundo para – com a lupa do passado – enxergar a punição e a violência do feminino como uma prática constante e perene, alcançando-se por esse influxo o objetivo maior da presente pesquisa.

Em matéria especificamente processual penal na perspectiva transdisciplinar recomendada, contemporaneamente se observa que a mulher - inobstante tenha alcançado espaços libertários tal como projeta a Constituição de 88 - ainda continua sendo alvo de violência das mais diversas facetas.

A solução apresentada pelo Estado, ainda que seja importante a tipificação penal, continua sendo a mesma fórmula de insucesso consistente na mera penalização de condutas voltadas ao agressor.

Reitere-se que essa punição é necessária, mas certamente a lei penal não é a solução, conquanto apenas e infelizmente a minimização de um fenômeno que apresenta facetas de diversas ordens e cujo universo jurídico normativo não consegue resolver.

Não há dúvida de que a legislação penal – embora cumpra importante função punitiva no ponto – não apresenta um aparato “tecnológico” suficiente para dar conta de um fenômeno tão complexo e secular.



Nesse sentido, a minimização do problema passa, inegavelmente, e aqui registre-se nossa hipótese, por uma nova condição sociocultural que necessita ser trabalhada e discutida socialmente nos mais diversos segmentos, com o reconhecimento de toda e qualquer espécie de diferença e o estabelecimento definitivo da emancipação da cultura repressora, tarefa essa que nem mesmo os Estados formalmente democráticos vem conseguindo cumprir, notadamente em tempos do escamoteamento do fascismo.

Daí porque ser fundamental a libertação dos (pré) conceitos e da mentalidade inquisitiva. Afinal, os instrumentos constitucionais democráticos estão aí a disposição de todos, ainda que para alguns pareça não ter produzido os desejados e libertários efeitos.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal I**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CARVALHO, Salo. **Pena e garantias**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. Malleus Maleficarum. Trad.: Paulo Froes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática. Trad.: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

SCHECARIA, César Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.



NARRATIVA DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DO “NORMAL”: ENUNCIADOR DE NOVOS MODOS DE SER/EXISTIR

WISNIEWSKI, Gustavo¹

DUARTE, Andrea Fricke²

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar e apresentar a experiência do trabalho no projeto de pesquisa “Experiência e Linguagem como Estratégias de Resistência: As narrativas dos moradores de comunidades em situação de vulnerabilidade social na cidade de Santo Ângelo”. O objetivo central da pesquisa é fazer uma escuta dos moradores dos bairros-alvo Harmonia e União, que encontram-se em estado de vulnerabilidade social na cidade, tendo conhecimento dos fenômenos sociais que os afetam e, após isso, construir algum dispositivo de mídia que visibilize a narrativa dessas pessoas e dê voz para esses moradores que estão invisibilizados pela sociedade capitalista. A partir disso, esse recorte tem como propósito refletir acerca das consequências da vivência dessas pessoas em estados de vulnerabilidade social no conceito do que é uma vivência natural/comum para cada subjetividade das pessoas envolvidas. Frisa-se, também, que a viver em situação de vulnerabilidade social constrói uma influência direta nas “verdades naturalizadas” e no que pode ser uma situação comum e o que não é.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Experiência. Narrativa.

INTRODUÇÃO

Nossa sociedade capitalista estrutura uma organização de consumo e instaura a atenção para aqueles que possuem um “padrão de vida” aceitável de acordo com o nível econômico. Assim, a espetacularização da imagem desses mesmos sujeitos se torna evidente e, como consequência, gera invisibilidade para sujeitos que não se igualam a essa estrutura. (OLIVEIRA; DETONI, 2007). Pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social estão dentro dessa margem de invisibilidade e suas histórias, seus sentimentos e suas expectativas acabam sendo deixadas de lado.

Existem casos de documentação desses testemunhos de populações em situações precárias, tal qual, como exemplo maior, pela publicação dos diários de Carolina de Jesus (1965) em seu livro Quarto de Despejo: O Diário de uma Favelada, onde a autora narra seus anos de vida como moradora de uma favela de São Paulo e as dificuldades que encontra para sobreviver e conseguir criar os seus filhos. Acredita-se que esse tipo de documentação traz mais visibilidade

1 Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões - URI, Curso de Psicologia, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: gustavowisni@gmail.com

2 Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões - URI, Curso de Psicologia, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: andreaduarte@santoangelo.uri.br



para as populações marginalizadas e, também, uma reflexão sobre os modos diferentes de viver e existir na nossa sociedade justamente pelo potencial que essas vidas em situações não favorecidas possuem.

Dito isso, é pertinente relatar que este projeto tem como objetivo geral de pesquisar e documentar as histórias de vida da comunidade dos bairros Harmonia e União da cidade de Santo Ângelo/RS e, em seus objetivos específicos, entrevistar esses mesmos moradores em questão, na medida em que suas histórias serão documentadas, visando a criação de algum tipo de vídeo, escrita e/ou audiovisual como forma de testemunho dessas narrativas. A realização de encontros de mulheres para geração de renda no bairro Harmonia foi a principal atividade realizada durante esse semestre para o conhecimento dessas histórias e fortalecimento dos vínculos.

Dar a oportunidade de um sujeito testemunhar é dar a liberdade para que o mesmo escolha seu próprio modo de fazê-lo, de acordo com a escolha de suas próprias palavras e histórias. Sinto que assim há um empoderamento para àqueles que foram tidos como excluídos e desfavorecidos durante maior parte de sua vivência e, também, contribui para o fortalecimento do vínculo existente na relação entre quem pesquisa e quem será pesquisado, mas sempre tendo em mente que o trabalho é com seres humanos que possuem sua própria subjetividade e seus próprios sentimentos. (SALGUEIRO, 2012).

VULNERABILIDADE SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA DIRETA NAS VERDADES NATURALIZADAS

O meu trabalho, durante o semestre, deu-se em parceria com um coletivo de mulheres de um bairro em situação de vulnerabilidade social na cidade de Santo Ângelo. Como morador da cidade, posso afirmar que, dentro da ótica do que se considera “normal”, há uma construção de uma perspectiva estigmatizada acerca dos moradores deste bairro. Ouve-se discursos preconceituosos e que acentuam a marginalização dos sujeitos que residem naquela área e essas falas provém, na maioria das vezes, de outros sujeitos que não possuem um conhecimento do modo de funcionamento da vida dos moradores.

Considero que toda a experiência é ligada a desconstrução e reconstrução e, no início do trabalho com o coletivo, a fala das mulheres sobre seu modo de viver e existir e as adversidades que enfrentam geraram certo desconforto e estranhamento. Estranhamento pelo modo de lidarem com situações diversas do cotidiano – as quais eu citarei adiante – e desconforto pela diferenciação existente no modo de vida e a “injustiça social” presente naqueles contextos. Assim, vale ressaltar que eu me encontrava em um processo de desconstrução das verdades naturalizadas e preestabelecidas dos sujeitos residentes daquele bairro, dando valor para toda a



existência presente nos encontros e quebrando, mesmo que aos poucos, a condição de imaginar as verdades do outro. (ROLNIK, 2016). Afirma-se, assim, que toda essa experiência tornou-se um processo vivo para a subjetividade daqueles que os constituíram.

Diversas situações do grupo me colocaram em momentos de reflexão. Um deles foi sobre como uma das moradoras lidou com o estado de saúde de sua cadela. Estávamos sentados e conversando em um tom tranquilo sobre acontecimentos de nossas vidas quando essa moradora começou a narrar sua história. Contou-me com carinho sobre seu animal de estimação e como começou a se sentir entristecida quando a cadela começou a adoecer. Até então, para o meu modo subjetivo de viver estava tudo “normal”.

Ela continuou relatando a sua história e disse-nos que estava decidida a interromper o sofrimento do animal, que já estava no fim de sua vida, e, por essa razão, acabou enforcando a sua cadela. Confesso que todo esse discurso, de início, causou um incômodo para mim, mas, posterior a uma reflexão acerca disso, pude perceber que esse relato fortifica as verdades que trazemos com a nossa subjetividade e como essas verdades parecem certas para cada um. Mas uma desconstrução acerca delas fortalece as relações e se torna a prova de que todos os modos de ser e existir são válidos, mesmo que pareçam extremos em uma análise inicial. (ROLNIK, 2016).

Considero uma *não-neutralidade* no estabelecimento dessas relações, visto que existem forças subjetivas próprias operando umas com as outras no ambiente de realização dos encontros. Assim, pode-se considerar que todo esse processo, como pesquisador que relata os acontecimentos do outro através da minha ótica, também se encaixa nos moldes de um registro de testemunho. É assim que Gagnebin (2006, p. 57) afirma quando afirma que:

[...] testemunha não é somente aquele que viu com seus próprios olhos [...] a testemunha direta. Testemunha é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Frisa-se que o objetivo central do projeto de pesquisa refere-se à escuta das narrativas dos moradores do bairro e na busca de uma documentação para tornar visível as histórias que, por mero desinteresse do resto da população, acabam ficando esquecidas. Esse desinteresse está intrinsecamente ligado com o modo que a nossa sociedade capitalista se estrutura. É uma organização direcionada ao consumo e a conjuntura econômica dos sujeitos.

Aqueles que prevalecem são os que possuem mais condições financeiras de se manter e os que estão em uma situação contrária vão sendo esquecidos, juntamente com as suas próprias histórias e modo de existir. Dessa forma, direciona-se um sistema de espetacularização da imagem



desse modo “adequado” de consumo na medida em que a satisfação dos sujeitos seja apenas vivendo os padrões sociais impostos (OLIVEIRA; DETONI, 2007).

Então, dessa forma, estudar a significação do registro do testemunho desses sujeitos se alia a uma responsabilidade de dar um local de fala para “os excluídos” e, além dessa perspectiva, possibilitar um empoderamento para que eles escolham as suas próprias histórias, palavras, ordenem a sua própria fala. Ou seja, definam seus próprios modos de testemunhar (SALGUEIRO, 2012).

A convivência com as moradoras do bairro molda forças instituintes que criam algo novo na relação. É uma força de estruturação de pensamentos e posturas novas diante de um modo de viver que se tornou obsoleto – tais quais os pensamentos preconceituosos ainda instituídos em mim como habitante da cidade (BAREMBLITT, 2002).

Essa postura obsoleta dos habitantes da cidade tornou-se mais evidente em uma busca-ativa de moradores dos bairros-alvo do projeto de pesquisa, realizada em um CRAS. Fomos para um almoço comunitário e tentamos conversar com os sujeitos que estavam esperando o almoço ser servido. Havia cerca de vinte pessoas naquele ambiente e apenas uma nos respondeu sobre os moradores do bairro no intuito de ajudar, os outros falaram coisas hostis e não nos trataram bem. Uma das coisas que me marcaram, como pesquisador, foi quando um homem verbalizou que apenas a viatura da polícia deveria entrar naquele bairro, para prender, segundo a definição dada por esse mesmo homem sobre os moradores, os “marginais”.

Esse discurso fortalece ainda mais a visibilidade marginalizada que é dada para os sujeitos daquele bairro e como a falta de conhecimento pode se tornar tóxica por manter um vazio que pode ser preenchido por qualquer falácia vindo da imaginação das pessoas.

Por isso frisa-se, novamente, a importância da validação do discurso dos moradores dos bairros-alvo. É impossível falar sobre a narração e documentação dessas histórias sem conceituar o funcionamento da aliança terapêutica e da Clínica Ampliada nesse processo. Primeiramente, a aliança terapêutica é a existência de uma relação entre terapeuta e paciente e como ela se estrutura durante todo o processo. Ela está ligada a colaboração entre os sujeitos que desempenham um papel nessa relação e, quando saudável, pressupõem uma melhora relativamente grande nas demandas trazidas durante o diálogo (BENETTI; OLIVEIRA, 2014).

Posteriormente, esse trabalho de escuta, ligado aos princípios da Clínica Ampliada, pressupõe um olhar acerca do diagnóstico, seja numa ótica de doença do organismo ou de toda a conjuntura que a sociedade impõe ao sujeito. Reflete também sobre a própria subjetividade do sujeito e como isso vai interferir no trabalho com a sua demanda. Dessa forma, o trabalho será específico para cada pessoa envolvida nisso e terá o objetivo de potencializá-lo em sua



singularidade, tendo em mente que os limites impostos não sirvam com empecilho para viver um modo alternativo e saudável de vida (BRASIL, 2007).

Acredito que isto esteve e ainda está vigente no trabalho com o grupo. Visto que a relação se fortificou com o decorrer dos encontros e as nossas subjetividades foram se entrelaçando no processo. Como por exemplo: eu passei a olhar mais vídeos sobre confecções de chinelos graças ao trabalho das moradoras em nosso grupo de geração de renda e as mulheres passaram a perguntar mais sobre o funcionamento do curso de Psicologia, sentindo-se seguras para verbalizarem situações de suas vidas, sejam do passado ou do presente.

Uma situação do passado, mas que está presente na maioria dos discursos foi a situação empregatícia dos moradores do bairro. As mulheres relataram que, para que haja uma segurança maior em conseguir emprego, alguns moradores devem mentir seu endereço durante a entrevista de emprego, a fim de evitar uma ligação com o bairro tido como “marginal” para o resto da cidade. Essa falta de oportunidade denuncia a falta de visibilidade real que o bairro recebe.

Assim sendo, o desenvolvimento desse trabalho e, como consequência, a documentação dessas histórias de uma maneira escrita ou audiovisual, pode levar a uma ruptura desse paradigma imposto na medida em que essa experiência trará certa visibilidade aquela população em estado de marginalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o trabalho realizado durante o semestre permitiu que uma reflexão fosse feita acerca de modos diferentes de exercer a vida e, também, ter conhecimento sobre a gravidade de estados de vulnerabilidade social e precariedade nesses bairros-alvo. Acredito que esse resultado encontrando está intrinsecamente relacionado com o conhecimento dessas histórias e como os modos diferentes de viver se tornam injustos de acordo com a estrutura da sociedade. Também, a desconstrução-reconstrução de paradigmas está vigente e se desenvolverá mais com o andamento do projeto de pesquisa.

O fortalecimento dos vínculos se mostrou necessário para que as histórias pudessem ser relatadas, frisando que cada história foi contada no tempo necessário para que cada participante do grupo se sentisse à vontade, e acredito que a visibilidade dada para essas narrativas poderá contribuir para um conhecimento do estado de vulnerabilidade social dos moradores desses bairros e, também, possíveis intervenções que podem ser realizadas para melhorar a qualidade de vida dos mesmos.



REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregorio Franklin. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Instituto Felix Guatarri. 5. ed. Belo Horizonte: 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular.** 2. ed. Brasília, 2007.

BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz; OLIVEIRA, Natacha Hennemann. **Aliança terapêutica: Estabelecimento, Manutenção e Rupturas da Relação.** Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000300010. Acesso em: 22 jan. 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Francisco Alves, 1965.

OLIVEIRA, Carmen Silveira de; DETONI, Maria Cecília. Vontade de imagem e celebração do cotidiano na tela. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 3, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200011. Acesso em: 20 jan. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina, 2016.

SALGUEIRO, Wilberth. **O que é literatura de testemunho.** Rio de Janeiro: Matruga. v. 19, n. 31, 2012: Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matruga/matruga31/arqs/matruga31a17.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.



AS (NOVAS) CONCEPÇÕES DEMOCRÁTICAS: UMA VISÃO SISTÊMICA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

HARTMANN, Gabriel Henrique¹

Resumo: A reflexão alinhada no presente trabalho se utiliza de uma abordagem dedutiva, pois procura analisar a democracia e a evolução econômica, em prol de um possível desenvolvimento sustentável. Procura responder se é possível desenvolver ideais ecológicos com a (re)construção democrática na era digital e o progressivo consumo de capital baseado essencialmente no individualismo? Esta pesquisa perpassa por um incessante trabalho em prol de um ideal ecológico, na sociedade fragmentada e conectada por relações virtuais. Almeja-se compreender os caminhos que a sociedade em rede pode, eventualmente, causar no futuro da democracia e os reflexos que a economia e a ecologia sofrerão. No decorrer da pesquisa, incessantemente prezar-se-á por uma visão coletiva da sociedade. Apresenta-se como uma possível solução um olhar sistêmico à sociedade. Assim, por um viés da teoria dos sistemas, mormente, da autopoiese, almeja-se uma solução comunitária da conscientização e da alfabetização ecológica, em prol de um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Democracia. Desenvolvimento sustentável. Teorias sistêmicas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A democracia, baseada nos velhos moldes de participação cidadã está em constante mutabilidade. Nessa mutação ‘desenfreada’ reflexos são percebidos, tanto politicamente, quanto ecologicamente. Influencia nestes processos, a sociedade em rede, com altos níveis de conectividade em relações progressivamente artificiais.

Entretanto, os altos níveis de conectividade que vivenciamos nas relações atuais, baseiam-se em uma perspectiva fragmentada. Dificilmente conseguimos conectar o mundo próprio com a realidade global. No entanto, os atos gerados a partir desta visão fragmentada, poderão afetar a vida do planeta e até das futuras gerações.

Diante desta constante conectividade, bases democráticas são afetadas. Conseqüentemente, a economia baseada na exploração desenfreada do capital desenvolve-se. De maneira concomitante, desenvolvem-se visões fragmentadas. Assim, questiona-se, como será possível desenvolver ideais ecológicos com a (re)construção democrática na era digital e o progressivo consumo de capital baseado essencialmente no individualismo?

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista Capes – Código de Financiamento 0001. E-mail: gabrielh.hartmann@hotmail.com.



É este questionamento que se procura responder. Evidentemente, que é difícil dar a solução exata para os problemas atuais, mas o que se almeja aqui é dar possíveis alternativas ecológicas para a conjuntura da sociedade em rede. Para embasar a pesquisa, dentre os principais autores pesquisados, destacam-se: Manuel Castells, Enrique Leff e Fritjof Capra.

Para tanto, será inicialmente apresentada uma análise da (re)constituição democrática na era digital, demonstrando sua mutabilidade diante da sociedade em rede. Em um segundo momento, evidenciar-se-á a internacionalização da economia, e os desafios em prol de um desenvolvimento sustentável. Ao final, será demonstrado um possível caminho em que a ecologia poderá percorrer em prol de um desenvolvimento sustentável, apresentando como uma possível solução uma visão sistêmica.

A (RE)CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA

A democracia representada como um poder que emana do povo² poderá sofrer significativas alterações no decorrer dos próximos anos, seja pela participação cidadã (eleições com voto direto e secreto, além de referendos, plebiscitos e iniciativas populares, conforme expõe artigo 14 da Constituição da República Federativa do Brasil), seja na iniciativa de auxiliar na real efetivação da cidadania. Assim,

[...] a democracia política, nos moldes das revoluções liberais do século XVIII e do modo como foi difundida em todo o mundo no século XX, transformou-se num vazio. Não que tenha sido apenas uma “democracia formal”: a democracia vive justamente com base essas “formas”, tais como o sufrágio universal e secreto e o respeito às liberdades civis. (CASTELLS, 1999, p. 408).

A dificuldade em saber o futuro da democracia está centrada no fato de que cada indivíduo detém as próprias inquietações e aspirações. Grandes mestres que tentaram profetizar o futuro equivocaram-se na maior parte das vezes. O maior exemplo está naquele, que grande parte da humanidade considera fundador de uma nova sociedade, Karl Marx (BOBBIO, 1986).

Mais ponderado, Norberto Bobbio enfatiza sua opinião, “[...] se me perguntassem se a democracia tem um porvir e qual é ele, admitindo-se que exista, responderia tranquilamente que não o sei.” (BOBBIO, 1986, p. 18). Luigi Ferrajoli enfatiza que o Estado moderno é o estado democrático de direito. O que é, e o que está porvir no direito (inclusive o direito internacional), depende em parte de nós (FERRAJOLI, 2002).

Ademais, deve-se ressaltar que mesmo com a dificuldade em expor o que está porvir na democracia, diante da transição tecnológica que se perpassa, inevitavelmente, a democracia

2 O artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre o expõe: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (BRASIL, 1988).



só irá se consolidar na medida em que todos os cidadãos conheçam seus direitos e deveres constitucionais (PEREZ LUÑO, 1984).

A transformação oferecida pelas tecnologias de informação e de comunicação possibilita um verdadeiro direito a democracia. Contudo, para que esse real direito a democracia se efetive, são necessárias políticas públicas adequadas, idealizadas por instituições com potenciais democráticos trazidos pelas novas tecnologias (MAGRANI, 2014).

Zygmunt Bauman expõe uma dupla ameaça à democracia: uma da impotência da *eclesia*, de promulgar e implementar o que é considerado “bom”, e outra no enfraquecimento da arte de translação entre *eclesia*³ e o *oikos*⁴. A primeira ameaça se deve ao fato da globalidade e extraterritorialidade do poder, de modo a ameaçar a política essencialmente local. Assim, a *ágora*⁵ foi abandonada, mas não ficou vazia. A segunda ameaça centra-se no fato de que “[...] o “privado” invadiu a cena-destinada-a-ser-pública, mas não para interagir com o público.” (BAUMAN, 2008, p. 256). A impotência das instituições públicas diminui o interesse em questões e posições democráticas que facilitam o trabalho das forças globais. Consequentemente, isto impulsiona e alimenta resultados superficiais (BAUMAN, 2008).

A transformação do processo democrático e político, provocado pela sociedade em rede, modifica a busca do poder e causa consequência direta nas novas tecnologias. Norberto Bobbio defende que o apoio político objetiva o poder, com o intuito primordial de alcançar um número suficiente de cidadãos para ter acesso ao Estado (CASTELLS, 1999). Em contraponto, Manuel Castells sustenta:

[...] que tal uso compartilhado da tecnologia propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas apresentadas nesta obra, afetam profundamente a essência da política. O ponto principal dessa questão é que a mídia eletrônica (não só rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer o poder. Portanto, todos acabem entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito. (CASTELLS, 1999, p. 367).

Precipuamente para o futuro da democracia, Manuel Castells propõe três tendências. A primeira baseada no Estado local, baseada em governos locais que atuam de maneira conjunta, com o intuito de descentralizar as comunidades e estimular a participação cidadã. A segunda é a

3 “[...] esse território privado familiar e aconchegante, apesar de algumas vezes barulhento e tempestuoso, onde nos encontramos com alguns outros familiares diariamente e cara a cara, falamos e negociamos as formas de compartilhar nossas vidas [...]” (BAUMAN, 2008, p. 251).

4 “[...] aquele domínio distante, que raras vezes visitamos pessoalmente mas onde as questões públicas, as matérias que afetam as vidas de cada um de nós, são estabelecidas [...]” (BAUMAN, 2008, p. 256).

5 “[...] a *ágora*, um reino nem verdadeiramente privado nem de todo público, um pouco de ambos. É na *ágora* que “o público” e “o privado” se encontram, são apresentados um ao outro, passam a se conhecer e aprendem, por tentativa e erro, a difícil (e útil) arte da coabitação pacífica.” (BAUMAN, 2008, p. 256).



oportunidade que a comunicação eletrônica⁶ oferece no aprimoramento da participação política⁷ e comunicação horizontal cidadã⁸. Uma terceira tendência que poderia integrar o processo de reconstrução da democracia perpassa pelo “[...] desenvolvimento da política simbólica bem como da mobilização política em torno de causas “não-políticas”, via eletrônica ou por outros meios, [...]” (CASTELLS, 1999, p. 411).

A ótica global, abordada como uma das tendências por Manuel Castells para o futuro da democracia inspira-se no modo de abordar e procurar soluções dos problemas nacionais. Tem o intuito de emancipar a economia e a sociedade, procedendo a um ideal de supranacionalidade, sendo assim “cidadãos de qualquer parte e nenhuma parte.” (MATTELART, 2002, p. 362).

É permissivo dizer que com a sociedade tecnológica, a democracia está em uma reconstrução significativa. O que está por vir é um mistério, no entanto, alternativas poderão surgir mediante estes novos processos. Para uma compreensão dos reais efeitos da tecnologia na ecologia, faz-se necessário uma análise e interpretação dos reais efeitos da expansão econômica.

O DESAFIO DA EXPANSÃO ECONÔMICA SUSTENTÁVEL

Com a significativa reconstrução que perpassa o sistema democrático e político, conseqüentemente, o sistema econômico sofre reflexos. A globalização, ou internacionalização da economia, vem readaptando-se à nova realidade e, esta readaptação deve vir acompanhada de uma ideia ecológica do ser.

A dominação causada pelo sintagma tecnoglobal é um sintoma da tomada de poder da engenharia social e cultural. Dessa forma, na nova era do capitalismo, a globalização supera apenas um conceito intelectual e passa a ser uma realidade cotidiana. A globalização inspira uma reorganização empresarial e econômica na era das redes (MATTELART, 2002).

Com a internacionalização da economia, o conjunto de economias separadas na Idade Média, com o fim da Idade Moderna iniciaram processos de integração no mundo globalizado. Estes processos dividiram-se em ondas, cada qual com suas características específicas, visto

6 “Estas formas de engajamento político-democrático são manifestações de uma democracia virtual, digital, também chamada de e-democracia, como forma de diálogos participativos e deliberativos entre o governo e a população, através da internet”. (MAGRANI, 2014, p. 64).

7 “Não há como avaliar com clareza o impacto de tais processos na democracia. Por um lado, permitir mobilizações em torno de um único tema que ignoram a política formal pode minar ainda mais as instituições democráticas. Por outro lado, se a representação política e os responsáveis pela tomada de decisão tiverem condições de estabelecer uma relação com essas novas fontes de contribuição de cidadãos interessados na política, sem que o processo fique restrito a uma elite tecnologicamente capacitada, um novo modelo de sociedade civil pode ser reconstruído, possibilitando a popularização da democracia, via eletrônica.” (CASTELLS, 1999, p. 411).

8 Castells ainda destaca: “Entretanto, Steve Bartz no movimento ambientalista, e Matthew Zook no movimento das milícias norte-americanas, encontraram na Internet um meio de capacitação de grupos populares, na qualidade de instrumento de informação, comunicação e organização.” (CASTELLS, 1999, p. 411).



o momento histórico que enfrentaram. A primeira, com início em 1870, desencadeou-se pela possibilidade do uso de terras abundantes, mediante transporte barato e levantamento de barreiras criadas pelo homem. Ao fim da primeira onda de globalização, ocorreu um recuo ao nacionalismo, sendo superado em 1945, mediante a segunda onda de globalização, com um ímpeto ao internacionalismo. No entanto, a liberalização comercial na segunda onda, foi seletiva e ajudou “[...] a elevar a renda dos países ricos em relação aos demais países.” (BANCO MUNDIAL, 2003, s. p.).

Após 1980, com a terceira onda de globalização teve início a circulação no mercado mundial de produtos manufaturados e serviços, mormente nos países em desenvolvimento. Com isso, “[...] os países de baixa renda estão agora concorrendo diretamente com os de alta renda, apesar de antes comercializarem produtos primários.” (BANCO MUNDIAL, 2003, s. p.).

Com a complexidade, interdependência e policentrismo das relações internacionais, acordos passaram a contribuir para uma sociedade civil global, com intuito de constituir redes de cooperação econômica, científica e tecnológica. A interdependência caracteriza-se pelo processo de intercâmbio, compreendido pela ideia de sensibilidade⁹ e de vulnerabilidade¹⁰. Buscam-se alternativas para superar a crescente complexidade mundial, principalmente pelo desenvolvimento de uma solidariedade internacional. Criam-se assim, conceitos em contexto internacional, como os de blocos econômicos regionais, governança global, supranacionalidade, transnacionalismo, cidadania pós-nacional e, em especial, globalização do mundo (BEDIN, 2006).

A globalização como algo novo, frequentemente não fica evidente o que significa. Almeja-se uma esperança fundamentada, pois o homem não vive apenas de temores. Por isso, “a globalização não é um desejo na forma de um sonho. [...] Ela é uma evolução a desafiar a política, e com ela a Filosofia Política. [...] Muitos pensam na globalização apenas em termos de mercados de economia e de finanças.” (HÖFFE, 2003, p. 206). Na verdade a globalização vai muito mais além.

A visão global surgiu nos anos setenta, originária de uma lógica empreendedora de “firma multinacional”, inspirando a solução de problemas nacionais. A globalização emancipa a economia e a sociedade dos entraves causados pelo Estado-Nação, o “*monstro*” (MATTELART, 2002).

Contudo, a racionalização econômica deve ser instaurada em um modo de produção baseado no consumo. Isto se deve ao fato, da geração de um processo de subdesenvolvimento,

9 “Em termos de custos de dependência, sensibilidade significa a sujeição a efeitos que tenham custos e que sejam impostos de fora antes que políticas sejam alteradas para tentar mudar a situação.” (BEDIN, 2006, p. 3-4).

10 “[...] vulnerabilidade pode ser definida como a sujeição de um ator a custos impostos por eventos externos mesmo depois de ter alterado políticas.” (BEDIN, 2006, p. 4).



derivado de uma troca desigual de mercadorias e da degradação ambiental, originários do processo de globalização do capital (LEFF, 2009). Desse modo, cabe enfatizar:

Os princípios ambientais do desenvolvimento, as necessidades de adaptação do capital à organização cultural, assim como a oferta de recursos dos ecossistemas em regiões geográficas e em espaços étnicos determinados impõem novas condições ao processo de internacionalização e globalização do capital. O potencial ambiental do desenvolvimento e as condições ecológicas de sustentabilidade levam a recolocar os problemas da dependência econômica e tecnológica dos países do Terceiro Mundo. Simultaneamente, os princípios de racionalidade ambiental reorientam as políticas científicas e tecnológicas para o aproveitamento sustentável dos recursos, visando a construção de um novo paradigma produtivo e de estilos alternativos de desenvolvimento. (LEFF, 2009, p. 30).

Com estes ideais, as comunidades humanas deveriam desempenhar o papel de parceria entre democracia e poder pessoal, combinando com uma dinâmica de mudança e desenvolvimento. Na medida em que a parceria acontece, cada ser humano passa a entender a necessidade do outro. A economia enfatiza a dominação, a competição e a expansão, diferentemente da ecologia, que enfatiza cooperação, conservação e parceria. O que almeja-se é uma “*coevolução*” (CAPRA, 2012).

Em suma, o capitalismo e seus ideais econômicos devem respeitar e seguir valores ecológicos, almejando um desenvolvimento sustentável ou uma racionalização econômica. E isso perpassa por uma evolução sistêmica, que inicia-se por uma evolução democrática, em prol de um desenvolvimento sustentável.

UMA VISÃO SISTÊMICA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os novos contornos democráticos causados pela tecnologia e pela globalização têm afetado de maneira significativa os movimentos em prol de um ideal ecológico. As configurações têm se transformado, tanto na mobilização em prol ou contra os movimentos, quanto nas causas que atuam e defendem.

Primeiramente, é importante ressaltar a distinção entre ambientalismo e ecologia. Enquanto que, o ambientalismo tem o objetivo de corrigir formas destrutivas no relacionamento entre homem e meio ambiente, a ecologia, por um viés sociológico, trata-se de “[...] um conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária.” (CASTELLS, 1999, p. 144).

A determinação que o dinamismo que o capital exerce sobre a transformação dos ecossistemas e a consciência do uso de recursos naturais, está condicionada diretamente pelas práticas culturais e o (re)aproveitamento dos recursos que permeia a relação entre o processo histórico e ecológico (LEFF, 2009).



O conceito de sustentabilidade adquiriu importância significativa, impulsionada muito por movimentos ecológicos. Sob o ponto de vista sistêmico, (significa que estão interligados e são interdependentes), a única alternativa para solucionar o problema ambiental, são soluções sustentáveis. A mudança perpassa por uma profunda transformação de compreensão e pensamento (CAPRA, 2012).

A mobilização de comunidades locais em prol da defesa de seu espaço vem desenvolvendo-se nos últimos anos. Assim, o movimento ambientalista deve desenvolver-se no *tempo glacial*¹¹, projetando para trás na história e para frente na direção de um futuro especificado. Isto se explica pelo fato de que:

[...] O pensamento ecológico observa a interação entre todas as formas de matéria em uma perspectiva evolucionária. A ideia de utilizar única e exclusivamente recursos renováveis crucial para o ambientalismo, está justificada precisamente pela noção de que qualquer alteração nos mecanismos básicos do planeta, e do universo, poderá, *ao longo do tempo*, desfazer um delicado equilíbrio ecológico, trazendo consequências desastrosas. A noção holística de integração entre seres humanos e natureza, conforme sustentada pelos defensores da “ecologia profunda” não está se referindo a uma ingênua veneração de paisagens naturais intocadas, mas sim está ao princípio fundamental de que a unidade de experiência mais relevante não é o indivíduo ou, ainda nesse sentido, comunidades de seres humanos consideradas a partir de uma perspectiva histórica. (CASTELLS, 1999, p. 158).

A lição comunitária é óbvia. Além disso, é imprescindível o dever de reconectar a teia da vida, procurando construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis. São necessários aprendizados básicos de ecologia, por isso, “[...] ecologicamente alfabetizado, ou “eco-alfabetizado”, significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esse princípios para criar comunidades humanas sustentáveis.” (CAPRA, 2012, p. 218).

Estes ideais só serão efetivamente alcançados com pequenas comunidades, que se articulam como partes integrantes de outras maiores. Só assim alcançar-se-á uma economia forte, redistribuição de riquezas, programas ambientais e o respeito a leis básicas. O fortalecimento de pequenas comunidades auxiliará no desenvolvimento de comunidades amplas (ET'ZIONI, 2000).

Com o pensamento sistêmico¹², a ecologia enriqueceu, passando a introduzir novas concepções em seu estudo: comunidade e rede. Na medida em que a rede desenvolveu-se na ecologia, pensadores sistêmicos utilizaram-se dos modelos de redes nos demais níveis sistêmicos,

11 Castells propõe uma distinção entre tempo cronológico, tempo intemporal e tempo glacial. O *tempo cronológico*, característico do industrialismo “[...] é caracterizado pela sequência cronológica de eventos e pela disciplina do comportamento humano em função de um cronograma predeterminado que gera poucas experiências externas aos padrões de medida institucionalizada”. O *tempo intemporal* ocorre “[...] quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação na ordem sequencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto.” O *tempo glacial* implica na “[...] na relação entre o homem e a natureza é um processo evolucionário e de longo prazo.” (CASTELLS, 1999, p. 157).

12 Direito Ambiental e Autopoiese “[...] não se coadunam totalmente. Enquanto todos os sistemas autopoieticos são estruturas dissipativas e autorreprodutivas, o desenvolvimento sustentável precisa de conexão entre o homem social e o meio ambiente que o cerca para a sua concretude.” (ROCHA; DUARTE, 2012, p. 49).



fornecendo uma nova perspectiva hierárquica da natureza. A concepção sistêmica traz um sentido de entrelaçamento e de interdependência dos fenômenos, uma verdadeira teia da vida (CAPRA, 2012).

Dentre as teorias sistêmicas, destaca-se a teoria autopoietica. Embora não se coadune totalmente com a ecologia – meio ambiente –, ambas possuem pensamentos voltados à totalidade. A falta de sincronia entre ambas reside no fato de que ecologia¹³ e ser humano possuem códigos próprios, se produzindo e reproduzindo, causando irritabilidade entre os sistemas (ROCHA; DUARTE, 2012).

Uma possível solução seja uma conexão sincrônica entre ambos os sistemas, em prol de um desenvolvimento sustentável, que possui importância significativa no equilíbrio entre homem social e meio ambiente planetário, isto porque todo sistema precisa harmonizar-se para alcançar os objetivos almejados (ROCHA; DUARTE, 2012). Para isso é necessária uma comunidade vibrante, sustentada por uma teia de relações. Se estiver fragmentada, a comunidade poderá facilmente tornar-se fonte de atritos e preconceitos. Com isso, “[...] se a comunidade estiver ciente da interdependência de todos os seus membros, a diversidade enriquecerá todas as relações e, desse modo, enriquecerá a comunidade como um todo, bem como cada um dos seus membros.” (CAPRA, 2012, p. 222-223).

Assim, movimentos ecológicos possuem implícito em seus modelos uma democracia de bases populares. Movimentos, como o *Greenpeace*¹⁴, utilizam-se de campanhas específicas por ideais ecológicos planetários, sendo uma organização centralizada e possuindo mundialmente uma rede descentralizada¹⁵. Lutam incessantemente por uma tecnologia “verde” e detêm politicamente atividades em prol da sustentabilidade ambiental (CASTELLS, 1999).

Por isso, o desenvolvimento do movimento ambientalista pressupõe uma perspectiva procura estabelecer parâmetros a partir da vida de nossos filhos e netos, cuidando de nossos

13 “[...] o sistema é operacionalmente fechado, pois ele se reproduz no interior de seu sistema, ou seja, no interior dele mesmo – por exemplo, o homem reproduz homem, a natureza reproduz natureza –, e cognitivamente aberto porque as observações das informações que transitam no ambiente como interferências são decodificadas através de códigos binários próprios. A sua abertura proporciona que os códigos binários reduzam a complexidade do ambiente e acabem construindo uma complexidade própria. Tudo isso, se constitui em uma forma de sustentabilidade.” (ROCHA; DUARTE, 2012, p. 50).

14 “Em 1971, uma equipe de 12 pessoas, entre jornalistas, hippies e ecologistas partiu de Vancouver, Canadá, a bordo de um velho barco de pesca rumo ao Ártico. Esses ativistas acreditaram que a ação de indivíduos comuns pode fazer a diferença. Sua missão era testemunhar e tentar impedir os testes nucleares realizados pelos EUA nas ilhas Amchitka, no Alasca. Para levar adiante tal empreitada, o grupo tentou arrecadar fundos com a venda de broche. Verde (*Green*) e Paz (*Peace*) eram palavras de ordem, mas não cabiam separadas no broche. [...] chegou ao Brasil em 1992, ano que o país abrigou a primeira e a mais importante conferência ambiental da história, a Eco-92.” (GREENPEACE, 2019). (Dados retirados do site oficial do GREENPEACE: Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/nossa-historia/>>.).

15 “[...] São decididamente inter-nacionalistas e veem o Estado-Nação como o maior obstáculo ao controle do desenvolvimento atualmente desenfreado e destrutivo. Travam uma guerra contra um modelo de desenvolvimento eco-suicida, [...]” (CASTELLS, 1999, p. 151).



descendentes, em culto à Nova Era. Perpassa por um desenvolvimento sustentável em um cenário evolucionário, mediante um pensamento sistêmico (CASTELLS, 1999).

Em síntese, o desenvolvimento sustentável perpassa por uma ideia comunitária, global, mas acima de tudo democrática, em respeito sempre a um cenário evolucionário. Nestas perspectivas, de reformulação econômica, democrática, política e ecológica, ocasionada pela revolução tecnológica, a teoria autopoietica surge como alternativa, visto seu pensamento direcionado à totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À margem de concluir, após uma breve análise e interpretação dos efeitos da sociedade em rede na democracia, na economia e principalmente na ecologia, procurou-se responder, principalmente, se, é possível desenvolver ideais ecológicos com a (re)construção democrática na era digital e o progressivo consumo de capital baseado essencialmente no individualismo?

Dessa forma, apesar da mutabilidade democrática e a evolução do capitalismo baseado na exploração de capital individual, uma possível solução ao problema ecológico enfrentado, demonstra-se por meio de um desenvolvimento sustentável, baseado em um pensamento sistêmico, comunitário e global. Por isso, o ser humano, neste cenário evolucionário, deve reformular e repensar seus atos, de forma que seus atos sejam pensados em uma totalidade.

Acima de tudo, deve ser destacado que uma alteração significativa na sociedade moderna perpassa por um olhar no futuro. Um ideal ecológico transcorre por princípios de interdependência, onde em uma vasta rede de relações, cada indivíduo tem ciência do real papel que desempenha na sociedade. Uma interdependência ecológica perpassa, sobretudo, por um pensamento sistêmico da sociedade.

Na medida em que a humanidade evolui, a democracia e a economia vão modificando suas maneiras atuantes. A sobrevivência sadia da sociedade perpassa por um pensamento sistêmico, voltado às futuras gerações. Com uma (re)alfabetização ecológica, será possível viver em conformidade com os princípios ecológicos, almejando um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório globalização, crescimento e pobreza**. São Paulo: Futura, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Trad. Jose Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.



BEDIN, Gilmar Antonio. A sociedade internacional e os novos atores internacionais. In: MENEZES, Wagner. **Estudos de Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2006.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul. 2019.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2012. Disponível em: <http://www.comunita.com.br/assets/teiadavidafritjofcapra.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ETZIONI, Amitai. **La tercera vía hacia una buena sociedad**: propuestas dese el comunitarismo. Madrid: Minima Trotta, 2000.

FERRAJOLI, Luigi. Os percursos opostos da soberania interna e da soberania externa na era liberal. In: **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 27-38.

GREENPEACE. **Greenpeace Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

HÖFFE, Otfried. Visão de República Mundial. In: OLIVEIRA, Nythamar Fernandes; Souza, Draiton Gonzaga de. **Justiça e política**: homenagem a Otfried Höffe. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Trad. e ed. Jorge E. Silva. Rev. Técnica Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia xonectada**: a internet como ferramenta de engajamento político democrático. Curitiba: Juruá, 2014.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária**: da cidade profética à sociedade global. Trad. Caroline Chang. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos fundamentales**. Madrid: Tecnos, 1984.

ROCHA, Leonel Severo; DUARTE, Francisco Carlos. **Direito ambiental e autopoiese**. Curitiba: Juruá, 2012.



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONFRONTANDO A REALIDADE COM O DESEJO DE REALIZAR

ROYER, Fernanda Isabel¹

CAMARGO, Maria Aparecida Santana²

Resumo: A educação inclusiva é, ainda hoje, uma temática polêmica, não consensual, e geradora de dúvidas e inseguranças aos educadores. Neste sentido, este artigo tem por objetivo refletir sobre a realidade educacional encontrada por este público, e apresentar o trabalho realizado pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do *Campus* Ibirubá. Os resultados atingidos por meio deste trabalho de atendimento especializado vêm se mostrando positivos na construção do aprendizado deste público. Em relação a metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, de cunho teórico, através de uma revisão bibliográfica da legislação vigente e do Projeto Pedagógico Institucional do IFRS.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Adaptação curricular. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 vivenciou-se avanços significativos para a educação especial, isto porque, levando-se em conta a lentidão deste processo, conquistou-se um espaço mais concreto, participativo e digno na sociedade e nas instituições educacionais para as pessoas com necessidades especiais. Porém, sabe-se que por muitos anos estas pessoas foram excluídas e negligenciadas.

Ainda hoje, a escola inclusiva é tema de debate e de divergências. Inicialmente, tem-se que levar em consideração alguns ajustes necessários, pois deve-se reconhecer as dificuldades escolares sem que o foco seja apenas nas limitações discentes, mas sim da própria instituição. Esta reflexão desvela as adaptações mais urgentes a serem feitas, a fim de melhor atender ao público especial.

Estas adaptações são necessárias pela diversidade de casos que pode-se encontrar, e suas demandas podem ser muito diferentes entre si, ainda mais se levar em conta a estrutura da rede

1 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br

2 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cidascamargo@gmail.com



federal, objeto deste artigo, que recebe alunos da Educação Básica, Técnica, Superior e Pós-graduação. Além destas adaptações de âmbito mais genérico, também precisa-se preparar para pôr em prática adaptações curriculares que sejam pertinentes às necessidades individuais dos estudantes.

Na busca pela efetividade da aprendizagem, as instituições têm disponibilizado um atendimento diferenciado, muitas vezes personalizado: o Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, muitos problemas se apresentam para sua concretização, como a falta de infraestrutura, falta de profissionais capacitados, tempo, salas superlotadas, etc.

Objetivando alcançar o propósito de uma escola para todos, e que contemple também a estes estudantes especiais, no Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (IFRS, 2011) são abordadas questões relacionadas à inclusão e às ações afirmativas, almejando a igualdade de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais específicas.

Tendo em vista o exposto acima, este trabalho abordará questões pertinentes ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), possibilidades de implantação deste trabalho, questões relacionadas a espaço físico e recursos humanos para a efetivação deste processo, dificuldades e anseios, e formas de melhor atender aos discentes, que por algum motivo, necessitem de alguma forma de adaptação.

DESENVOLVIMENTO

Uma reflexão sobre o Atendimento Educacional Especializado

Quando se fala em aprendizagem e inclusão escolar, muitas dúvidas surgem e muitos são os obstáculos desse processo, como a ausência de capacitação dos professores, a falta de acessibilidade e estrutura da escola e, indo além, a ausência de comprometimento de algumas famílias que acabam por transferir toda a responsabilidade para a instituição.

Nesse contexto, a adaptação curricular surge como estratégia para encontrar soluções imediatas para o direito de todos à educação, uma vez que a Lei Brasileira de Inclusão, que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016, mostra que a deficiência está no meio e não nas pessoas, exigindo das escolas o preparo necessário para incluir estudantes com necessidades educacionais específicas.

Pensando nisso, e tendo claro que nem sempre a adaptação de conteúdo e material é suficiente, faz-se necessário o atendimento extraclasse, individualizado ou em grupo, para facilitar o entendimento e a fixação do conhecimento construído em sala de aula, mas no ritmo de cada indivíduo.



Conforme Oliveira e outros (2009, p. 103), estes atendimentos podem ocorrer fora da sala de aula, e o professor, ou o profissional responsável pelo atendimento ao estudante, produzirá relatório para aferir sua frequência e seus avanços. Os autores referem ainda que, “O papel do professor em sua sala de aula não se limita unicamente às atividades com os alunos. É necessário que sua prática pedagógica esteja articulada com o trabalho de outros profissionais da equipe escolar.”

Para Pasian e outros (2017, p. 973) o sucesso do atendimento especializado também depende do preparo dos professores envolvidos.

A partir do momento que há um conjunto de especificidades que demandam conhecimentos para atuar com um determinado alunado, faz-se necessário que docentes possuam formação adequada para tal, e essa formação necessita ser específica para que o professor seja capaz de potencializar o aprendizado de seus alunos, provendo o melhor ensino possível para eles.

Complementando esta ideia, em relação ao preparo dos profissionais do AEE, pode-se afirmar que este é um dos maiores desafios encontrados na educação inclusiva. Muitos professores se sentem despreparados e, conseqüentemente, com medo de encarar a educação de alunos com necessidades especiais, sem falar na defasagem em relação ao número de alunos e professores. Como relatam Braun e Vianna (2011, p. 06):

O governo vem oferecendo cursos de formação à distância, qualificando profissionais para que atuem no AEE. Entretanto, ainda há uma demanda significativa tanto em relação ao número de profissionais quanto à forma como tal qualificação tem acontecido para que a proposta ocorra de forma efetiva e com qualidade.

Analisando este número restrito de profissionais, muitas escolas contam com a ajuda dos próprios estudantes, entendendo que este atendimento pode envolver seus pares, em um processo de ajudar o outro a aprender, aprender com o outro ao ensinar, perceber que todos aprendem juntos, embora tendo objetivos e processos diferentes.

O atendimento especializado, como já destacado antes, pode ocorrer fora do contexto escolar, e diante disso, é possível afirmar que o currículo inclusivo se constrói através da interdisciplinaridade, projetos, eixos temáticos, transversalidade, entre outros, tentando superar os limites do currículo organizado por disciplinas, tendo como objetivo a apropriação significativa dos conhecimentos que compõem o currículo, associando temáticas que permeiam as diversas áreas do conhecimento às práticas de componentes curriculares.

Dessa forma, os estudantes são capazes de compreender que os conteúdos se complementam nas relações das diferentes vivências. Assim, pode-se inferir que o AEE não se dá, necessariamente, em uma sala privativa, mas sim através de atitudes e projetos que facilitem o aprendizado dentro e fora das ambiências escolares.



A Instituição - IFRS Campus Ibirubá

Com o objetivo de cumprir sua função social, relacionando teoria e prática, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus* Ibirubá foi criado em 06 de junho de 2009, como *Campus* Avançado, após a federalização da Escola Técnica Alto Jacuí. Ocupando uma área de 101 hectares, o *Campus* iniciou suas atividades em fevereiro de 2010.

Visando contemplar o público com necessidades especiais, a instituição conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) que trabalha objetivando a inclusão de toda e qualquer pessoa, com limitações permanentes ou temporárias, que apresente deficiências cognitivas, físicas ou sensoriais. O trabalho vai ao encontro da busca pela “escola inclusiva”, apesar da resistência de peças fundamentais neste processo educacional, haja vista sua recente inserção nos círculos de discussão didáticos-metodológicos, e também a falta de instrução para professores e gestores no que tange à temática da inclusão.

No Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (IFRS, 2011), são abordadas questões relacionadas à inclusão e às ações afirmativas, objetivando a igualdade de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais específicas. Para tal finalidade, são elencados os princípios da ação inclusiva no IFRS, os quais constituem:

- o respeito à diferença;
- a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão e permanência;
- a garantia da educação pública, gratuita e de qualidade para todos;
- a defesa da interculturalidade;
- a integração com a comunidade escolar.

O NAPNE, além do atendimento ao educando e à garantia dos princípios acima citados, trabalha diretamente com o docente na construção da adaptação curricular, auxiliando na produção de estratégias para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem, e encurtando o caminho para a materialização de uma “escola para todos”, pois, segundo Carvalho (2004, p.29):

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento.

É neste sentido que os medos e a insegurança dos profissionais da educação são barreiras que retardam o sucesso da inserção destes alunos no ensino regular. Para que a instituição possa usar com mérito o termo de ‘escola inclusiva, muitas vezes é necessário rever práticas e metodologias, obrigando a desacomodação de pensamentos e a quebra de preconceitos.



A proposta de implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A implantação deste tipo de projeto, em muitos casos, faz com que se pense em uma sala com materiais específicos, com uma equipe multiprofissional, muito investimento financeiro, humano e de tempo. Certamente, seria este o cenário ideal, no entanto, a maioria das instituições não dispõe disso.

No caso do *Campus* em questão, este é o contexto que se apresenta. Não há disponibilidade de uma sala para ser destinada exclusivamente a este fim. Almeja-se, com o tempo, que isto seja possível, com a finalização de outros blocos em construção. No entanto, com a situação atual, deve-se pensar em formas alternativas de oportunizar este atendimento, sem prejudicar alunos e professores.

Tendo em vista as atuais condições, o *Campus* dispõe de projetos de monitoria, que proporcionam a troca de saberes entre monitores e estudantes, não apenas de conteúdo, mas propiciando a cooperação e a solidariedade, valores fundamentais na prática pedagógica, possibilitando não somente a estruturação do conhecimento do indivíduo, mas, sobretudo, a constituição do próprio indivíduo como sujeito e como cidadão.

A metodologia utilizada nesse projeto está associada a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão que procura conhecer o universo cognitivo e cultural dos envolvidos, e, com base nisso desenvolver processos de ensino e aprendizagem interativos e participativos, envolvendo muitos momentos de estudo e pesquisa por parte do monitor para apoio às atividades do estudante em AEE.

A intervenção é elaborada e desenvolvida a partir da perspectiva interdisciplinar, onde o monitor e o estudante tem condições advindas de sua experiência, de aprender na prática com as questões da vida real e seu cotidiano, aliada à condição de construir conhecimentos teoricamente sistematizados, possibilitando-lhes uma compreensão globalizadora da realidade.

A estruturação das adaptações curriculares e dos atendimentos individualizados realizados pelos professores do *Campus*, bem como por membros do NAPNE, passou e ainda passa por diversos momentos de sensibilização, discussão, estudos e ações. A inclusão desafia mudanças em diversas concepções filosóficas, organização curricular e procedimentos de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado pelo NAPNE, no que tange ao atendimento educacional especializado no *Campus* Ibirubá vem alcançando resultados satisfatórios e expressivos até mesmo fora do



Estado, sendo seus membros convidados a ministrar cursos e palestras por todo o Brasil. Mas os percalços ao longo do caminho não são poucos. Citando Carvalho (2005, p.103):

A inclusão educacional exige que expliquemos dificuldades escolares não só tendo os alunos como focos, mas considerando-se as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas. O desafio implica numa nova visão de necessidades educacionais especiais que, além das dos alunos, traduzem-se por necessidades das escolas, dos professores e de todos os recursos humanos que nelas trabalham.

A visão de que o AEE não é apenas papel do professor traz a indagação de qual seria a melhor maneira de realizar de forma exitosa uma educação inclusiva, com princípios pautados na formação integrada dos estudantes, oportunizando a todos as mesmas oportunidades.

Na busca por renovação das ações didático-metodológicas, docentes e estudantes tornam-se sujeitos da avaliação, através de processo avaliativo contínuo e permanente, priorizando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação por projetos permite analisar a ação educativa e, se necessário, readequar objetivos, metodologias e atividades propostas no decorrer da ação.

Os estudantes que fazem parte destes projetos de atendimento apresentaram uma melhora expressiva em seu rendimento escolar, tanto no sentido da construção do conhecimento, mas também na socialização com colegas e professores. Da mesma forma, os monitores demonstraram um crescimento importante em suas atividades educacionais. Tais dados demonstram a relevância do AEE para todo o contexto escolar.

Além disso, percebe-se um ganho significativo na frequência escolar dos estudantes, sejam do público-alvo ou monitores. E em relação aos docentes, nota-se a satisfação no desempenho de suas atividades em virtude da participação e desenvolvimento de todos os discentes, e por atingirem o objetivo da construção do conhecimento.

Até hoje muito já se conquistou, mas ainda se está longe do ideal. Algumas atitudes deixam de ser tomadas em virtude de contenção de gastos, já que, infelizmente, o governo não vê estas “despesas” como um investimento, e outros progressos não saem do papel por conta da resistência da sociedade. Mas os defensores da educação inclusiva continuam em busca dos direitos constantes na Constituição: educação de qualidade para todos, em classes regulares, com garantia de acesso e permanência.

REFERÊNCIAS

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. **Atendimento educacional especializado, sala de recurso multifuncional e plano de ensino individualizado**: desdobramento de um fazer pedagógico. In: PLETSCHE, Marcia Denise; DAMASCENO, Allan (orgs). Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro: EDUR, p. 23-34, 2011.



CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista do Centro de Educação – Cadernos**, n. 26, edição 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395/2569>. Acesso em: jan. 2018.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Projeto Pedagógico Institucional**, 2011. Disponível em: http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2015310101825703ppi_versao_final.pdf. Acesso em: 5 set. 2017.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Marcia Souto Maior Mourão; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Legislação e políticas públicas em educação inclusiva. 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 165, p. 964-981, jul./set. 2017.



RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO DIREITO DO TABALHO

CONCEIÇÃO, Dandara Roberta Soares¹

PORTELA, Eduarda Mello²

SILVA, Luiza Heider Salles da³

COSTA, Marcelo Cacinotti⁴

Resumo: A negociação coletiva se apresenta como uma espécie alternativa de resolução de conflitos, na qual as entidades sindicais, estabelecem requisitos entre empregadores e empregados, tendo o objetivo de regular, principalmente, a remuneração das partes e as demais condições de trabalho. Havendo consenso entre as partes, encaminha-se o que se denomina de acordo ou convenção coletiva. Desse modo, o presente trabalho possui o objetivo de abordar este meio alternativo de resolução de conflitos, através de pesquisa bibliográfica, qualitativa de caráter explicativo e método dialético. A negociação coletiva parte da iniciativa de qualquer um dos negociantes com a participação ativa dos sindicatos, com isso, torna-se um procedimento viável e menos penoso, tendo em vista que existe uma igualdade de condições entre os envolvidos. Portanto, a negociação coletiva é de suma importância para a pacificação das condições trabalhistas, proporcionado um diálogo mais aberto, eficiente e justo, sem a necessidade da procura de meios jurisdicionais.

Palavras-chave: Direito do trabalho. Negociação Coletiva.

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho sempre estiveram em constante transformação, conforme a necessidade de atendimento das demandas sociais. No Brasil, atualmente, por meio da Constituição de 1988 e da Consolidação das Leis Trabalhistas permite-se uma maior liberdade e flexibilização das relações de trabalho priorizando a proteção do trabalhador.

Seguindo este viés, a sociedade mundial encontra-se em um processo de transformação, haja vista o grande avanço tecnológico que vem acontecendo de modo mais intenso nas últimas décadas. Essa evolução afetou de forma significativa a área do Direito do Trabalho já que surgiram

1 Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Curso de Direito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: dandararobertas-conceicao@gmail.com

2 Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Curso de Direito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: duda.mportela@outlook.com.

3 Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Curso de Direito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: luizaheider@hotmail.com.

4 Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Curso de Direito e Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. E-mail: marcocosta@unicruz.edu.br.



novas demandas sociais e, por conseguinte, novos mercados de trabalho. Dessa forma, as novas gerações de empregados mostram-se com muita habilidade em manusear as tecnologias, aspiração por ganhar muito dinheiro, disposição para aprender, ansiedade em crescer na organização e imediatismo. Ademais, com o surgimento de novos de trabalhadores trouxeram diferenciados atributos ao trabalho, os quais seja: velocidade, agilidade, multiplicidade de informações, mudança e inovação (AGUIAR, 2018).

Nesse cenário a negociação coletiva que possui uma natureza dúctil, veloz e, principalmente, particular na obtenção de soluções ideais, na medida em que os próprios interessados, os agentes de conformação de interesses, viabilizam as alternativas, apresenta-se como um mecanismo cada vez mais adotado pelos empregados e empregadores na resolução de conflitos (AGUIAR, 2018). Ou seja, a negociação é um dos meios alternativos para a solução de controvérsias, os quais além de colocarem um fim ao problema, são ágeis, econômicos e menos desgastantes aos agentes participantes da controvérsia.

Assim, a negociação pode ser conceituada como:

[...] um processo bilateral de resolução de impasses ou de controvérsias, no qual existe o objetivo de alcançar um acordo conjunto, através de concessões mútuas. Envolve a comunicação, o processo de tomada de decisão (sob pressão) e a resolução extrajudicial de uma controvérsia. (PINHO, 2007, p. 363)

Segundo a Convenção 154 da Organização Internacional do Trabalho, em seu artigo 2º, constitui a negociação coletiva:

Para os efeitos desta Convenção, o termo “negociação coletiva” compreende todas as negociações que se realizam entre um empregador, um grupo de empregadores ou uma ou mais organizações de empregadores, de um lado, e uma ou mais organizações de trabalhadores, de outro, para:

- a) definir condições de trabalho e termos de emprego; e/ou
- b) regular as relações entre empregadores e trabalhadores; e/ou
- c) regular as relações entre empregadores ou suas organizações e uma organização de trabalhadores ou organizações de trabalhadores.

Nesse cenário, o acordo e as convenções coletivas se apresentam como importantes métodos de contornar possíveis conflitos trabalhistas. Evidencia-se um real interesse em solucionar eventuais conflitos de interesses, proporcionando uma melhor relação entre as partes, já que, de modo conjunto e compartilhado, busca-se a melhor solução para a preservação dos interesses dos trabalhadores e para a manutenção e viabilidade dos postos de trabalho, regulando-se não somente salários, mas, também, as próprias condições laborais. É a adoção de um caráter bilateral, cujas as decisões e procedimentos, são aprovados em comum acordo entre as partes negociantes, em outras palavras, há uma participação mútua e eficiente dos negociantes, havendo uma recusa de imposições unilaterais.



Importante identificar a coexistência de quatro tipos de negociação coletiva: de criação, que dá início a uma convenção coletiva de determinada categoria, regulando de modo originário os aspectos laborais; solução de conflito, ingressa em uma convenção já existente para por termo a algum eventual conflito; de modificação, altera as cláusulas de uma convenção já em vigência; de substituição, quando há a substituição de uma convenção coletiva vigente por outra nova; de esclarecimentos que é a celebração de outra convenção coletiva para esclarecer conceitos ou situações confusas ou ambíguas que se registraram em convenção coletiva anterior (DOMINGUES, 2014).

No mais, a negociação coletiva caracteriza-se por designar direitos e obrigações, em que as partes se comprometem a realizar disciplinando em cláusulas, de acordo com um determinado prazo sob pena de possível sanção. Quando a solução entre as partes é alcançada gera uma convenção ou acordo coletivo, os quais não poderão extinguir direitos já anteriormente conquistados e previstos em anterior negociação. A negociação coletiva diante da sua finalidade e procedimentos está cada vez mais aceita no direito do trabalho, tendo em vista a necessidade de desafogar o Poder Judiciário.

Isto posto, este instrumento jurídico é uma opção viável para acabar com controvérsias de natureza trabalhista, sendo amplamente usado no Direito do Trabalho e no Direito Comercial, já que a sua maior vantagem está ligada ao seu êxito duradouro e rápido, resultante de uma configuração extremante participativa dos envolvidos. O presente trabalho possui o objetivo de discorrer sobre a negociação coletiva que se apresenta como um importante instrumento de soluções de conflitos de natureza trabalhista. Para tanto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter explicativo e método dialético.

DESENVOLVIMENTO

A negociação coletiva compreende uma modalidade autocompositiva de conflitos coletivos na área trabalhista. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, constitui todas as negociações entre empregador, um grupo de empregadores, bem como uma ou várias organizações de empregadores e trabalhadores, com o intuito de fixar condições de trabalho e emprego; regular as relações entre empregadores e trabalhadores; ou regular as relações entre os empregadores ou suas organizações e uma ou várias organizações de trabalhadores. Assim, esta forma de resolução de conflitos gera profundos efeitos de cunho profissional e econômico, que visa o entendimento entre as partes envolvidas, sem a necessidade de ser feita mediante um órgão jurisdicional.



Normalmente a negociação é efetuada por categorias. No caso do Brasil, os sindicatos das categorias tomam a frente das negociações das disposições contratuais de trabalho, cuja representação pode ser ainda realizada por federações, entidades sindicais de abrangência estadual, negociando quando as categorias não estiverem organizadas em sindicatos. Com isso, a negociação coletiva se inicia com o pedido de uma das partes, sendo fundamental a presença do sindicato representante dos trabalhadores, durante o seu desenvolvimento com discussão livre sobre os pontos considerados relevantes para ambos os lados. O encerramento deste ato poderá acontecer com o consenso das partes, expresso na forma de um acordo ou convenção, porém caso mantida a discórdia, a situação será apreciada pelo Poder Judiciário (DOMINGUES, 2014).

Outrossim, a negociação coletiva possui algumas funções conforme as suas características e finalidades. A função normativa inclui a criação de normas aplicáveis nas relações de trabalho, que determinam direitos e obrigações para as partes, tendo em vista a superação dos conflitos. Já a função política consiste no incentivo do diálogo entre o empregador e empregado, ainda há a função econômica que se direciona à distribuição das riquezas dos agentes. Enquanto, a função social preocupa-se com a participação dos trabalhadores nas decisões empresariais (CASSEPP, 2013).

É importante ressaltar que negociação coletiva é regida por alguns princípios, os quais se destacam: da boa-fé; da razoabilidade; da igualdade; do direito de informação. O princípio da boa-fé preconiza a obrigação da formulação e verificação de propostas e contrapostas recíprocas, que não tenham o objetivo de causar prejuízos. O princípio da razoabilidade juntamente com o princípio do direito de informação, evidenciam que os trabalhadores precisam conhecer as reais condições do local de trabalho, para que possam discutir e propor suas reivindicações de maneiras razoável. Já o princípio da razoabilidade, o empregador ao apresentar propostas deve levar em consideração a situação da sua empresa e de seus empregados. Não obstante, o princípio da igualdade demonstra que não há hierarquia entre os negociadores, haja vista que se tratam de dois polos distintos, os quais gozam de plena liberdade para aprovarem ou rejeitarem qualquer proposta (CASSEPP, 2013).

A negociação coletiva é um dos principais instrumentos utilizados pelo empregador e empregado que tem por objetivo a superação de conflitos, a regulação das relações de trabalho, a celebração de contratos coletivos, convenções coletivas ou acordos coletivos, em que serão fixados os parâmetros do trabalho (RODRIGUES, 2012).

Sendo assim, o procedimento de acordo coletivo, quando aplicado e conduzido de forma adequada, traz significativas vantagens na negociação das relações jurídicas de natureza trabalhista, pois se desenvolve de forma extrajudicial, mais ágil e célere, contribuindo para a “desjudicialização”



dos conflitos sem comprometer o equilíbrio que sempre deve nortear a relação entre as partes envolvidas na relação de trabalho.

Convenção Coletiva de Trabalho

A Convenção Coletiva de Trabalhos surgiu na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, devido à industrialização das nações, posteriormente se difundindo para outros países. No Brasil a Constituição de 1934 reconheceu pela primeira vez esta Convenção, sendo que na Constituição de 1937 passou a ser expressa como contrato coletivo (CASSEPP, 2013). Após várias alterações, com a Constituição Federal de 1988, consagrou da terminologia Convenção Coletiva. De acordo com o artigo 611, da CLT, a Convenção Coletiva:

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho. (BRASIL, 1943)

Desse modo, a Convenção Coletiva de Trabalho pode ser entendida como o resultado de uma negociação coletiva realizada entre entidades sindicais, que mesmo de cunho eminentemente privado, produzem preceitos abstratos, gerais e impessoais. Havendo basicamente nos seus polos subjetivos entidades sindicais, ou seja, é firmado por um sindicato representativo de certa categoria profissional em face de um dos sindicatos da categoria econômica respectiva (DOMINGUES, 2014).

Acordo Coletivo de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho, encontra-se disposto no artigo 611, §1º, da CLT, o qual diz:

§ 1º É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho. (BRASIL,1943)

Neste caso, trata-se de um acordo firmado entre o sindicato da categoria do empregado e a empresa empregadora de modo escrito e que sempre será dirigido ao sindicato da categoria do trabalhador. O sindicato terá o prazo de 08 dias para iniciar as negociações, conforme o artigo 617, da CLT:

Art. 617 - Os empregados de uma ou mais empresas que decidirem celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com as respectivas empresas darão ciência de sua resolução, por escrito, ao Sindicato representativo da categoria profissional, que terá o prazo de 8 (oito) dias para assumir a direção dos entendimentos entre os interessados, devendo igual procedimento ser observado pelas empresas interessadas com relação ao Sindicato da respectiva categoria econômica. (BRASIL, 1943).



Diante disso, se nota que a Consolidação das Leis do Trabalho possibilita a negociação direta do trabalhador com a empresa, desde que haja a ciência do sindicato do acordo que está sendo firmado. Essa prerrogativa acontece, haja vista que a Constituição Federal determina a obrigatoriedade da participação sindical nas negociações coletivas de trabalho.

No mais, o acordo dependerá de uma Assembleia Geral que acontecerá, via de regra, na sede do sindicato dos trabalhadores para deliberação e votação, mediante convocação prévia de toda a categoria. Dessa forma, nota-se que o seu objetivo é atingir as melhores condições para o exercício do trabalho, podendo até estipular regras que garantam uma prestação de serviços harmonizada para ambas as partes, desde que não afrontem as normas trabalhistas (LOMBARDI, 2013).

O outro ponto importante é que os Acordos Coletivos de Trabalho diferem das Convenções Coletivas de Trabalho, no que tange os polos subjetivos negociantes e seus efeitos. Os acordos têm como sujeitos uma empresa e um sindicato de empregados, o qual vincula os trabalhadores daquela empresa que participou da negociação. Por conseguinte, as convenções possuem os sindicatos como sujeitos, cuja vinculação atinge empregados e empregadores (DOMINGUES, 2014).

A Importância da Negociação Coletiva

A Negociação Coletiva mostra-se um procedimento de resolução de conflitos essencial para a estabilização das relações de trabalho, já que através dele os sindicatos, trabalhadores e empregadores podem dialogar e conseqüentemente buscar condições de trabalho adequadas, bem como a solução de desavenças. Nesse caso, permite a possibilidade de uma flexibilização e uma adaptação dos direitos previstos na lei, com a intenção de que beneficiem os trabalhos e seus contratantes (CASSEPP, 2013).

Ademais, a negociação proporciona a manutenção da paz social, por meio do entendimento entre as partes. E com este método produz uma igualdade de condições aos trabalhadores, os quais encontram a solução de seus problemas de forma mais rápida, eficiente e justa. A sua aplicabilidade alcança todos os ramos da atividade econômica, em qualquer nível sindical, profissional ou empresarial (LOMBARDI, 2013). Contudo, existem obstáculos na utilização da negociação coletiva, por exemplo, quando o sindicato representante de um dos grupos não possui força para auxiliar as negociações e atingir os resultados pretendidos (DOMINGUES, 2014).

Assim, a negociação coletiva quando bem sucedida constitui condições benéficas para as partes negociantes, sem a intervenção jurisdicional, priorizando a solução pacífica e o entendimentos entre os partícipes da relação de trabalho.



Outrossim, é importante ressaltar a participação dos sindicatos na negociação coletiva acerca da formalização do acordo e convenção coletiva. Essa participação torna-se essencial diante da busca pela dignidade do trabalho humano, tendo em vista, que com a participação sindical, os trabalhadores se encontram fortalecidos para a busca de uma justiça social. Sendo assim, de acordo com o art. 8º, III, da CF, os sindicatos têm a função social de representar o empregado perante os empregadores.

Entretanto, ao longo dos anos, a atuação sindical vem sofrendo várias intervenções governamentais. Entre elas, a extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical, a qual, com a reforma trabalhista, trouxe maior liberdade ao trabalhador na escolha de ser representado, ou não, por um sindicato. Ainda, a intervenção do Estado frente aos sindicatos é incompatível com o artigo 8º, I, da CF, quando está possibilita da escolha do trabalhador na contribuição para o sindicato.

Portanto, a atuação sindical é um exemplo que se mostra primordial para o exercício do princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que a Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, trata da liberdade sindical como direito fundamental, por meio da Convenção n. 87 de 1948.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, foi possível verificar que a negociação coletiva de trabalho se trata de um modelo de resolução de conflitos, no qual os representantes sindicais, estabelecem um entendimento entre empregadores e empregados, com o objetivo de regular a remuneração das categorias profissionais, as condições de trabalho e outros termos do acordo contratual de natureza laboral. Com isso, apresenta-se como um procedimento democrático que prioriza a participação igualitária dos trabalhadores e seus patrões, manifestada por meio de sindicatos, a fim de solucionar os problemas decorrentes da relação trabalhista.

No mais, as principais consequências quando há o consenso entre os negociantes são os acordos e convenções coletivas de trabalho. O primeiro compreende um acordo firmado pelos negociantes, com a atuação ativa dos sindicatos, os quais expõem as deliberações dos trabalhadores, no que tange as condições de trabalho. Já o segundo diferentemente do acordo, este é firmado entre os entes sindicais que produzem preceitos abstratos, gerais e impessoais.

Portanto, a negociação coletiva é de suma importância para a pacificação das condições trabalhistas, proporcionado um diálogo mais aberto, eficiente e justo, sem a necessidade da procura de meios jurisdicionais. Ou seja, esse procedimento possui características muito simples



que podem ser praticas no ambiente da atividade laboral evitando, assim desgastes econômicos e emocionais desnecessários que podem advirem de uma ação judicial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Carlos. **Negociação coletiva de trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ALMEIDA, R.R. **A liberdade sindical como direito humano pela Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU e direito fundamental pela OIT a partir da visão de Jacques Maritain em suas obras “Os direitos do homem e a lei natural” de 1942 e “O homem e o Estado” de 1948, e da sua intervenção pessoal junto à Unesco/ONU em 1947**. Disponível em: <http://www.calvo.pro.br/media/file/A%20liberdade%20sindical%20na%20visao%20de%20Jacques%20Maritain%20II.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 1943.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

CASSEPP, Alexandre Azambuja. **Negociação coletiva e os instrumentos normativos negociados**: acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,negociacao-coletiva-e-os-instrumentos-normativos-negociados-acordo-coletivo-e-convencao-coletiva-de-trabalho,42706.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DOMINGUES, Tassio. **Aspectos sobre a negociação coletiva**. Disponível em: <https://tjdomingues.jusbrasil.com.br/artigos/152373056/aspectos-sobre-a-negociacao-coletiva>. Acesso em: 11 nov. 2018.

LOMBARDI, Sancler Adriano. **Negociação coletiva do trabalho**. Disponível em: <https://phmp.com.br/noticias/negociacao-coletiva-do-trabalho>. Acesso em: 11 nov. 2018.

NUNES, Keyciane Mendonça; S, Luis Gustavo. **Negociação coletiva no Direito do Trabalho**: aspectos legais e doutrinários. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51076/negociacao-coletiva-no-direito-do-trabalho-aspectos-legais-e-doutrinarios>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de Pinho. DURCO, Karol. **A mediação e a solução dos conflitos no Estado Democrático de Direito**: o “Juiz Hermes” e a Nova Dimensão da Função Jurisdicional. Disponível em <http://www.humbertodalla.pro.br>. Acesso em: 16 nov. 2018.



RODRIGUES, Diogo Augusto. **Formas de negociação coletivas**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,formas-de-negociacao-coletiva,37533.html>. Acesso em: 11 nov. 2018.



INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DIGITAL DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

QUINZZANI, Elisiane Güntzel¹

LAUXEN, Sirlei Lourdes²

BIANCHI, Patrícia Dall’Agnol³

GARCES, Solange Beatriz Billig⁴

Resumo: Este artigo tem por objetivo verificar o impacto dos avanços tecnológicos na vida de idosos institucionalizados, como forma de inclusão social a partir do uso das tecnologias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de questionário para idosos institucionalizados na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) de Cruz Alta/RS que utilizam meios digitais como ferramenta de comunicação e informação. Os resultados demonstraram que dos sessenta idosos institucionalizados apenas três utilizam telefone celular para se comunicar estes percebem-se que apresentam dificuldades no domínio da tecnologia. Conclui-se, portanto, que a tecnologia não está presente entre a maior parte dos idosos na ILPI. Desta forma observa-se que não há inclusão digital entre os idosos institucionalizados. Sugere-se que atividades de inclusão social por meios digitais sejam oportunizadas, para que sirvam como sociabilidade em tempo real, por meio de contato virtuais, com pessoas e familiares, evitando assim o isolamento, solidão e a depressão.

Palavras-chave: Tecnologia. Inclusão social. Idosos.

INTRODUÇÃO

Neste artigo elencamos como objetivo principal verificar o impacto dos avanços tecnológicos na vida dos idosos institucionalizados, como forma de inclusão social a partir do uso das tecnologias. E como objetivos específicos analisar quais os benefícios e as vantagens que o uso das tecnologias incrementam suas vivências; verificar quais as dificuldades encontradas entre eles no uso das tecnologias e identificar se o idoso institucionalizado se sente incluído socialmente através destas.

1 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: equinzzani@unicruz.edu.br

2 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br

3 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: pbiachi@unicruz.edu.br

4 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br.



Estamos no século XXI, vivendo num período de grandes inovações tecnológicas, repleto de transformações que estão impactando diretamente na vida das pessoas e em suas relações sociais, políticas e econômicas. Conforme Costa (2011, p. 110):

Um grande desafio neste milênio é enfrentar essa herança social de injustiça, que exclui uma grande parte da população às condições mínimas de cidadania. Trazer para o presente todas as possibilidades do futuro, mas sem esquecer das mazelas que perduram do passado. A exclusão digital traz apenas mais uma faceta às outras exclusões já vividas e conhecidas por essa faixa da população; por isso há a preocupação em tratar a inclusão digital como uma facilitadora de outras inclusões, e não apenas focada no uso técnico das novas ferramentas.

A inclusão social, por meio digital, está presente em vários meios. Um exemplo prático do cotidiano que podemos mencionar é a utilização de um equipamento eletrônico quando se há a necessidade de realizar uma operação em um caixa eletrônico no autoatendimento de um banco, ou seja, por mais simples que possa parecer, as pessoas precisam interagir com a tecnologia e ter domínio deste conhecimento, para facilitar as rotinas diárias de suas vidas. As pessoas que sabem usar as tecnologias no dia a dia se sentem integradas e, portanto, incluídas socialmente. Do contrário as que não dominam a tecnologia tornam-se excluídos e são considerados analfabetos digitais.

Este impacto das tecnologias na vida dos idosos, surge de forma cada vez mais intensa e coercitiva tornando-se uma competência e habilidade imprescindível nos tempos atuais, independentemente de onde os idosos se encontram, seja como integrante de família, ou de uma ILPI. Todavia, como as tecnologias se atualizam rapidamente, muitos idosos a desconhecem e/ou não conseguem acompanhar essas aceleradas mudanças, muitas vezes por falta de oportunidades e incentivos.

A tecnologia permite ao indivíduo estar integrado em uma comunidade digital, e colocá-lo em contato com parentes e amigos, num ambiente de troca de informações, aprendendo junto e oferecendo a oportunidade de descoberta das próprias potencialidades. Tais atividades potencializam a qualidade de vida, integrando-o na sociedade contemporânea, por isso a importância e a premência em se refletir sobre a inclusão digital de idosos, oportunizando-os a sentirem-se integrados ao mundo atual. Por isto esta pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa foi realizada entre os idosos institucionalizados em uma ILPI da cidade de Cruz Alta.

INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da “cidadania digital”, a qual contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa de que seja realizada uma melhor inclusão social, para os diversos



tipos de comunidade, sem distinções de faixa etária ou capacidade econômica. De acordo com Lemos (2011, p. 16):

[...] a inclusão digital não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno de sua cidadania. A inclusão digital deve, conseqüentemente, ser pensada de forma complexa, a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos: social, cultural, intelectual e técnico [...]

A tecnologia, assume um papel importantíssimo neste século, interagindo diretamente na vida das pessoas, pois perpassa em uma relação com a novidade virtual/digital e o social.

Todavia, esse crescimento tecnológico tem transformado o mundo, tornando-o mais materialista, com a necessidade de adquirir coisas, refletindo assim uma sociedade consumista. A Pós-Modernidade rompe de maneira drástica com o passado, trazendo uma nova visão de mundo e de sociedade. O desafio que a sociedade está enfrentando nesse processo de mudança da Pós-Modernidade é de romper os paradigmas sociais, familiares e ideológicos, pré-estabelecidos por outros comportamentos de diversidade, de criatividade, de inovação, especialmente na área das artes e da tecnologia, mas ao mesmo tempo também idealiza comportamentos de uma sociedade individualista, consumista e materialista. O crescimento tecnológico na Pós-Modernidade influencia praticamente todas as instituições sociais e, por isso também influencia a sociedade sob a forma de propor a educação, fazendo com que o indivíduo seja capaz de (re)pensar a própria existência. Fava (2018, p. 6), reforça a influência da era digital, ao explicitar que:

[...] a era do indivíduo digital, defendeu-se a tese de que a Paideia Grega, método de ensino da fase de ouro da Grécia do século V a.C., está retornando em forma de Paideia Digital, sendo necessário o desenvolvimento de Episteme (pensar), Ethós (sentir), Práxis (agir) e Decernere (discernir).

Embora, ainda enfrentamos dificuldades para nos adaptarmos a essa nova era digital, conforme o mesmo autor evidencia:

A verdadeira dificuldade não está em pressagiar, mas em controlar as premências de futuros que acontecem durante o período entre o presente e o futuro agorardo, fazendo todos os requisitos necessários estarem coerentes para a sua concretização. As tendências anteriores, como internet, *cloud*, mobile e *big data*, têm suportado a metamorfose digital nas empresas e nas instituições de ensino nos últimos anos. No entanto, muitas organizações ainda tentam se adaptar a essa nova realidade de transmutação, mais célere em alguns setores e drasticamente morosa em outros, com ênfase no setor educacional. O fato é que não existem mais alternativas a não ser aceitar, adaptar e adotar os novos paradigmas provenientes das tecnologias e da inteligência artificial (FAVA, 2018, p. 7).

A sociedade de hoje vive em dualismos sincréticos: o bem e o mal; o certo e o errado; o bonito e o feio. Por isso cada indivíduo define sua índole através de sua conduta perante a sociedade em que vivemos hoje, no entanto essa sociedade é formada por “regras”, e “normas” comportamentais de bem viver.

Ainda, Fava (2018, p. 61) cita os princípios da revolução digital: Ética; Cooperação; Resiliência; Liderança; Versatilidade; Flexibilidade; Adaptabilidade e Adotabilidade. No mundo



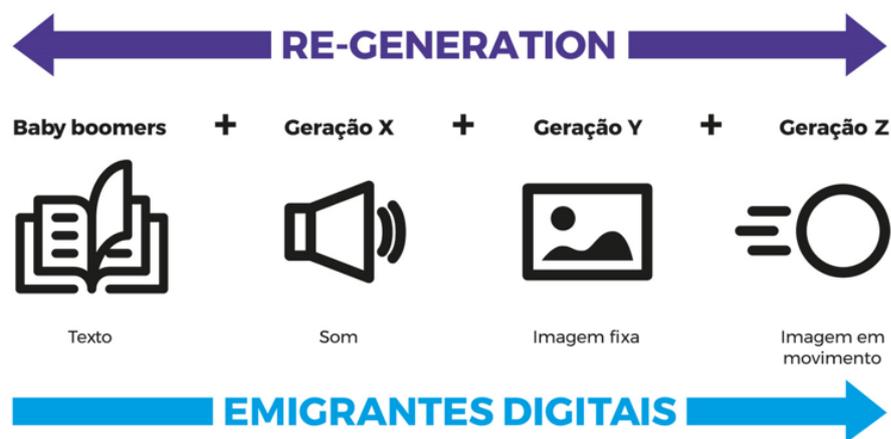
de hoje esses princípios, são de extrema importância para o convívio social e digital, pois estamos vivendo em um mundo cada vez mais globalizado, individualizado e robotizado. Para que possamos nos realizar profissionalmente e pessoalmente temos que exercer a prática do bom comportamento.

Fava (2018, p. 74-75) ainda fala sobre a sequência de aprendizagem, e o que cada geração traz:

Quando se discute o sequenciamento de aprendizagem, é fato que cada geração traz consigo suas características intrínsecas, mas procura moldá-las, adaptá-las e integrá-las aos novos arquétipos de tecnologia digital e às redes sociais interativas e participativas. Os jovens contemporâneos preferem aprender imagem em movimento, imagem fixa, som e texto. Quando se pensa em imagem em movimento, realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV) passam a ser excelentes aliadas.

E essa explicação do autor pode ser melhor compreendida a partir da representação feita por ele na figura 1.

Figura 1 – Gerações e Aprendizagem



Fonte: Fava, 2018, p. 74.

Na era da informação, nossos perfis são cada vez mais digitais, os smartphones são incrivelmente acessíveis, com muita mobilidade, podendo aumentar a aprendizagem autodirigida (FAVA, 2018, p. 92). Os celulares estão alterando o modo de viver da sociedade, se tornando parte indispensável na vida das pessoas, não sendo considerado apenas um equipamento digital e sim um vício que muitas vezes ajuda, mas também pode gerar conflitos de relacionamentos se utilizados de forma equivocada, trazendo prejuízos às famílias aos e ambientes de trabalho.

A Era da Informação e do Conhecimento que vivenciamos descortina um mundo nupérrimo, no qual o trabalho físico, repetitivo e preditivo é executado por máquinas inteligentes, cabendo aos seres humanos a criatividade, a imaginação, o discernimento, as escolhas e a criação de boas ideias. A quantidade da informação e da disponibilização pelos meios informatizados vem crescendo volumosamente. A questão central está em como gerir esse mundo e retirar dele o subsídio para a tomada de decisão. Desenvolver competências e habilidades para discernimento, tratamento,



armazenamento e escolha da informação transforma-se em um diferencial competitivo dos indivíduos na Era Digital. Daí a importância da inteligência decernere. (FAVA, 2018, p.126)

Acrescentando, Moran (2000, p. 3) salienta que “as tecnologias móveis ampliam as possibilidades de aprender juntos tanto do ponto de vista de aprendizagem como comercial”, trazendo assim uma aprendizagem mais participativa e integrada.

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O processo de envelhecimento populacional está a ampliar-se no mundo todo e, especialmente no Brasil de forma bastante acelerada nas últimas décadas. O envelhecimento é um processo natural e, a possibilidade de ampliação dos anos vividos é uma das maiores conquistas da humanidade em seu processo civilizatório. Garces (2014, p.51) apresenta algumas elucidações para o processo de envelhecimento:

O envelhecimento fisiológico, ou senescência, refere-se aos processos biológicos inerentes aos organismos e inevitavelmente involutivos; essas transformações sofrem influência do ambiente físico e social. O envelhecimento fisiológico é dividido em: envelhecimento usual e envelhecimento bem-sucedido. O envelhecimento usual é o processo de envelhecimento que apresenta prejuízos significativos, mas os idosos não são qualificados como doentes. No envelhecimento bem-sucedido, há uma perda fisiológica mínima, com preservação da função robusta em uma idade avançada.

O envelhecimento não é um estado, mas sim um processo, afetando todos os seres vivos e o seu termo natural é a morte do organismo. “Entende-se que não existe apenas uma maneira de envelhecer e que o envelhecimento está presente em nossas escolhas e hábitos de vida diários, mas que não se pode fugir das alterações biopsicossociais inerentes a esse processo” (MEDEIROS, 2012, p. 439).

O envelhecimento visto como parte do ciclo vital inicia com a concepção, mas não acontece de forma igual para todas as pessoas pois depende de influências externas em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais e, portanto a sua velocidade e associação ou não com patologias variam de indivíduo para indivíduo.

A Idade biológica - está ligada ao envelhecimento orgânico. Cada órgão sofre modificações que diminuem o seu funcionamento durante a vida e a capacidade de auto regulação torna-se também menos eficaz. Já a Idade social refere-se ao papel, aos estatutos e aos hábitos da pessoa, relativamente aos outros membros da sociedade. Esta idade é fortemente determinada pela cultura e pela história de um país. E a Idade psicológica - relaciona-se com as competências comportamentais que a pessoa pode mobilizar em resposta às mudanças do ambiente; inclui a inteligência, memória e motivação. (CANCELA, 2008, p. 2).

Medeiros (2012, p. 441) alerta que “o fato é que envelhecer faz parte da vida, sendo um processo do qual não se pode fugir e mesmo que influenciado pelas nossas escolhas existirão mudanças inerentes que afetarão o nosso cotidiano”.



Em conformidade com Colomé e outros (2011), no Brasil é elevado o número de idosos em virtude da melhoria da qualidade de vida somada à diminuição das taxas de natalidade e mortalidade, além dos avanços na área da saúde. Estima-se que, a partir de 2025, o Brasil se torne o sexto país em indivíduos na faixa etária de 60 anos ou mais, representando aproximadamente 13% da população.

Ainda Del-Masso (2015, p. 19) traz a seguinte reflexão sobre o processo de envelhecimento:

A compreensão do processo de envelhecimento humano não requer apenas o entendimento da palavra na concepção linguística do termo, do qual podemos dizer que envelhecer é chegar pouco a pouco a um período mais avançado da vida ou, perder a jovialidade, a beleza, além das significativas perdas das habilidades cognitivas. Sob essa perspectiva, o envelhecimento representaria apenas uma mudança ou uma simples passagem de uma fase para outra fase da vida. O processo de envelhecimento humano deveria considerar o estudo de diversas variáveis presentes na vida dos indivíduos como: biológicos, físicos, econômicos, familiares e, principalmente, pessoais e socioculturais.

Quando falamos de envelhecimento, temos que refletir também sobre a cultura e as relações sociais de cada época, interferindo na esfera socioeconômica, e no estilo de vida de cada idoso, pois estas diferenças com o mundo atual interferem no modo de vida e em como os mesmos estão abertos às novidades e evolução social, como é o caso das novas tecnologias, pois acabam enfrentando muitas dificuldades.

Medeiros (2012, p. 445) atenta que “o abandono na velhice traz um sentimento de tristeza e de solidão, provocado por circunstâncias relativas a perdas, seja envolvendo deficiências funcionais do organismo ou na fragilidade das relações afetivas e sociais que, por sua vez, conduzem a um distanciamento, podendo culminar no isolamento social.”

O cuidado com as pessoas idosas é de responsabilidade da família, mas também do estado. Pela constituição familiar moderna, com poucos filhos ou com a opção de casais não terem filhos ou então a opção pelo não casamento, deixa muitas pessoas sozinhas e, por muitas vezes dependentes em função de incapacidade funcional, ou mesmo por fragilidades da idade, fazendo-os recorrer à institucionalização.

O DOMÍNIO DIGITAL DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS COMO CONDIÇÃO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

As tecnologias estão cada vez mais sendo usadas entre as pessoas e conseqüentemente entre as pessoas idosas, uma vez que esta faixa etária está se ampliando e modificando a pirâmide etária. Todavia as oportunidades de acesso às tecnologias não são iguais para todos e menos ainda para idosos que se encontram institucionalizados, pois existe a dificuldade de suporte a todos os que ali se encontram. Conforme, Pieritz (2016, p. 27):



A facilidade que a sociedade tem em mandar e receber notícias atualizadas faz com que esse processo se torne um turbilhão de informações, pois os meios de comunicação disparam continuamente. Essas informações podem ou não ser verdadeiras, porém, são entendidas e interpretadas conforme a realidade de cada sujeito.

Moran (2000, p. 2) explicita que: “as tecnologias digitais facilitam a pesquisa, a comunicação e a divulgação em rede”. Precisamos buscar meios de inclusão digital para que a sociedade possa participar ativamente, levando assim a inclusão social, através das tecnologias digitais. Para os idosos, as Tecnologias de Informação e Comunicação servem, principalmente, para a inclusão social. Arens e Moraes (2014, p.1) enfatizam que:

A geração dos idosos de hoje tem revelado sua dificuldade em entender a nova linguagem e em lidar com os avanços tecnológicos, até mesmo em questões básicas, como com os eletrodomésticos, os celulares e os caixas eletrônicos instalados nos bancos. Consequentemente, aumenta o número de idosos iletrados em informática, ou analfabetos digitais, em todas as áreas da sociedade.

A maioria dos idosos tem dificuldades para acompanhar os avanços tecnológicos, se tornando analfabetos digitais, excluídos dos avanços tecnológicos e conseqüentemente da sociedade digital e das informações que nela existem. As causas da exclusão estão na dificuldade do manuseio ou na falta de oportunidade de acesso aos equipamentos eletrônicos. Portanto, o que diferencia o idoso da geração Y e Z é que estes são nativos digitais, pois já nasceram e estão se desenvolvendo usando as tecnologias, enquanto as gerações anteriores precisam aprender para dominar as tecnologias.

Para trazer evidências do que estamos enfatizando, realizamos uma pesquisa em uma ILPI da cidade de Cruz Alta - RS, onde há sessenta idosos institucionalizados. Os resultados demonstraram que dos sessenta idosos institucionalizados apenas três utilizam telefone celular para se comunicar e os demais (dentre os que apresentam condições físicas e mentais) assistem televisão em sala coletiva. Entre os que utilizam o telefone celular, percebe-se que estes apresentam dificuldades no domínio da tecnologia. Utilizam seu telefone celular apenas para se comunicar com seus parentes e amigos, não utilizando as outras ferramentas que o aparelho lhe oferece.

Dentre os três idosos entrevistados que utilizam o celular, duas eram do sexo feminino e um do sexo masculino; com uma média de idade de 79,5. Também afirmaram não terem realizado nenhum curso na área de informática. Dois deles não conseguem atualizarem-se ou procurarem a informação que desejam com facilidade e, cabe ressaltar que ambas são do sexo feminino, ou seja, o senhor idoso afirmou que consegue procurar informações com facilidade. No que se refere às maiores dificuldades a serem superadas, relataram ser as mensagens no celular.

Quando questionados sobre o que mais usam no computador e/ou equipamento eletrônico os três responderam ser ligações telefônicas; e apenas uma delas respondeu que utiliza também o aplicativo de WhatsApp. Também se questionou a eles quais os benefícios e vantagens da



tecnologia para suas vidas e estes responderam que é a comunicação com familiares e amigos, pois foi justamente essa facilidade de entrar em contato e se comunicar com a família o que mais se modificou em suas vidas após a inclusão digital. Todavia, aos serem questionados se com o domínio e acesso aos equipamentos eletrônicos, isso facilitaria a sua interação e inclusão na sociedade, sendo que as duas mulheres responderam que facilita o acesso maior com a família, mas não com a sociedade, pois afinal estão institucionalizados. Isso se evidenciou também na resposta dada pelo idoso entrevistado, o qual respondeu que o acesso aos equipamentos eletrônicos não facilita a interação e inclusão na sociedade, pois esse acesso é apenas entre grupos virtuais. Também se confirmou pelos três entrevistados quando responderam a seguinte pergunta: você se sente incluído na sociedade por meio da tecnologia? E as respostas dos três entrevistados foram as seguintes:

“Não, me sinto pelo convívio social com amigos e grupos de amigos”. (Idoso 1)

“Não, convívio social pelo grupo de amigos”. (Idoso 2)

“Não, sinto incluídos através do convívio social”. (Idoso 3)

Obviamente que a possibilidade de acesso virtual possibilita que se sintam menos sozinhos e com apoio dos familiares e amigos, mesmo que de forma virtual, mas isso não o retira da “institucionalidade” na qual se encontram e que limita certamente a sua inclusão social. Em estudo realizado por Carvalho e Dias (2011, p. 161) sobre idosos institucionalizados em Portugal observaram que:

Apesar dos elevados níveis de satisfação relativamente aos cuidados prestados pela instituição e às instalações, os idosos inquiridos revelaram níveis de insatisfação e tristeza no que toca ao contexto familiar, à falta de autonomia, à existência de doenças e outras limitações físicas.

O envelhecimento é uma fase da vida marcada por perdas físicas e emocionais e pela tendência ao menor convívio social. O declínio das relações sociais pode levar a solidão, trazendo assim o isolamento, tristeza e a insatisfação de viver. A redução do convívio social com parentes e amigos pode até propiciar a depressão. Quando então há a institucionalização a tendência é que esses processos se agravem.

No entanto, o envelhecimento é uma etapa natural do desenvolvimento humano, é importante possibilitarmos aos idosos, atividades diferenciadas, para que eles possam se sentir ativos e importantes neste momento de sua vida.

Ainda durante a realização desta pesquisa se questionou ao gestor da ILPI sobre o papel da tecnologia na inclusão do idoso e a sua resposta foi a seguinte: “*manter os idosos em contato com seus familiares e ciência do que está acontecendo no mundo através da disponibilidade de TV com diversos canais*”. Também questionamos o gestor sobre quais práticas sociais são realizadas com os idosos para



garantir a inclusão, e o mesmo respondeu que a ILPI possui “*dificuldade devido atendido, o qual em sua maioria são analfabetos com o mínimo de estudo*” e por isso, devido a esta dificuldade (analfabetos ou com pouco grau de instrução) apresentada não utilizam práticas de aprendizagem para a inclusão digital.

De acordo com o Plano de Ação Internacional (ONU, 2002, p. 33) sobre o envelhecimento:

As pessoas idosas devem ser participantes plenas no processo de desenvolvimento e partilhar também os benefícios que alcançam. Não se deve negar a ninguém a possibilidade de beneficiar-se do desenvolvimento. Os efeitos do envelhecimento da população sobre o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, juntamente com as mudanças sociais e econômicas, que estão acontecendo em todos os países, criam a necessidade de adotar medidas urgentes para garantir a constante integração e capacitação de idosos. Além do mais, a migração, a urbanização, a transformação da família em famílias menores e inconstantes, a falta de acesso a tecnologias que promovam a independência e outras mudanças socioeconômicas podem levar os idosos ao isolamento, separando-os da corrente principal do desenvolvimento, privando-os de funções econômicas e sociais significativas e enfraquecendo suas fontes tradicionais de ajuda.

Assim, podemos perceber que o envelhecimento é um processo complexo, por se tratar do desenvolvimento humano, que se diferencia de idoso para idoso; toda a sua experiência e habilidades irá interferir diretamente em seu comportamento nesta fase. O mesmo precisa ser estimulado a interagir com as mudanças, principalmente em virtude dos grandes avanços tecnológicos; visto que a falta de acesso a eles pode influenciar significativamente no isolamento, privando-os de manter contato com o mundo social e digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a tecnologia não está presente entre a maior parte dos idosos institucionalizados na ILPI de Cruz Alta, pois observa-se que não há inclusão digital entre os idosos institucionalizados. Há um fator agravante, pois mesmo que três pessoas idosas dominem o uso de algumas tecnologias, como o uso do celular para se comunicar com amigos e familiares, a institucionalização ainda os deixa excluídos. Sugere-se que atividades de inclusão social por meio digitais sejam oportunizadas a estes idosos, para que sirvam como sociabilidade, por meio de contato virtuais com pessoas e familiares em tempo real, evitando assim o isolamento, solidão e conseqüentemente a depressão, embora os idosos consideram que não se sentem incluídos na sociedade por meio da tecnologia e sim por meio de convívio social. E essa é uma característica típica dessa geração que não nasceu em meio a tecnologias e agora precisa aprender para dominar e aceitar essas mudanças que se inserem de forma coercitiva na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ARENS, Alexandre; MORAES, Márcia Cristina. **Inclusão digital na Terceira Idade: um relato de experiência realizado no Sinttel/RS**. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://>



docplayer.com.br/8997662-Inclusao-digital-na-terceira-idade-um-relato-de-experiencia-realizado-no-sinttel-rs.html. Acesso em: 11 fev. 2019.

CANCELA, Diana Manuela Gomes. **O processo de envelhecimento**. 2008. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2019.

CARVALHO, P.; DIAS, O. Adaptação dos Idosos Institucionalizados. **Millenium**, Portugal, v. 40, p. 161-184, 2011.

COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos et al. Cuidar de idosos institucionalizados: características e dificuldades dos cuidadores. **Revista Eletrônica De Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 306-12, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v13i2.9376>. Acesso em: 6 fev. 2019.

COSTA, L. F. Novas tecnologias e inclusão digital: criação de um modelo de análise. In: BONILLA, M. H. S. ; PRETTO, N.D. L. (Orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 109-126. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 5 fev. 2019.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. Universidade aberta à terceira idade: percurso de uma história na UNESP. In: DÁTILLO, Gilseir Maria Prevelato de Almeida; CORDEIRO, Ana Paula (orgs). **Envelhecimento humano: diferentes olhares**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

FAVA, Rui. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil - série desafios da educação** [VitalSource Bookshelf version]. Retrieved from vbk://9788584291274, julho 2018.

GARCES, Solange Beatriz Billig. A inserção do envelhecimento no espaço Público. In: KEITEL, Ângela Simone Pires; HANSEN, Dinara; PERANZONI, Vaneza Cauduro (Orgs). **Rede escola de Governo: seminários regionais de capacitação da rede de proteção e atendimento à pessoa idosa**. Curitiba, PR: CRV, 2014.

LE MOS, André. Prefácio. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (Orgs). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador, EDUFBA, 2011. v. 2. p. 15-20.

MEDEIROS, P. Como estaremos na Velhice? Reflexões sobre Envelhecimento e Dependência, Abandono e Institucionalização. **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 439-453, jul./set. 2012.

MORAN, José. **Desafios que as tecnologias digitais nos trazem**. São Paulo: Papirus, 2000.

ONU. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**, 2002. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann. **Direitos humanos e cidadania**. In: PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann; BONETTI, Joelma Crista Sandri; FRANZMANN, Neusa Mendonça.



Mostra de Trabalhos em Práticas Socioculturais
Unicruz | Cruz Alta | v. 2 | n. 1 | 2019 | ISBN:

UNIASSELVI, 2016. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/47279529/direitos-humanos-e-cidadania-uniasselvi-ebook-pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.



IDENTIDADE E DIFERENÇA SOB A PERSPECTIVA DOS CORPOS TRANS: POSSIBILIDADES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL

FRAGA, Lucimary Leiria¹

HAHN, Noli Bernarndo²

SANTOS, André Leonardo Copetti³

Resumo: O eixo central deste ensaio se delimita ao contexto identitário, abordando características acerca de seu processo de construção. Adentra na identidade Trans, a qual diverge do ideal binário (macho/fêmea), historicamente imposto como padrão na sociedade. Analisam-se perspectivas distintas de diferença e de como esta categoria se apresenta nas vivências das identidades ora referidas. A metodologia mescla análise e interpretação. Pela análise, esclarecem-se conceitos, especialmente o de identidade e o de diferença. Através da hermenêutica, interpretam-se estes conceitos para uma compreensão em que se abrem fissuras para a ótica de alteridade e a um olhar que transcenda a perspectiva binária.

Palavras-chave: Identidades. Alteridade. Reconhecimento.

INTRODUÇÃO

Este artigo se inicia pela temática das múltiplas formas identitárias que transitam na sociedade, as quais, nas trocas sociais ao longo do espaço-tempo, se constroem de forma individual, mas, igualmente, coletiva. Pelo pressuposto da construção histórica, jamais as identidades se moldaram de forma estanque. Neste sentido, o questionamento central aqui formulado é: a sociedade caminha para o respeito aos corpos e identidades Trans, seja pelo viés jurídico, ou meramente social, partindo do pressuposto de que a “diferença” pode (e deve) ser vista como positiva, na medida em que uma identidade não busque dominar outra, mas, sim, para que todas as manifestações identitárias possam conviver com respeito e reconhecimento de alteridade?

Em um segundo momento, busca-se compreender a diferença, analisando alguns conceitos que exemplificam características e formas de existência entre os indivíduos. E, como terceiro passo da reflexão, adentra-se na seara dos corpos Trans, os quais, por meio de suas identidades

1 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Programa de Pós-Graduação em Direito – Bolsista CAPES/PROSUC, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lucimary23@hotmail.com

2 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nolihahn@san.uri.br

3 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: andre.co.petti@hotmail.com



móveis, apresentam-se socialmente carregados desta “diferença” e, na medida em que transitam nos espaços sociais, buscam transcender o ideal binário de gênero e identidades, a fim de viverem com dignidade e liberdade.

Como objetivo geral, reflete-se acerca da identidade, bem como, em relação a algumas questões atinentes à teoria do habitus, de Pierre Bourdieu e de suas formas de manifestação no campo social, o qual produz diferenças.

No intuito de buscar aparatos para uma melhor compreensão da questão central acima proposta, utiliza-se como metodologia a abordagem analítica, em função de esclarecer conceitos, e de uma abordagem hermenêutica, com o intuito de possibilitar a compreensão da perspectiva de alteridade, transcendendo, assim, um entendimento binário e muito restrito de diferença. Essa hermenêutica abre rastros para outro entendimento aos corpos Trans, pois estes não se enquadram nos modelos hierárquicos e fixos de identidade.

IDENTIDADE E SUA CONSTITUIÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Setton (2002), ao analisar a teoria do habitus de Pierre Bourdieu, parte do seguinte questionamento: “Como compreender a particularidade do processo de construção das identidades a partir das mudanças estruturais e institucionais das agências tradicionais da socialização?”

No intuito de encontrar respostas, compreende, preliminarmente, que o habitus, enquanto construto individual, passa a sofrer interferências de diversas vertentes culturais e sociais, o que interfere diretamente no processo identitário (SETTON, 2002, p. 60). Neste íterim, a autora conceitua habitus, o vislumbrando como “um instrumento conceptual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos” (SETTON, 2002, p. 61). Refere ainda, que tal conceito se vê engendrado no passado, com alguns reflexos no presente, não apontando, portanto, para o futuro, ainda que esteja em constante modificação. Assim, refere que “Habitus não é destino. Habitus é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente” (SETTON, 2002, p. 61).

Neste caminhar, segundo o pensar de Bourdieu, repetimos comportamentos sem saber que estamos o fazendo, em razão de que esses comportamentos não são aprendidos conscientemente, mas sim, incorporados por meio de mecanismos inconscientes, quando o corpo é tomado pelas estruturas da sociedade. É claro que, por vezes, podem ser também incorporações conscientes, sendo o habitus, por vezes, paradoxal.

Para o autor supracitado, conforme aduz Setton (2002), o indivíduo não é mero suporte da estrutura. Analisando assim, o caráter identitário aqui proposto, as vivências e segregações



de alguns grupos, podem ter estreita ligação com estas práticas aprendidas ao longo da vida, manifestadas pelo habitus, tendo como exemplo, a família, onde aprendemos a distinção, por exemplo, entre homem/mulher, e como cada um deve agir (meninas vestem rosa e meninos azul). Ou, quando não vemos problema em uma mulher de estatura alta casada com um homem de estatura baixa, mas vemos problema em um casal gay, ou em uma mulher Trans (pelo viés identitário diferente, que incomoda), esta é a clara representação da incorporação da estrutura nos indivíduos, que agem com base nos símbolos que adquiriram ao longo da vida.

Mediante tal complexidade de análise social, resta claro que o mundo mudou, sendo necessário, portanto, um novo olhar frente às mudanças, com a adoção de novos paradigmas e a abertura para a pluralidade de sujeitos e grupos, almejando, assim, um viés social e equânime às vivências sociais. Neste sentido, este ensaio propõe uma reflexão acerca de identidades com especial destaque a identidade Trans, sem ignorar os fragmentos oriundos destas tantas mudanças sociais e das múltiplas formas com que estas temáticas se apresentam nos espaços e no imaginário dos indivíduos. Busca-se, portanto, a quebra da resistência em modificar-se, em reconhecer os diferentes (Trans), como parte do todo.

Neste aspecto, é visível que os sujeitos contemporâneos expressam, cada vez mais, uma infinidade de identidades, transitando em diversas redes de relações, o que acaba tecendo uma realidade fragmentada em diversos clãs identitários, os quais se constroem coletivamente, mas ricos em singularidades (SALGUEIRO, 1998, p. 44). Assim, discutir acerca da identidade requer, ainda que de forma superficial, compreender que as relações entre indivíduos e a sociedade perpassam sua construção. Neste sentido, Durkheim (2015, p. 83) defende que “é da sociedade que deriva tudo o que é essencial à nossa vida mental. [...] a ela devemos o nosso império sobre as coisas, o que faz parte de nossa grandeza”.

Diante do exposto, é na e pela sociedade que o processo identitário se manifesta, e, por este viés, corpo e identidade possuem, então, uma relação umbilical, formando uma espécie de tripé com a sociedade, sendo que, neste emaranhado de relações, ambos se constituem. Logo, o coletivo impacta diretamente no individual, na formação de cada identidade como única, mas, ao mesmo tempo, igualmente, coletiva. A identidade, portanto, se constrói, tanto de forma simbólica, quanto social, de acordo com o espaço-tempo (WOODWARD, 2000).

Isto é, na ótica de Woodward, pensar que a identidade advém do simbólico, do social, mas, igualmente das vivências do corpo e dos espaços onde este transita e se manifesta. Neste aspecto que permeia a visibilidade e o julgamento dos corpos, pode-se afirmar que:

O corpo não é somente o local e a ferramenta do desejo, mas também um *objeto* desse desejo. [...] o corpo é o local de nosso *self* em permanente exposição, e as pessoas tendem a julgar pelo que podem ver. Mesmo que o corpo não passe de um invólucro do que tomamos como nossa “vida interior”. (BAUMAN, 2010, p. 166, grifo nosso).



Compactuando com este pensar, Santos e Lucas (2015) defendem que a identidade tem total relação com o corpo, pois, na medida em que este é carregado de traços biológicos, igualmente constrói a identidade e sua biografia arraigada em suas vivências.

As vivências do corpo (e por consequência, dos sujeitos), então, seriam uma espécie de fronteira que cotidianamente define e expressa o que cada indivíduo é, sendo o corpo, por consequência, um constante suporte identitário, na medida em que, por meio de descobertas e experiências deste, a identidade passa a ser moldada e, igualmente, desconstruída. (WOODWARD, 2000, p. 15). Por seu turno, Lucas complementa alegando que:

A identidade é uma categoria problemática e paradoxal. Nasceu para indicar mais do mesmo, uma correspondência de repetição entre características iguais, e adquiriu com o advento da modernidade uma conotação de identificação e de diferenciação. O certo é que a identidade, como veremos, se constitui na relação com seu oposto, com sua diferença contingente. Vive de ambivalência. Alimenta-se de contradição e negação permanentemente. Inclui excluindo. (LUCAS, 2013, p. 155).

Neste sentido, a historicidade, o corpo, as experiências e as trocas junto à coletividade, dão forma às identidades, as quais estão intimamente ligadas às condições materiais e sociais de cada indivíduo, e passam por rotineiros julgamentos morais. Mas, o que seria então a identidade? De forma genérica, pode se buscar em Hall, a ideia de que a identidade não é fixa e, sim, mutável se movimentando de acordo com as mudanças sociais. Em sendo assim,

[...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de *identidades possíveis*, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13, grifo nosso).

Por este viés, identidade é aquilo que nos define em dado momento (eis que não é algo fixo), é o conjunto de símbolos, historicidade, sentimentos, características que expressam o sujeito junto à sociedade, todavia, é passível de (re)construção a todo tempo, pois, ao passo que o ser humano evolui, os contextos sociais igualmente se modificam, desconstruindo (ou ao menos buscando) antigos padrões, e abrindo-se para o novo. Assim, o interior identitário conversa com o exterior (sociedade), o que acaba formando encontros e desencontros com a realidade em que cada identidade irá se inserir (SANTOS; LUCAS, 2015, p. 149). Já, na visão de Castro:

A identidade, em sua acepção mais radical, pode funcionar também como ferramenta moral, pois dita o que é possível e o que não é possível, o que é aconselhável e o que não é, para um grupo em determinado contexto histórico e político. Assim, para dar-se como coisa que sente o corpo precisa estar antes de tudo destituído de tais regras que são, na realidade, externas ao seu próprio desejo, somente assim é possível uma vivência da experiência corporal que escape ao plano do sentido, e adentre ao da sensação, ou da presença. (CASTRO, 2015, p. 39).

Acerca das identidades e das discussões e estudos que a permeiam, Hall ainda menciona que,

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo



mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p. 7).

Sob esta perspectiva, pode-se dizer que algumas identidades estariam confrontando com outras historicamente estabelecidas como “padrão” do ponto de vista moral, social e político-cultural. O ideal de identidade engessada passa, assim, por uma fragmentação dos sujeitos que, diuturnamente se reinventam, desobedecendo toda e qualquer regra de conduta. Ainda neste contexto pode-se afirmar que:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2006, p. 13-4).

Neste sentido, partindo de uma análise dos corpos e identidades, importa dizer que a identidade não se define, neste caso, pelo fator biológico e, sim, por meio da história e das vivências de cada sujeito, bem como, pela forma como se reconhece e se autoidentifica. Assim, colaborando com as reflexões acerca das mudanças da sociedade e do conceito de identidade, Bauman (2008) preleciona no seguinte sentido:

[...] Podemos dizer que a modernidade se especializou em transformar as coisas *zubanden* (à mão) em *vorbanden* (simplesmente dadas). Ao “colocar o mundo em movimento”, ela expôs a fragilidade e a instabilidade das coisas e abriu a possibilidade (e a necessidade) de remodelá-las. (BAUMAN, 2008, p. 128).

A afirmação acima acarreta inúmeras consequências sociais, em razão de que desafia o que há décadas está posto e fixo no sentido identitário. Neste novo contexto cultural e social, múltiplas são as formas identitárias que transitam na coletividade, as quais, por certo, não deveriam necessitar obedecer a padrões identitários impostos socialmente e sim, possuírem o direito à liberdade de expressão, bem como, o direito à diferença.

DIFERENÇA: UM OLHAR IMERSO NA ALTERIDADE

Como ora sinalizado, ao construir sua identidade, os sujeitos passam a ser identificados no meio em que vivem por intermédio das características desta construção, o que se dá por traços moldados de acordo com suas vivências e trocas sociais e culturais. Por outro lado, a identidade, após tomar corpo, passa a produzir o que se entende por “diferença”, o que decorre das interações das identidades com grupos, espaços sociais e símbolos culturais, se constituindo, portanto, como uma espécie de paradoxo, tal qual aduz Lucas (2013):

Livra-se, a identidade, do conceito de essência, mas incorpora a dimensão da temporalidade e da historicidade. É elaboração permanente que se alimenta de diferenciações e de ambivalências. *Seu paradoxo é a sua própria condição de possibilidade.* Existem identidades porque não é possível uma identidade absoluta. Cada uma delas vive da negação de sua diferença. (LUCAS, 2013, p. 160, grifo nosso).



Todavia, a diferença, historicamente, produz discriminações e violações de direitos, na medida em que nem sempre a sociedade reconhece o “diferente” como sujeito, ou como seu semelhante. Nesta perspectiva, Santos e Lucas (2015) referem que a problemática da diferença não é atual, e que sempre esteve presente em diversas esferas sociais, ainda que, por algum tempo, as mazelas por ela causadas possam ter sido veladas, diante da dominação ocasionada pela anulação das singularidades de certos grupos e indivíduos, na medida em que pela diferença, foram inferiorizados, a exemplo das minorias étnicas e sexuais.

Desse modo, na tentativa de se compreender brevemente o que seria a diferença, Woodward a conceitua como algo sustentado na exclusão, na ausência de semelhanças entre o sujeito e o outro, ou entre uma identidade e outra. (WOODWARD, 2000, p. 9). Em outras palavras, as identidades divergentes, por serem diferentes do padrão macho/fêmea, tornam-se alvo de preconceito e/ou segregações onde transitam, e, neste sentido, a diferença, pelo viés ora referido, ignora e inferioriza a diversidade existente na sociedade. É nesta ótica que Fernandes (2006) aduz que:

Quando se pressupõe que todos têm que ser idênticos uns aos outros, aqueles que não se enquadram na igualdade almejada são situados “fora do mundo” social. A concepção de identidade permeada pela ideia da igualificação consolida a existência dos processos de segregação. A identidade tem relação direta com a alteridade, que significa distinção, o outro que é distinto diferente do mesmo. (FERNANDES, 2006, p. 4).

Portanto, a diferença - que sempre existirá - necessita ser praticada pelo viés da alteridade e não da exclusão, o mesmo devendo se dar no campo do Direito, o qual deve normatizar a sociedade buscando inserir todos os grupos na seara protetiva. Nesse sentido, na ótica de Touraine (2009, p. 215):

[...] É na vida cotidiana que se introduz o reconhecimento do outro como sujeito. Ou, ao contrário, a vontade de destruí-lo. É na vida cotidiana que começam a ser elaborados os métodos de produção e as formas de consumo através das quais um modo de subjetivação toma forma.

Entende-se, portanto, que é nas trocas coletivas que se pode pensar a alteridade e a equidade para com os diferentes, por esta razão, há que se pensar em equidade e não em igualdade, na medida em que a ideia de que todos devem ser iguais, ignora e impede que a diferença seja vista como positiva para a sociedade. (LANZ, 2017, p. 133). De modo que, para romper com a lógica dominante – de exclusão ao diferente - a alteridade⁴, segundo Warat, seria uma ferramenta importante de inclusão, não se podendo pensar em evolução social, ignorando a diversidade. Desta feita, alteridade seria uma forma de renúncia das velhas formas de olhar o diferente, buscando em suas singularidades, formas igualmente importantes e válidas de expressão identitária.

4 A alteridade aqui mencionada tem como objetivo enfatizar a importância de colocar-se “ao lado” do outro, do diferente, e não se colocar “em seu lugar” pois esta possibilidade se torna impossível, eis que cada sujeito é único e singular, sendo detentor de sua identidade que, por óbvio, não é “transmissível” a outrem.



Tal afirmação se dá, na medida em que a sociedade parece avançar, conforme menciona Bauman (2008), de forma líquida, desconsiderando aspectos fundamentais para se compreender a diferença não de forma negativa, mas, sim, de maneira construtiva. Fernandes, portanto, aduz que:

Se diferenciar no mesmo processo de se identificar deveria ser concebido como uma forma criativa e alternativa de inserção social. Nessas circunstâncias, tratar-se-á de criar formas alternativas de estar no mundo da vida. O que está em questão como fundo desta discussão é a necessidade de inclusão de todas as diversificadas expressões humanas. Não se trata de diferenciar para demarcar divisões de possibilidades e impossibilidades, trata-se de contemplar no mundo social a diversidade da condição humana. (FERNANDES, 2006, p. 8).

Com isso, defende-se que a diferença, cada vez mais rutilante nos dias atuais, deveria, via de regra, integrar os sujeitos e grupos, modificando a realidade de fragmentação que ainda se vivencia atualmente. A sociedade historicamente se formou de forma homogênea, onde grupos que se impuseram como “normais”, ou seja, como detentores do padrão ideal no sentido cultural e identitário, passaram a hierarquizar as identidades, empurrando para a margem social aquelas identidades que não se assemelhavam ou se identificavam com estas matrizes de tradições identitárias.

Neste sentido, a sociedade se formou sob a divisão identitária, onde a diferença delimita espaços a serem ocupados por determinados sujeitos. Este processo elege, de forma vertical, algumas identidades como parâmetro social, estigmatizando as que se colocam como diferentes. Em suma, a identidade dominante é aquela tida como positiva, negativando, deste modo, as demais, e, neste horizonte, a identidade é engessada no terreno da diferença. (TOMAZ, 2000, p. 83).

Não se pode mais vislumbrar que a sociedade siga fazendo da diferença algo engessado e ensejador de exclusões. Há que se pensar, portanto, na diferença como agregadora e fomentadora da diversidade, do multiculturalismo e da alteridade, buscando a compreensão de que “o outro”, ainda que diferente, é parte do todo onde os sujeitos transitam e, em suas singularidades, deve ser respeitado, incluído, e tratado como sujeito de direitos, sendo, neste terreno da diferença e da luta por ela, que se encontram, também, as mulheres Trans, as quais diuturnamente se veem à margem da sociedade, sem a efetiva inserção e reconhecimento em espaços públicos e privados.

CORPOS TRANS: (TRANS)CENDENDO A DIFERENÇA

Preliminar à análise dos corpos Trans é fundamental a compreensão de que o corpo aqui abordado não parte da ideia “física”, Sarks em grego, ou, ainda, do pressuposto de que os sujeitos o possuem desde o nascimento. Diz-se isso, em razão de que no entorno da ideia de Sarks, de “carne”, existe uma representação social, cultural, econômica e política. São os símbolos oriundos



deste contexto que o moldam, dando forma a suas futuras expressões na sociedade, indo de encontro ao que por vasto tempo foi defendido nas abordagens meramente biológicas e deterministas. (LANZ, 2017, p. 147).

Os corpos Trans, por não se enquadrarem nos modelos “disponíveis”, hierárquicos e fixos de identidade, remodelaram-se à sua maneira e desejo, transcendendo padrões e valores morais e culturais, resistindo em meio às segregações a que são submetidos. Sendo assim, passam a desafiar o arcabouço psicossocial e cultural que se engessou na divisão dos sujeitos, em sua maioria, pela perspectiva “genitalizada”, ou seja, pelo rótulo genital que recebem no momento do nascimento. (LANZ, 2017, p. 139).

Por outro viés, pode-se pensar o corpo Trans pelo olhar de Santos e Lucas (2015), na medida em que os autores compreendem que este não está imerso em uma superfície plana e fixa onde as relações ocorrem e, sim, o corpo passa a existir em uma sociedade complexa e dinâmica, povoada de plurais, sendo a identidade operada por uma pluralidade de diversas relações, ao mesmo tempo, formando, portanto, um “corpo móvel”, codificando e descodificado, de acordo com suas necessidades e relações sociais (SANTOS; LUCAS, 2015, p. 150-151).

Nesta ótica compreensiva, ainda que a construção inicial da identidade seja em parte individual, este processo torna-se paradoxal, pois, ao mesmo tempo, ela se constrói e se reconstrói no ambiente social, nas trocas e, até mesmo, nas divergências e nos descompassos entre os indivíduos diferentes entre si, na medida em que, pelas redes de relações cotidianas, os sujeitos se moldam e se encontram. Neste sentido, conforme o entendimento Baumaniano:

A “era da identidade” está cheia de som e fúria. A busca pela identidade divide e separa; porém, a precariedade da solitária construção da identidade faz com que os construtores de identidade busquem um bode expiatório para pendurar nele seus medos e ansiedades vividos individualmente e executar os ritos de exorcismo [...]. (BAUMAN, 2008, p. 137).

Partindo desta premissa de transcendência identitária, as mulheres Trans passaram a desafiar a sociedade que, por muito tempo, permaneceu engessada em um dispositivo binário, qual seja homem/mulher, tendo como bússola identitária, o caráter meramente biológico, que, indubitavelmente, está ultrapassado para análises atuais. Importa dizer ainda que o segmento Trans busca, ao longo da história, vencer os regimes totalitários que, em seus discursos, utilizam argumentos no sentido de que os corpos Trans subvertem a ordem, o que pode dar a ideia de ameaça ao padrão vigente de sexualidade e identidade (LANZ, 2017, P. 13).

Em sendo assim, a partir das reflexões realizadas, pode-se afirmar que mulher Trans é aquela que assim se reconhece, como mulher, no sentido mais genuíno do termo. Todavia, importa frisar que o caráter biológico nem sempre é fator determinante no sentido identitário Trans. Ou seja, uma mulher Trans pode, perfeitamente, possuir genitália masculina, eis que o



fato de se autoidentificar como “Trans”, está intimamente ligado à sua circunstância e dimensão sociopsicológica, sociopolítica e cultural, a qual estabelece um distanciamento das normas de gênero socialmente impostas como corretas (macho/fêmea), não podendo ser confundido com “identidade de gênero” (LANZ, 2017, p. 427). Nesta perspectiva, ser mulher está intimamente relacionado à forma de viver e expressar-se socialmente, desligando-se, muitas vezes, da análise de manutenção ou não da genitália masculina, o que, nos dias atuais, tem reconhecimento legal, por exemplo, quanto ao uso do nome do nome social, o qual não mais se atrela a genitália.

Ademais, a ideia fixa de que a genitália deve ser feminina quando da identidade de gênero como “mulher Trans” a objetifica, indo contra o ideal da diferença como direito. Desta forma, diante de tantas particularidades e diferenças, as mulheres Trans, cotidianamente resistem em uma sociedade ainda retrógrada no que diz respeito às identidades divergentes, lutando contra a imposição de que, para uma identidade ser reconhecida, necessitaria aprovação, ou, ainda, passar pelo crivo do olhar da sociedade. Sobre isso, Touraine menciona que “[...] sempre tememos que o que se chama de interesse da sociedade ignore o direito que cada um tem de ser tratado como sujeito, respeitando o que chamamos de direitos humanos fundamentais” (TOURAINÉ, 2011, p. 127).

Neste compasso, ainda que a sociedade tenha avançado no que diz respeito à diversidade, o mesmo se dando em relação à legislação que, pouco a pouco tem dado passos rumo a garantias de direitos às minorias, culturalmente, ainda existe uma espécie de “castração simbólica”, na medida em que os estereótipos, muito presentes nos sujeitos considerados “diferentes” ainda marca fortemente os espaços sociais, estigmatizando e segregando quem assim se reconhece.

Urge a necessidade de uma emancipação dos sujeitos que não desejam viver de acordo com as normas historicamente estabelecidas como corretas, ou, ainda, uma emancipação dos desejos, das identidades, um reconhecimento da diversidade. (SANTOS; LUCAS, 2015, p. 127-128). As mulheres Trans não negam suas diferenças, pelo contrário, reivindicam o reconhecimento destas, bem como a visibilidade e o direito à identidade divergente e sua pluralidade de formas e contextos. Defende-se, portanto, o direito à diferença e ao reconhecimento Trans, os quais estão no cerne dos direitos humanos, atentando para a dignidade da pessoa humana, o que se atrela, umbilicalmente, ao direito a autoidentificação, vislumbrando o direito a identidades concretas. (PIOVESAN, 2015, p. 329).

Nesta perspectiva, o Direito, enquanto normatizador social necessita atuar voltado ao mundo da vida, eis que não se pode mais negar a pluralidade de cores e segmentos sociais, bem como de identidades existentes, as quais fazem jus à proteção legal, tal qual preceitua a Carta Magna e o rol de direitos humanos, textos legais que buscam uma sociedade plural, multicultural e voltada ao respeito a todos, sem exceções.



Em sendo assim, parte-se da premissa de um Direito que compartilhe o entendimento de que nada é estanque e que a sociedade está cotidianamente sujeita a mudanças, o que deságua na necessidade de uma visão epistemológica e complexa no que se refere à capacidade de abarcar tamanha diversidade sexual e identitária. Neste viés, a sociedade e o direito necessitam traçar novos rumos, a fim de se obter resultados diversos dos historicamente conhecidos, devendo estes estar voltados aos direitos humanos e ao reconhecimento no que tange às minorias, oportunizando uma vida digna e permeada pelo direito à cidadania e a liberdade, direitos que ainda parecem intangíveis às mulheres Trans, as quais parecem estar predestinadas a viver no limbo da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste artigo, como já descrito na introdução, limita-se à análise identitária, em especial, no que se refere às mulheres Trans, bem como, em alguns aspectos acerca da “diferença” existente na seara identitária e, em como esta pode ser vista pelo viés de pluralidade social.

Nestes moldes, a perspectiva central está em salientar que, diante do avanço social, no que diz respeito à aparição de novos clãs identitários, a pluralidade e o multiculturalismo passam a serem realidades temáticas incontestáveis nos dias atuais. Em sendo assim, rememorando as palavras iniciais deste artigo, na medida em que estas novas identidades se formam individual e coletivamente, há que se atentar para a corresponsabilidade social, no sentido de compreender a diferença como ensejadora de crescimento, e não como inferior ou prejudicial a quem nela não se reconhece. Para isso, necessita-se romper com o ideal binário de gênero, o qual foi histórica e culturalmente introjetado como ideal aos indivíduos.

Partindo da ideia de identidade móvel, compreende-se, portanto, que a sociedade ainda não abarca a diversidade identitária existente, na medida em que parte desta ainda rotula quem se autoidentifica divergente das normas binárias impostas para se viver, ou seja, os sujeitos que carregam a diferença em seus corpos, a exemplo das mulheres Trans. Prova do aqui referido, são os índices de violência física e psicológica ocorridos com homens e mulheres Trans no Brasil, como já evidenciado no corpo deste texto.

Neste sentido, em se tratando dos corpos Trans, pelo viés do corpo como aparato sociopolítico no sentido identitário, almeja-se a visibilidade social, a qual pode fomentar a busca por inclusão e respeito identitário. Todavia, esta “visibilidade” torna-se paradoxal, haja vista que a exposição dos corpos Trans significa que, quem assim se reconhece, estará no “alvo” dos olhares e julgamentos alheios, desafiando a identidade que lhe foi imposta ao nascer, no intuito de buscar o reconhecimento da identidade escolhida para transitar nos espaços sociais, o que vai de encontro à hierarquia identitária construída socialmente.



Em sendo assim, ainda que a identidade dos homens e mulheres Trans seja um processo individual no sentido de que seus corpos carregam as marcas deste processo, é na coletividade que o fenômeno da hierarquização se dá, ensejando um sistema por vezes opressor para quem necessita buscar equidade identitária.

Em suma, ao analisar o universo Trans, seja pelas questões identitárias, culturais, ou meramente jurídicas, no intuito de responder o questionamento inicial, qual seja: A sociedade caminha para o respeito aos corpos e identidades Trans, seja pelo viés jurídico, ou meramente social, partindo do pressuposto de que a “diferença” pode (e deve) ser vista como positiva, na medida em que uma identidade não busque dominar outra, mas, sim, para que todas as manifestações identitárias possam conviver com respeito e alteridade?

Ao longo da argumentação, observou-se que o caminho a ser percorrido no sentido de avançar-se socialmente para um ideal de se compreender a diferença como positiva, haverá de se romper com a ideia de que estes sujeitos (mulheres Trans) “habitam no corpo errado”, ou, ainda, que suas formas de expressão identitárias não são válidas, partindo, então, para o reconhecimento de suas diferenças como parte de suas identidades, como a geografia de seus corpos, pois assim, se caminhará para a garantia de que homens e mulheres Trans possam viver com dignidade, cidadania e, igualmente, com o sentimento de pertencimento a uma sociedade que deveria ser de todos, sem qualquer hierarquia identitária.

Há que se desenraizar de uma luta por esta ou aquela identidade como predominante e única, e perceber, na diferença, uma potencial ferramenta para uma sociedade plural, diversa e democrática, livre de sanções sociopolíticas a quem é diferente do que se compreende como ideal identitário, o que pode se dar, em um primeiro momento, por meio do reconhecimento da alteridade como mola propulsora para compreender os novos contextos identitários, os quais não buscam a dominação sobre identidades binárias e, sim, partem da premissa de que o direito à liberdade de seus corpos seja reconhecido.

Tais reflexões almejam a garantia de uma vida com dignidade e cidadania a quem se autorreconhece como diferente, pois, ao se negar a identidade de um indivíduo, a sociedade empurra-o para o limbo, para a exclusão, e estas são práticas que necessitam urgentemente ser ultrapassadas, eis que, não se pode pensar que algumas vidas importam mais que outras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro. Zahar, 2008.



BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CASTRO, Daniele. Corpo à deriva: pensando diferença e identidade sob a perspectiva da cultura da presença. **Revista Vozes e Diálogo**, Itajaí. v. 14, n. 1, 2015.

CARTA CAPITAL. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/por-8-a-3-stf-aprova-a-criminalizacao-da-lgbtphobia/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Tradução de Evelyn Tesche. São Paulo: EDIPRO, 2015.

FERNANDES, Idília. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. 2. ed. Curitiba: Movimento Transgente, 2017.

LEONARDO, Paulo Velho. **Identidades em movimento: as mutações dos processos identitários e suas repercussões no exercício da cidadania**. Porto Alegre-RS. Editora Fi, 2017. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 18 jun. de 2019.

LUCAS, Doglas Cesar. O cenário das múltiplas identidades na sociedade contemporânea e os paradoxos de sua proteção jurídica. In: CENCI, Daniel Rubens. BEDIN, Gilmar Antonio. (Org.). **Direitos Humanos, Relações Internacionais & Meio Ambiente**. Curitiba: Multideia, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, Lisboa, n. 4, p. 39-54, 1998.

SANTOS, André L. C.; LUCAS, Doglas Cesar. **A (in)diferença no direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>. Acesso em: 1 ago 2019.

TOMAZ, Tadeu da Silva (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



TOURAINÉ, Alain. **Pensar outroramente o discurso interpretativo dominante.** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.



MACHISMO DE CADA DIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE COMPLEXA: UM OLHAR NA PERSPETIVA DOS DIREITOS HUMANOS

RODRIGUES, Marielen Laís Lima¹

HAHN, Noli Bernardo²

Resumo: A reflexão alinhada no presente trabalho se utiliza de uma abordagem dedutiva em prol da explanação acerca da violação dos direitos humanos das mulheres frente à discriminação de gênero. Esta discriminação mostra-se presente nos entornos da sociedade que submete as mulheres ao longo da história a situações de infringência aos direitos humanos. O poder patriarcal tem se mantido nos entornos da sociedade ainda nos dias atuais, modificando-se e adaptando-se a novas situações, sem mudar-se estruturalmente. Questiona-se, portanto: o que é o machismo e como este vem a cooperar, dominar e propiciar a violação dos direitos das mulheres? Assim, esta pesquisa perpassa por um embate ideológico, mas também na análise de cunho protecionista das mulheres, seus direitos e seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Machismo. Mulheres. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade complexa, com múltiplas demandas a serem resolvidas, existem algumas que atravessam a história e se mantêm pendentes de um olhar mais profundo. Neste caminhar, as pautas de gênero diuturnamente retornam ao centro dos debates acadêmicos e sociais.

Sob esta perspectiva, é sabido que, em dado momento da sociedade, a mulher passou a ser discriminada e segregada em diversos espaços sociais, bem como, no seio familiar, prática que se deu devido à cultura machista enraizada nos indivíduos, a qual se derivou do patriarcado e das questões culturais, em sua maioria. Igualmente, importa dizer que na medida em que a sociedade evolui, as formas de machismo e discriminação, da mesma forma de modificam e se expandem, tornando-se, de certo modo, mais aperfeiçoadas, necessitando serem superadas a fim de se buscar uma sociedade mais justa. Neste sentido, o que é o machismo?

Conforme Dumont, o machismo é definido com um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração e dominação, bem como de sujeição entre homens e

1 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Programa de Pós-Graduação em Direito, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marielen_rodrigues1361@hotmail.com

2 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nolihahn@santoangelo.uri.br



mulheres, e enquanto modo ideológico, oferece modelos de identidade, tanto masculinas, quanto femininas. (DUMONT, 1980, p. 1).

Por estas situações históricas de diferenciação e inferiorização em relação às mulheres, este artigo busca discutir questões acerca do machismo, da desigualdade de gênero e da necessidade de uma mudança de olhar neste sentido, almejando maior igualdade e direitos ao segmento feminino, o qual, historicamente, se vê dominado e excluído pelos homens, pela mídia, e pela sociedade, em sua estrutura. Para isso, utiliza-se revisão bibliográfica, bem como, legislações pertinentes ao debate ora proposto, visando um olhar voltado aos direitos humanos e a uma sociedade mais justa e igual.

COOPERAÇÃO OU DOMINAÇÃO?

Em um primeiro momento na história, o local destinado às mulheres era o ambiente doméstico, onde eram submetidas à posição de “escravas do lar”, o que estava ligado, também, a uma submissão sexual ao esposo, sendo submetida, ainda, ao cunho reprodutivo familiar. Muito embora, Angelin aduza que:

[...] no período paleolítico e neolítico da história, as relações humanas foram baseadas na parceria e na cooperação entre os seres humanos, não havendo, portanto, hierarquias sociais consideráveis, nem dominação dos homens sobre as mulheres ou vice-versa. (ANGELIN, 2014, p. 446).

Posteriormente, as mulheres, mediante muitas lutas, passaram a buscar espaço junto ao mercado laboral, aos bancos acadêmicos e a demais locais em que se julgavam impedidas de adentrar. Neste sentido, Angelin refere que:

A condição das mulheres, pintada com tintas da resistência, da pluralidade e da diversidade, peculiares na sociedade contemporânea multicultural, onde as mulheres buscam espaço de atuação e reconhecimento de sua condição como cidadãs, tem apresentado uma obra conjuntural com novas nuances, formatos e perspectivas não convencionais para os olhos de uma sociedade que ainda preserva aspectos bastante patriarcais e machistas. (ANGELIN, 2014, p. 445).

Nos dias atuais, ainda que a mulher tenha buscado espaço junto ao mercado do trabalho, ainda assim, trabalhando na mesma medida que seus companheiros, possuem demanda de trabalho muito superior, pois ao chegar a seus lares, seguem trabalhando nos afazeres domésticos, possuindo, portanto, dupla jornada laboral. Neste sentido, a mulher acabou se tornando, conforme aduz Axel Honneth, uma pessoa coisificada, tal qual ocorre com os seres no processo de reificação, estudado pelo autor. (HONNETH, 2018).

Assim, abordar as questões referentes ao machismo, na atualidade, acaba por se tornar um paradoxo, eis que, é simples evidenciar situações neste sentido, mas, ao mesmo tempo, trata-se de uma discussão complexa, já que o cerne dessa questão exige estudos aprofundados das mais diversas áreas do conhecimento, dentre elas, o direito. Neste contexto, Saffioti refere que,



[...] a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade. Nesta democracia coxa, ainda que o saldo negativo seja maior para as mulheres, também os homens continuarão a ter sua personalidade amputada. E vale a pena atentar para este fenômeno. (SAFFIOTTI, 1987, p. 24).

Desse modo, conforme defende a autora supracitada, o machismo fere, também, os processos de democracia implantados às duras lutas, portanto, urge a necessidade de se discutir acerca das situações machistas existentes nos mais diversos espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, bem como, sendo necessário, igualmente, buscar reverter os danos causados por esta prática, na vida dos indivíduos.

Buscando compreender mais a fundo as raízes do machismo, Nogueira menciona que, ao passo que as mulheres passaram e buscaram adentrar no mercado de trabalho, trazendo neste ínterim a luta por igualdade de gênero, ocasionou ainda mais situações de machismo, eis que os homens passaram a perceber que a realidade historicamente praticada, poderia sofrer uma ruptura. Todavia, mesmo com imensas situações de protagonismo femininos em tais lutas, as mulheres ainda não se encontram em situação de igualdade na sociedade, restando um longo caminho a ser percorrido neste sentido (NOGUEIRA, 2006, p. 57-58).

Buscando-se como exemplo o caso da legislação brasileira, é possível perceber que nela existe previsão legal para a igualdade ora referida, de onde se extrai:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação* (BRASIL, 1988, art. 3, grifos da autora).

Desta forma, a sociedade deve se esforçar e buscar práticas voltadas à igualdade e bem-estar de todos e todas, sem quaisquer formas de preconceito, discriminação ou violações de direitos, haja vista que essas situações precisam ser extirpadas das práticas sociais.

O autor Weeks, a fim de melhor compreender as questões referentes ao machismo, compreende a existência, ao longo da história, de padrões hierárquicos de convivência, onde havia um sexo predominante e detentor do poder de mando, sendo, por óbvio, o masculino. No mesmo sentido, refere Bourdieu, que existe:

[...] a violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2010, p. 7-8).

Por meio destas formas de dominação, os corpos femininos eram tidos como inferiores, sendo evidenciados como importantes apenas para o caráter de reprodução familiar, sendo



invisibilizadas em outras esferas. (WEEKS, 2001, p. 57-58). Com isso, se percebe, não somente um machismo enraizado, como também, a objetificação dos corpos femininos, sendo destinados meramente ao prazer sexual masculino e à reprodução para o aumento da família.

Partindo desta premissa, bem como, olhando para os dias atuais, preliminarmente, observa-se que o machismo ainda está demasiadamente presente, porque a sociedade insiste em reproduzir situações de separação sexual, elencando diversas práticas para este ou aquele sexo, o mesmo ocorrendo em posições de liderança, sejam no ambiente laboral, como em outros.

Ou seja, a genitália segue determinando quais espaços a mulher merece ocupar. Com base nisso, Saffioti preleciona que a identidade social das mulheres, bem como a dos homens, se constrói pela “atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias de sexo”, ainda, “delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”. (SAFFIOTI, 1987, p. 8-9).

Deste modo, quando existem situações de segregação sexual, denota-se que, ao longo da história, alguns grupos buscaram se sobrepôr a outros, o que se reflete até os dias atuais nos espaços públicos e privados, institucionalizados ou não, como prática naturalizada. Sendo assim, conforme menciona Saffioti,

[...] a identidade de mulheres e homens é construída socialmente, levando em consideração os aspectos sociais, culturais, políticos etc. Tal construção não pode ser denominada de ‘natural’, porém, é comum ouvir que é ‘natural’ da mulher realizar serviços domésticos e do homem realizar serviços em âmbito público, por exemplo. Não estão corretas tais afirmações, até porque “[...] quando se institui é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história” (ou seja, não se leva em consideração algo que foi culturalmente construído). Isso faz pensar que de tanto encarar o doméstico como feminino, este espaço se torna ‘naturalmente’ feminino, o que descaracteriza a história, a cultura e outros aspectos. (SAFFIOTI, 1987, p. 11-12).

Com isso se observa uma clara supervalorização do gênero masculino, que historicamente ocupa posições superiores em relação às mulheres, as quais são postas em constante desvantagem, consideradas como “frágeis” se comparadas aos homens, sendo esta a principal ideia de representação do machismo: a superioridade masculina, a força, o poder, características dificilmente direcionada ao sexo oposto.

Diante de tais constatações, Auad defende que a prática do machismo não fere somente as mulheres, mas também os homens, em especial, no período juvenil da vida, onde aprendem de forma subliminar lições acerca do machismo, por meio de diversos estereótipos, os quais passam a direcionar meninas para situações de invisibilidade, mas, ao mesmo passo, limitam meninos quando, por exemplo, os ensinam a não demonstrar fraqueza e/ou sensibilidade. (AUAD, 2012, p. 35).



Esta concepção vem, diuturnamente sendo praticada, de modo a inferiorizar mulheres e meninas, chegando a fazer parte, inclusive, de discursos públicos, que inferiorizam o sexo feminino.

Ainda no critério das primeiras relações de meninos e meninas, Oliveira e Maio defendem que a formação da sexualidade passa pela ligação com a família, a qual é fundamental neste sentido, por passar aos filhos os primeiros valores no tocante a alteridade e igualdade. Ou seja, ao se discutir acerca do machismo, atenta-se para o seio familiar como primeiro contato, ou, ainda, primeira escola neste aspecto.

Os autores mencionados refletem e argumentam que é na família que se forma a identidade social, todavia, em especial os pais podem, às vezes, não ter noção da importância dos ensinamentos familiares, os quais refletirão nas atitudes dos filhos na convivência coletiva, e nas trocas sociais. Diz-se isso, em razão de que, pelo afeto do seio familiar se solidificam características identitárias, as quais serão expressas na sociedade. (OLIVEIRA; MAIO, 2014, p. 90).

Com base nisso, torna-se evidente que, quando existe, na relação familiar, a prática do afeto, e de uma educação aberta à diversidade, à alteridade e à igualdade, no sentido de gêneros, isso irá refletir nas condutas dos entes familiares em suas práticas coletivas.

Ao mesmo passo, se no seio familiar forem ensinados ou reproduzidos aspectos de machismo, o mesmo ocorrerá nas ações sociais, como reflexo daquilo que foi aprendido na família, podendo ser citado, como exemplo, casos em que os filhos presenciam situações em que os pais ridicularizam o diferente, tendendo a levar tais situações como normais.

Assim, diversos aspectos de exclusão e invisibilidade das mulheres advêm do contexto primário, ou seja, o familiar, não se dizendo, por óbvio, que derivam somente deste ambiente. Todavia, se enfatiza que aquilo que se aprende, passa a ser considerado como correto e normal a ser reproduzido nas práticas sociais, e desta forma, o machismo se prolifera.

A MÍDIA E O MACHISMO COMO PUBLICIDADE

Outro ponto negativo acerca do machismo e de sua perpetuação na sociedade, é a mídia e seu poder de influência sobre os indivíduos, ainda mais, em relação a crianças e adolescentes. Acerca disso, Melo refere que:

[...] todo indivíduo que usa os meios de comunicação em massa, ou as grandes mídias, ou “[...] que procura ter acesso às mensagens por eles veiculadas, dispõe de uma série de mecanismos de defesa capazes de neutralizar, aniquilar ou reforçar possíveis intenções dos comunicadores”. Com isso, é possível pensar acerca do livre arbítrio dos/as telespectadores/as, porém, não se descarta a ideia de que tais canais podem influenciar os modos de pensar e agir da pessoa que os acessa. (MELO, 1998, p. 219).



Desta forma, por mais que os telespectadores possam não concordar com o material oferecido pela mídia em relação ao machismo, alguns sujeitos, com menor senso crítico ou cultural podem acabar sendo enredados na manutenção do machismo, por meio do reforço midiático neste sentido.

Importa dizer que, busca-se o exemplo da mídia, haja vista que, em variados exemplos publicitários, a mulher é coisificada, ou, ainda, sexualizada, a exemplo das propagandas de cerveja, onde o atrativo principal geralmente é uma mulher seminua. Já em relação aos homens, as propagandas representam virilidade, liberdade, poder econômico e sexual.

Percebe-se desse modo que, por vezes, a mídia naturaliza e reproduz o machismo e a discriminação, e isso se dá porque tais práticas estão enraizadas na sociedade e em seus meios de comunicação, práticas estas que só reforçam a desigualdade de gêneros já existente.

QUESTÕES DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

Como já referido, diversas são as barreiras a serem superadas no sentido da igualdade de gênero e direitos, as quais vão desde a necessidade de ações governamentais visando a igualdade entre homens e mulheres, à garantia de autonomia das mulheres (incluindo as mulheres Transexuais), à extinção da violência doméstica, bem como, o fomento a igualdade salarial, dentre outras demandas.

Compreender este processo machista tão arraigado na sociedade requer um olhar humano e equânime, em uma sociedade que ainda caminha a passos lentos no que tange às discussões de gênero, todavia, há que se ter em mente que é possível superar barreiras machistas e abrir o horizonte para as diferenças.

É bem verdade que existe um histórico de lutas das mulheres por igualdade e liberdade, dentre as quais, o movimento feminista tem significativa participação, visando à emancipação feminina. No Brasil, da mesma forma, nota-se nas últimas décadas uma maior preocupação com as questões relativas ao gênero, onde os direitos humanos marcam a efetiva luta neste sentido, garantindo às mulheres o direito a uma vida digna, salvaguardando seus direitos. E, por certo, os avanços no campo de igualdade de gênero necessitam tanto dos direitos humanos, como das demais searas da sociedade, urge a necessidade de ações articuladas a fim de se construir um país verdadeiramente plural, livre e respeitador de suas mulheres.

Para isso, é essencial a promoção dos direitos femininos, do respeito ao gênero, buscando atender as demandas deste segmento historicamente segregado. Neste aspecto:



A legislação infraconstitucional brasileira – civil e penal – não se coaduna aos princípios de igualdade e equidade estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. E, ainda, muitas vezes, tribunais brasileiros, na aplicação da lei penal em casos de estupro e de legítima defesa da honra, reproduzem preconceitos e estereótipos sociais, desrespeitam a cidadania e os direitos humanos das mulheres (PIMENTEL; PANDJIARJIAN, 2015, s/p).

Vale ressaltar a fundamental tarefa da efetivação real dos direitos humanos, sob a égide de considerar o conjunto de interesses dos indivíduos sem discriminação de ordem sexual, e livre de toda forma de segregação. Permanece, pois, o desafio de uma nova forma de convivência humana, indo além de um gênero buscando dominar outro, o que ainda se visualiza nos papéis destinados às mulheres na sociedade. Necessita-se, assim:

Uma redefinição dos direitos humanos numa perspectiva de gênero, a partir de uma leitura da realidade que torne visível a complexidade das relações entre homens e mulheres, revelando as causas e efeitos das distintas formas em que se manifestam estereótipos e discriminações (ZIEBELL, 2015, p. 22).

A desigualdade de gênero se concretiza, pela discriminação e dominação, que, ainda, aumenta de acordo com a classe social, a cor, e outras condições sociais. A identidade sexual, antes binária (macho/fêmea), hoje se amplia, abrangendo, como já citado, mulheres transexuais.

Logo, não há mais que se falar em binarismo, ou em dominação sexual e de gênero, pois, para além da base biológica, há uma lógica de pensamento, emoções e representação da subjetividade íntima das pessoas que não comporta mais padrões. Não se pode, portanto, admitir como justificativa para a violência, para a exclusão, ainda, a questão de gênero, eis que as relações entre homens e mulheres não devem ensejar relações de poder.

Em suma, se faz necessário lutar incessantemente por igualdade e justiça, visando a garantia da preservação dos direitos fundamentais, da igualdade de gênero, coibindo assim, a omissão em relação ao controle dos homens e do machismo, e a violação dos princípios elencados na Carta Magna Brasileira.

Tornam-se imprescindíveis diversas ações destinadas e engajadas na atenção e cuidado também, no campo da violência intrafamiliar, a qual vitima milhares de mulheres todos os dias, conforme noticiado na mídia, promovendo, com base em tais ações, diferentes diálogos nos mais diversos campos do conhecimento, na efetiva busca da superação dos conflitos de gênero ainda vivenciados na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo foi possível averiguar que o machismo vai além de uma supervalorização de um gênero em detrimento de outro, mas que esta prática inferioriza o gênero feminino em relação ao gênero masculino, causando violências das mais variadas formas. Conclui-se, ainda,



que ser homem ou ser mulher é um construto histórico-cultural, e que deriva em grande parte da cultura patriarcal imposta como dominante na sociedade.

Já no que se refere aos obstáculos para a igualdade material de gênero, ressalta-se o patriarcado, a mídia, a desestruturação familiar (em alguns casos), bem como, o engessamento das práticas sociais, indo desde o recebimento de valor inferior no ambiente laboral, até as piadas machistas ouvidas nas ruas.

Os debates acerca desta temática são cada vez mais frequentes na sociedade, bem como a exigência de leis e proteção às mulheres, protagonizadas pelos movimentos feministas e demais segmentos, tornando-se possível pensar-se em um futuro mais humano às mulheres, onde estas possam transitar na sociedade, sem medo de dominações e ou discriminações.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosangela. Direitos humanos das mulheres e movimentos feministas nas sociedades multiculturais: uma leitura a partir da perspectiva teórica do reconhecimento e da redistribuição de gênero em Axel Honnet e Nancy Fraser. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. Vol. 2, 2014.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: reações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. 1988.

DUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Revista Perspectivas**. São Paulo, 3 ed., p. 81-85, 1980. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>. Acesso em: 5 jul. 2019.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação**: Paradigmas Latinoamericanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posição de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 2, n. 9, p. 57-72, 2006.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. Sexualidade: a importância da família e da escola como formadores sexuais. In: CAETANO, Luciana Maria; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo (Org.). **Relação Escola e Família**: diálogos interdisciplinares para a formação da criança. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 85-100.



PIMENTEL, Sílvia; PANDJIARJIAN, Valéria. Direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista53/direitos.htm>. Acesso em: 6 jul. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82.

ZIEBELL, Clair Ribeiro. **Gênero e direitos humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/estaduais/rs/adunisinos/clair.htm>. Acesso em: 5 jun 2019.



ABORDAGENS FILOSÓFICAS SOBRE A CIÊNCIA, A VIDA E A NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE

MELO, Jonathan Dalla Rosa¹

COSTELLA, Elesandra Maria da Rosa²

Resumo: A questão problematizadora do tema do artigo refere-se e se delimita na seguinte pergunta: Por quê da necessidade de abordagens filosóficas para a compreensão da relação da ciência, da vida e da natureza tendo em vista algumas questões contemporâneas que envolvem aspectos de ideologias, cultura, poder, e que de certo modo tende a afetar a diversidade da vida como um todo? Utiliza-se de uma metodologia de abordagem epistemológica crítico-dialética, tratando sobre no aspecto da Filosofia Contemporânea e das suas questões reflexivas sobre a racionalidade ambiental na sociedade complexa. Em primeiro momento desenvolve-se algumas considerações sobre a Filosofia Contemporânea e o seu contexto Histórico e relacional com a Ciência já que um de seus principais problemas é a crise do homem contemporâneo. Em seguida, no segundo momento caminha-se refletindo sobre o real sentido da vida na contemporaneidade, relacionando as questões ambientais que envolvem a relação homem e natureza e dessa forma realiza-se uma abordagem com relação a teoria crítica sobre a ideia de progresso humano e que necessita com urgência de uma reconciliação do homem com a natureza.

Palavras-chave: Crise do homem contemporâneo. Ciência, vida e natureza. Consciência de reconciliação ambiental.

INTRODUÇÃO

A necessidade de refletir sobre os temas da filosofia contemporânea é de fundamental importância para nos compreender e compreendermos a nossa relação com a ciência, vida e a natureza. Nesse aspecto, evidenciar-se-á alguns elementos para a compreensão, como a liberdade é tida pela sociedade na atualidade, perceber como fundamentam-se muitos pensamentos sobre o real sentido da vida é necessário, e sua correspondência com a natureza tida na maior parte esquecida e atende outros interesses, ou seja, atende o desenvolvimento mercadológico.

O presente artigo tem como ponto metodológico uma abordagem epistemológica crítico-dialética, tratando da Filosofia Contemporânea e das questões reflexivas sobre a racionalidade ambiental na sociedade complexa. Aborda-se as questões contemporâneas e sua relação entre sujeito e objeto são de fundamental importância para o entendimento do que a filosofia

1 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jonathandallarosa@gmail.com

2 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Programa de Pós-Graduação em Direito, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: elesandrarosa@hotmail.com



contemporânea tem a contribuir para uma nova racionalidade ambiental frente a crise do homem contemporâneo para o enfrentamento dos problemas ambientais.

Então tenta-se responder a questão problematizadora do tema central que é: Por quê da necessidade de abordagens filosóficas para a compreensão da relação da ciência, da vida e da natureza tendo em vista algumas questões contemporâneas que envolvem aspectos de ideologias, cultura, poder, e que de certo modo tende a afetar a diversidade da vida como um todo? Tendo como hipótese para compreensão da crise ambiental é tida como uma crise do conhecimento, porque a crise ambiental não só envolve a crise da natureza, mas principalmente os conflitos da do homem consigo mesmo e com a natureza.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO E RELACIONAL COM A CIÊNCIA.

Considera-se que a Filosofia Contemporânea é aquela desenvolvida a partir do final do século XVIII, que tem como marco a Revolução Francesa, em 1789. Engloba, portanto, os séculos XVIII, XIX e XX. Quanto a contextualização histórica o período é marcado pela consolidação do capitalismo gerado pela Revolução Industrial Inglesa, que tem início em meados do século XVIII. Percebe-se, portanto a questão da exploração do trabalho humano, nesse período, e ao mesmo tempo tem-se o avanço tecnológico e científico.

Nesse momento são realizadas diversas descobertas. Destacam-se a eletricidade, o uso de petróleo e do carvão, a invenção da locomotiva, do automóvel, do avião, do telefone, do telégrafo, da fotografia, do cinema, do rádio etc. As máquinas substituem a força humana e a ideia de progresso é disseminada em todas as sociedades do mundo.

Por conseguinte, o século XIX reflete a consolidação desses processos e as convicções ancoradas no progresso tecnocientífico. Por sua vez no século XX, o panorama começa a mudar, refletido numa era de incertezas, contradições e dúvidas geradas pelos resultados inesperados.

Acontecimentos desse século foram essenciais para formular essa nova visão do ser humano. Merecem destaque as guerras mundiais, o nazismo, a bomba atômica, a guerra fria, a corrida armamentista, o aumento das desigualdades sociais e a degradação do meio ambiente. A filosofia contemporânea reflete sobre muitas questões sendo que a mais relevante é a “crise do homem contemporâneo”.

Constata-se diversos acontecimentos, aos quais destacam-se a revolução copernicana, a revolução darwiniana (origem das espécies), a evolução freudiana (fundação da psicanálise) e ainda, a teoria da relatividade proposta por Einstein. Tem-se, portanto, muitas incertezas e as contradições são vistas, as quais tornam-se os motes dessa nova era: a era contemporânea.



Encontra-se em Bachelard a seguinte interrogação “Como então deixar de se ver uma filosofia para ser verdadeiramente adequada ao pensamento científico em evolução constante deve encarar o efeito reativo dos conhecimentos científicos sobre a sua estrutura espiritual?” (BACHELARD, 1949, p. 7) e em outro lugar: “Na realidade, a *ciência cria a filosofia*, pelo que o filósofo deve infletir a sua linguagem para traduzir o pensamento contemporâneo na sua flexibilidade e mobilidade” (BACHELARD, 1937, p. 2).

Para Bachelard é o “método de medir”, mais que o objeto de mensuração, que o cientista descreve. O objeto medido nada mais é, segundo ele, que um grau particular da aproximação do método de mensuração. “O cientista crê no realismo da medida mais do que na realidade do objeto (...) É preciso refletir para medir, em vez de medir para refletir” (1996, p. 261-2).

Nessa relação escreve Thomas Kuhn sobre o paradigma como as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (KUHN, 2009, p. 13). Segundo este autor, os paradigmas possuem duas características fundamentais: (a) são realizações suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares e; (b) são realizações suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência (KUHN, 2009).

Com a escolha do termo pretendo sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica (KUHN, 2009, p. 30).

Entretanto, a constatação de paradigmas nas ciências sociais – as quais Kuhn denominou de pré-paradigmáticas – não é tão objetiva quanto nas ciências naturais, por ele denominadas de ciências paradigmáticas. Isso porque nas ciências naturais o desenvolvimento do conhecimento proporcionou a formulação de princípios e teorias sobre a estrutura da disciplina estudada aceites sem discussão por toda a comunidade científica, enquanto nas ciências sociais não há consenso paradigmático (SANTOS, 2009, p. 37). Percebe-se segundo Kuhn permanece em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais paradigmas (KUHN, 2009, p. 35). Como assevera Morin:

Eu não parto do método, parto à procura do método. Eu não parto com o método, mas com a recusa, consciente, da simplificação. Esta é a disjunção entre entidades separadas e fechadas, é a redução a um elemento simples, a expulsão daquilo que não entra no esquema linear. Eu parto com a vontade de não ceder a estes modos fundamentais do pensamento simplificante (MORIN, 2003, p. 11).



Portanto a Ciência e técnica constata-se a confiança no saber científico foi outra das atitudes filosóficas que se desenvolveram no século 19. Essa atitude implica que a natureza pode ser controlada pela ciência e pela técnica. Mas não apenas isso, o desenvolvimento da ciência e da técnica passa a ser capaz de levar ao progresso vários aspectos da vida humana. Surgiram disciplinas como a psicologia, a sociologia e a pedagogia.

Enfim, o pensamento simplificado é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo (unitat multiplex). Ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade. Assim chega-se à inteligência cega. A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu meio ambiente (MORIN, 2007, p. 12).

E esse saber cego, reflete-se, obviamente na relação estabelecida entre o ser humano e a natureza, relação esta gerida pela parceria estabelecida entre a ciência e o direito, como já aqui referida.

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da consequente conversão do corpo humano em mercadoria última (SANTOS, 2005, p. 56).

Nesse sentido, se ressalta a fala a favor da vida, e ela não pode abdicar da liberdade criadora.

Zaratustra fala a favor da vida, da dor, do círculo – isto ele profere. Estes três, a saber, ‘a vida – dor – círculo’; se copertencem – são o mesmo. Se estivéssemos em condições de pensar essa triplicidade como um e o mesmo, estaríamos de pressentir de que Zaratustra é o porta-voz e quem ele mesmo enquanto porta-voz gostaria de ser (...). Zaratustra apresenta-se como o porta-voz disso, a saber, que todo real é vontade de poder que, enquanto criadora, padece e suporta a vontade que luta consigo mesmo no eterno retorno do igual (HEIDEGGER, 1997, p. 88-89).

Esta é a sua grande sabedoria. Pois Heidegger procura descrever o difícil processo pelo qual Zaratustra sofreu, a luta, o horror para ser o falador da vida, da dor e do círculo e nesse processo ele se torna o educador do eterno retorno. Afirma: *Tu (a saber, Zaratustra) és o mestre do eterno retorno (...). Eu (a saber, Zaratustra) ensino o além-do homem* (HEIDEGGER, M., 1997, p. 89).

No século 20, a filosofia passou a colocar em xeque o alcance desses conhecimentos. Essas ciências podem não conseguir abranger a totalidade dos fenômenos que estudam. E muitas vezes não conseguem fundamentar e validar suas próprias descobertas.

REFLEXÕES SOBRE O REAL SENTIDO DA VIDA NA CONTEMPORANEIDADE: QUESTÕES AMBIENTAIS QUE ENVOLVEM A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA VIDA

A filosofia contemporânea fundamenta-se em alguns conceitos que foram elaborados no século 19. Um desses conceitos é o conceito de história, que foi formulado pelo filósofo G.W.F.



Hegel. A filosofia de Hegel relaciona-se com as ideias de totalidade e de processo. Passamos a entender o homem como um ser histórico, assim como a sociedade.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu em 1770, em Stuttgart, na Alemanha, e faleceu vitimado por cólera, em 1831, em Berlim. Em vida, viajou pela Holanda, Bélgica, Áustria e França. Era filho de funcionário público e cursou Teologia num seminário protestante. Foi casado com Marie Von Tucher, mais nova que ele 22 anos, com a qual teve dois filhos: Karl, que foi um historiador e Immanuel, teólogo. Ludwig era filho natural trazido de Jena. Em 1796, mudou-se para Frankfurt – Alemanha, onde estava o seu amigo Hölderlin, o qual, em decorrência de questões amorosas, foi acometido pela loucura, deixando Hegel bastante deprimido. Com o intuito de curar-se deste mal, Hegel dedicou-se com afinco à elaboração de resumos sobre obras filosóficas, históricas e políticas, incluindo, ainda, artigos de jornais ingleses.

Foi professor de Filosofia na Universidade de Jena, em 1801; professor extraordinário em Lena, 1805; professor da Universidade de Heidelberg, 1816 e Reitor da Universidade de Berlim, em 1818, instituição onde permaneceu até sua morte.

Nessa perspectiva, Derani considera que a natureza, um meio exterior ao ser humano, passa a ser dominado, instrumentalizando a dinâmica da apropriação, de forma que o patrimônio ambiental é paulatinamente apropriado e transformado em patrimônio privado, à medida que se insere na produção de mercado. Isso ocorre porque esses bens passam a integrar o sistema de preços e o processo produtivo e, desse modo, os bens ambientais abandonam a composição de patrimônio natural e passam a compor o patrimônio privado (DERANI, 2002, p. 151).

A importância da Teoria crítica sobre a ideia de progresso humano como percurso racional sofreu um duro golpe com a ascensão dos regimes totalitários, como o nazismo, o fascismo e o stalinismo. O desencanto tomou o lugar da confiança que existia anteriormente na ideia de uma razão triunfante. Para fazer face a essa realidade, um grupo de intelectuais alemães elaborou uma teoria que ficou conhecida como teoria crítica. Um dos principais filósofos desse grupo é Max Horkheimer. Ele pensou que as transformações na sociedade, na política e na cultura só podem se processar se tiverem como fim a emancipação do homem e não o domínio técnico e científico sobre a natureza e a sociedade. Esse pensamento distingue a razão instrumental da razão crítica. O que seria a razão instrumental? Aquela que transforma as ciências e as técnicas num meio de intimidação do homem, e não de libertação. E a razão crítica? É a que estuda os limites e os riscos da aplicação da razão instrumental.

Neste novo modelo, na relação sujeito/objeto, o que busca conhecer, enquanto sujeito, instrumentaliza, enquadra, domina o objeto de forma racional, supostamente desprovido de valores, visto como objeto neutro. É o surgimento da razão instrumental. Não há preocupação



com o objeto. Através de premissas, este é forçado, direcionado a produzir o resultado que o sujeito busca.

A racionalidade moderna instrumental, objetivista, do conhecimento, de perspectiva dualista, rompeu a integrada constituição originária entre cuidado e busca (conquista) e fundamentou a ação humana exclusivamente a partir da perspectiva conquistadora, o que leva o homem a sua autodestruição (HAHN, 2007, p. 59)

No século XVII, os valores da Ciência Moderna (fundamentados na razão, na racionalidade) passam a integrar a cultura dominante. A concepção mecanicista e reducionista do homem e da natureza torna-se um dogma. O mundo passa a ser descrito “como uma máquina, que, para ser estudado e descrito, exigiria a combinação da experimentação somada à linguagem matemática e geométrica” (PEREIRA, 2002, p. 27). A ciência moderna produziu um modelo de racionalidade em que o homem e a natureza estão situados em polos opostos, construindo uma dualidade entre natureza e cultura.

A reconciliação do homem a com a natureza é proposta nos seguintes termos por Adorno e Horkheimer: “não é na certeza não afetada pelo pensamento, nem na unidade pré-conceptual da percepção e do objeto, mas em sua oposição refletida, que se mostra a possibilidade de reconciliação. A distinção ocorre no sujeito que tem o mundo exterior na própria consciência e, no entanto, o conhece como outro” (ADORNO, 1997. p. 176). Esta proposta dúbia de reconciliação também é exposta na obra *Eclipse da Razão*, de autoria individual de Max HORKHEIMER: “se a natureza tem a oportunidade de refletir-se no domínio do espírito, adquire uma certa tranquilidade pela contemplação da própria imagem. Este processo está no âmago de toda a cultura, particularmente na da música e das artes plásticas” (HORKHEIMER, 2003. p.179).

Argumenta-se que os direitos e garantias fundamentais no âmbito constitucional, de modo especial, o direito à vida, artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, leciona Fiorillo:

O direito à vida da pessoa humana mereceu ainda por parte da Constituição Federal adequada delimitação tendo em vista o *fundamento da dignidade da pessoa humana*.

Uma vida digna é assegurada por direitos essenciais, elementares, básicos, que denominamos *priso vital mínimo*. Referidos direitos são claramente apontados no artigo 6º da Constituição Federal, tais como *saúde e moradia*, e formam com o patrimônio genético e com os valores imateriais culturais antes descritos a substância do direito à vida da pessoa humana a ser protegido [grifo do autor] (FIORILLO, 2012, p. 50).

Portanto considera-se que a Linguagem passa a adquirir um aspecto importante na filosofia hegeliana uma vez que ela comporta, inclusive, o “espírito do povo”. Neste sentido, é a língua

[...] que concretiza a universalidade da razão e a realiza na história, todos estes aspectos convergem, informando o próprio estilo da filosofia hegeliana — a exposição filosófica e a natureza da linguagem, com a sua historicidade intrínseca, condicionam em grande medida a expressão hegeliana. (FERREIRA, 1992, p. 311).

Evidenciar que a busca da filosofia é pela universalidade, é importante. Já que Hegel diz que o começo da filosofia deve ser a própria filosofia.



Forma-se, então, uma tensão entre universalidade e singularidade: de um lado, ambos acabam se identificando na igual pretensão de serem portadores de uma experiência única e verdadeira; de outro, mantêm a diferença, dado que, enquanto duas existências, não podem ser simplesmente uma coisa só (COSSETIN, 2006, p. 39).

Nessa afirmação enfatiza-se o resgate da relação de opostos faz com que haja, por um lado, perda de sentido, mas, por outro lado realização do seu sentido. Logo em seguida tem-se a reflexão sobre as questões da modernidade e sua relação com o ser humano e a natureza.

Assim, contata-se a importância da reflexão sobre o existencialismo, no qual tem-se o filósofo Jean-Paul Sartre também pensou as questões do homem frente à liberdade e ao seu compromisso com a história. Utilizando também as contribuições do marxismo e da psicanálise, elaborou um pensamento sistemático que põe em relevo a noção de existência em lugar da essência.

A questão que envolve as relações humanas com a natureza, são realizadas de formas complexas nos mais diversos setores da organização econômica. No passo que a utilização dos recursos naturais seja internalizada de acordo com os princípios da racionalidade ambiental. Essa necessidade propõe:

O saber ambiental emerge, assim, como uma consciência crítica e avança com um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma constelação de disciplinas e construindo novos instrumentos para implementar projetos e programas de gestão ambiental. Embora o saber ambiental surja transformando os conteúdos e orientações teóricas de um conjunto de disciplinas, orienta-se, por sua vez, com um fim prático para a resolução de problemas concretos e para a implementação de políticas alternativas de desenvolvimento (LEFF, 2002, p. 127).

Nesse sentido, Sartre, no entanto, tinha como meta examinar a consciência no mundo. A consciência é engajada no mundo de tal forma que o para si não existe sem mundo, mas apenas, como o diz Sartre, “uma plenitude diferenciada do ser”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletiu-se sobre a racionalidade contemporânea, e principalmente sobre as questões que envolvem a ciência, a vida e a natureza numa sociedade complexa com características e dinâmicas não perfeitas, que atendem a interesses nada reflexivo sobre as suas atitudes frente as problemáticas ambientais que nos assolam na atualidade é fazer esse giro filosófico que proporcione o fundamento de nós sermos sujeitos do nosso meio.

A responsabilidade a que se fala é a de entendimento de que se precisa do entendimento da complexidade ambiental é fundamental para a conversão ambiental de paradigmas que já não dão conta dos processos e discursos da humanidade, já que o próprio conceito de humanidade é uma criação da modernidade.



A educação ambiental se faz pela recuperação do pensamento forte ao qual se pauta em um eterno retorno filosófico que com certeza faz uma justiça social de compreensão para uma nova convivência de superação do abismo anulatório da própria vida.

Nesse sentido, o caminho a ser desenvolvido começa a ser orientado pelo desejo de mudança de um estado de não reflexão inicialmente constatado pelo homem contemporâneo para um estado reflexivo de suas atitudes e de suas virtudes para um sentido de vida. Portanto, é necessária uma emancipação frente ao desenvolvimento instrumentalizatório da vida e da natureza.

Enfim, numa era do antropocentrismo, dos problemas ambientais necessita-se de um eterno retorno sobre os aspectos ambientais, principalmente ao que se refere aos valores e aos princípios que fazem sentido para uma vida integrada com a natureza (meio ambiente). O respeito a natureza é de extrema importância para as presentes e futuras gerações, mas sem a devida responsabilidade por parte de todos isso não é possível. Romper com a visão paradigmática do conhecimento absoluto fortalece a vida de todos.

A saída que o ser humano deve encontrar é pela reflexão, e não pelo crer cegamente em uma ciência que não tem sentido e não contribui para o seu desenvolvimento e conseqüentemente, o verdadeiro esclarecimento sobre o reconhecimento que o ambiente, a natureza tem para um equilíbrio das relações humanas coletivas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985/1997.
- BACHELARD, Gaston. **La Philosophie du Non**. Paris: Preses Universitaire de France, 1949.
- BACHELARD, Gaston. **Le Nouvel Esprit Scientifique**, Paris: J. Vrin Editeur, 1937.
- COSSETIN, Vânia Lisa Fisher. **Entre uma ilusão e um enigma**: a filosofia da linguagem em Hegel. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- DERANI, Cristiane. Patrimônio genético e conhecimento tradicional associado: considerações jurídicas sobre seu acesso. In: LIMA, André (Org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.
- FERREIRA, Manuel J. Carmo. **Hegel e a justificação da filosofia**. Composto e impresso na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., 1992.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Princípios do Direito Processual Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.



HEIDEGGER, Martin. **Quem é o Zaratustra de Nietzsche?** In: Ensaios e conferências. Tradução Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HAHN, Noli Bernardo. *Amazônia e racionalidades: conhecimento e/ou reconhecimento.* **Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídico-ambientais**, ano 1, n. 2, p. 55-63, jul./dez. 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo.** Petrópolis: Vozes, 2005.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão.** São Paulo: Centauro, 2003.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar. **O despertar ecológico.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PEREIRA, Reinaldo Arruda. **A ciência moderna, a crise dos paradigmas e sua relação com a escola e com o currículo.** 2002, 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_PereiraRA_1.pdf. Acesso em 29/08/2019.

SANTOS, B. D. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2005.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA IDOSA NO LAR DE IDOSOS TABEA NO MUNICÍPIO DE PANAMBI – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

SANTOS, Vaneza Lima dos¹

LAUXEN, Sirlei de Lourdes²

MERA, Claudia Maria Prudêncio de³

OLIVEIRA, Vânia Maria Abreu de⁴

Resumo: Este artigo apresenta alguns fatores que levam às famílias a optarem pela institucionalização dos idosos e também, os benefícios que ocorrem com esta prática a partir da inclusão da pessoa idosa nestas Instituições de Longa Permanência. Deste modo, este trabalho objetiva, por meio de pesquisa qualitativa e um estudo de caso, apresentar as motivações que levaram a família entrevistada optar pela institucionalização da idosa. Neste caso, como a família participa ativamente das atividades desenvolvidas pela instituição, que também, proporciona o livre convívio com os idosos institucionalizados, foi possível verificar pontos positivos da institucionalização, bem como a satisfação por parte de todos os envolvidos, ou seja, o idoso, a família e a instituição que desempenha sua prática social com responsabilidade e ótimos resultados.

Palavras-chave: Instituições de Longa Permanência. Envelhecimento. Idosos

INTRODUÇÃO

Alguns fatores tais como as mudanças sociais durante o processo de urbanização do país, o empoderamento da mulher, que deixou a exclusividade das tarefas do lar e que saiu para estudar, buscar conhecimento e ingressar no mercado de trabalho, os rearranjos familiares, os aparatos tecnológicos, a baixa natalidade e a expectativa de vida que aumenta consideravelmente o número de idosos, tem trazido muitas mudanças na configuração das famílias na atualidade (VASCONCELOS; GOMES, 2011).

1 Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vaneza.lima@hotmail.com

2 Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: s.lauxen@hotmail.com

3 Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cmera@unicruz.edu.br

4 Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vfreitas@unicruz.edu.br



Junto com as mudanças, percebe-se a dificuldade das famílias em aceitar o envelhecimento, ainda mais, quando somado a alguma patologia, como doenças crônicas e limitações para atividades de vida diária. Desta forma, começam a serem inseridos novas formas de ajuda e apoio às famílias que precisam manter suas vidas em pleno funcionamento, além dos cuidados com o idoso, onde surge a necessidade de acompanhamento profissional, inclusive com encaminhamento para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) (MICHEL et al, 2012).

Estudos apontam que alguns fatores contribuem para a institucionalização de idosos: a ausência de cônjuge, não possuir filhos, apresentar comprometimento cognitivo e dependência para as atividades básicas de vida diária que precisa ser acompanhada pela melhoria da qualidade de vida do familiar que envelhece (MICHEL et al, 2012).

Assim, as instituições de longa permanência para idosos (ILPI) contribuem com suas práticas de modo que as funcionam como um suporte integral para a família e para os idosos. É neste sentido que este estudo pretende apresentar esta realidade, mostrando como funciona um lar de idosos no município de Panambi e como aconteceu a opção do mesmo por parte da família de uma idosa.

A pesquisa utilizou como coleta de dados as técnicas de história de vida e a observação não participante. O período de coleta de dados e entrevistas ocorreu entre outubro de 2018 a fevereiro de 2019. O local onde desenvolveu-se a pesquisa foi o Lar de Idosos Tabea que está localizado na cidade de Panambi-RS. O Lar de Idosos Tabea é uma associação privada e sem fins lucrativos, voltada ao bem-estar, cuidado e assistência à velhice. A instituição se mantém por meio de até 70% da aposentadoria dos idosos residentes e o restante do valor da mensalidade é paga pelos familiares. Até a data de coleta de dados, apenas uma empresa do município colabora em algumas atividades de recreação em alguns períodos do ano.

A escolha da instituição para o estudo ocorreu durante o Mestrado Acadêmico em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, com a disciplina de Práticas Socioculturais e Participação Social, que tem como objetivo levantar questões sociais para compreender práticas socioculturais desenvolvidas na comunidade pesquisada, (re)significando essas práticas na perspectiva do desenvolvimento social local e regional.

Deste modo, o presente artigo busca articular o conhecimento epistemológico adquirido na disciplina, com a realidade sociocultural pesquisada. Por isso, o tema escolhido foi a institucionalização dos idosos e os benefícios observados na prática social pesquisada.



DESENVOLVIMENTO

Lar de Idosos Tabea da cidade de Panambi-RS

O Lar de Idosos Tabea é uma associação privada sem fins lucrativos voltada ao bem-estar. É a instituição mais antiga da Sociedade Batista de Beneficência Tabea. Foi fundado no dia 31 de outubro de 1955 na cidade de Panambi, Rio Grande do Sul, que possui grande número de descendentes alemães, e desta forma, carrega muitas características e costumes europeus, sendo que o objetivo da fundação, conforme relato da administradora, Sra. Heidi Reinke, provém do costume Europeu de possuir casas de repouso para os idosos frequentarem após a aposentadoria, sendo este também, o motivo da sua criação no município de Panambi.

A administradora, é conhecedora dos costumes Europeus e também do funcionamento de outras instituições em outros países. Durante a entrevista, relatou como ocorre na Alemanha, por exemplo, onde os filhos saem cedo da casa dos pais para estudar e após formados, dificilmente retornam. Assim, ficam em casa somente o casal até chegar a aposentadoria e a partir daí, buscam as casas de repouso de aposentados para reintegra-se novamente em grupo social com outras pessoas da mesma faixa etária.

Segundo a Administradora do Lar, a nova configuração das famílias na atualidade, é um dos fatores determinantes da institucionalização dos idosos, tendo em vista que, ao passo que as mulheres entraram no mercado de trabalho e deixaram de ser as efetivas cuidadoras das famílias, em tempo exclusivo e integral, houve a necessidade de existir instituições que podem ser consideradas como um “braço da família”, trabalhando com total apoio e suporte nestes cuidados.

Outras situações do mundo moderno como a rotina tumultuada das pessoas em seus trabalhos e demais atividades, também fazem com que as famílias tenham pouco tempo para se dedicar e dar atenção aos idosos.

O Lar é muito bem visto e respeitado pela comunidade local, regional e também a nível de país, pois possui residentes que tem familiares que moram em outros estados. Outro fator positivo é o fato de possuir uma sólida história de compromisso e missão de cuidar com afeto de todos os residentes. Como visão, a instituição almeja ser uma entidade que ofereça permanência digna.

De acordo com a Administradora, antes de conhecer pessoalmente o lar, as famílias chegam com as informações da mídia, de indicações pessoais ou de outros meios de divulgação, mas quando conhecem a instituição pessoalmente e visualizam a sua estrutura, a maioria diz que



assim, supera-se a expectativa, pois o Lar de Idosos Tabea possui uma completa estrutura e está localizado a 150 metros do Hospital de Caridade de Panambi.

Mesmo com a ótima estrutura, a Administradora do Lar relatou que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos familiares, na decisão de institucionalizar um familiar é o preconceito que existe em relação a institucionalização, pois ainda é vista como uma forma de descaso e abandono por parte dos familiares que optam por escolher uma instituição para realizar os cuidados ao idoso.

Atualmente, existem em nosso país, lugares onde não existe boas estruturas para o cuidado com idosos e onde a família realmente abandona, não participa e não estabelece nenhum vínculo, fato que não ocorre nesta instituição por trabalhar com princípios que rejeitam os abandonos e os descasos, de tal forma que, desde o contrato entre a instituição e a família é deixado claro que o abandono não pode ocorrer.

Desta forma, o Lar de Idosos Tabea realiza um trabalho em parceria com as famílias, estimulando o convívio do idoso com familiares e amigos, disponibilizando a estrutura física para a recepção de familiares em encontros e confraternizações.

A integração e adaptação dos idosos ocorre por meio de um acompanhamento individualizado, onde uma profissional da área da enfermagem acompanha o idoso em todas as atividades e locais que fazem parte da estrutura do Lar. A Administradora conta que: “A enfermeira “cola” nos primeiros dias (fica ao lado do idoso o tempo todo), mostrando-o e levando-o em toda a estrutura do lar, que de chegada são desconhecidos para o idoso, assim como é desconhecido a qualquer pessoa que chega em um hotel e precisa saber onde fica o café da manhã, por exemplo”.

O Lar de Idosos Tabea disponibiliza uma estrutura completa, com espaços dedicados à saúde, ao lazer e bem-estar da terceira idade. Oferece 58 moradias privativas, refeitório, salas de convivência, sala de tv, biblioteca, salão de eventos, estacionamento e ampla área verde com jardins, bosque e pista para caminhadas.

A equipe de profissionais da saúde que atuam no Lar de Idosos Tabea é formada por: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, cuidadores de idosos, fisioterapeutas e nutricionista.

Programações culturais e de lazer também são oferecidas pelo Lar, dentre elas: acesso livre à internet, oficina de ginástica, música, filmes, jogos e oficina de artesanato. Em respeito à diversidade cultural, étnica e religiosa, a programação é composta por cultos de apoio espiritual e emocional.



Para a Administradora do Lar, “o principal impacto social que o Lar de Idosos oferece é a prática de promover a inclusão de pessoas com a mesma faixa etária, bem como, a qualidade da saúde e a qualidade de vida que ocorre com os idosos e também com as famílias e deste modo, as famílias mudam também a qualidade de vida e melhoram o vínculo com os idosos, porque passam a ter o foco na atenção e no carinho durante os encontros, o que podem ser considerados os maiores benefícios”.

Neste sentido, o Lar oferece atendimento integral aos idosos, com foco no fortalecimento e preservação dos vínculos familiares e na garantia dos direitos do idoso, mantendo como valores o respeito, a dignidade, a excelência, a transparência e a responsabilidade socioambiental.

O Lar de Idosos Tabea tem como missão “promover a qualidade de vida, cuidando os idosos com afeto e excelência”. A visão do Lar é “Ser referência nos serviços prestados, visando oferecer vida digna e atendimento integral aos idosos”. Como valores, a instituição considera muito importante: o respeito, a dignidade, a excelência, a transparência e a responsabilidade socioambiental.

O relato da neta de uma idosa institucionalizada no Lar de Idosos Tabea

Como explicado pela administradora do lar, a decisão de institucionalizar um idoso inicia carregada de dúvidas, angústias e exige que a família reflita sobre esta importante decisão que venha a ser tomada.

No caso da família entrevistada, o período em que refletiram sobre a institucionalização foi aos 92 anos da idosa, relatados assim por sua neta: “a nossa matriarca expressou os sinais mais evidentes de que os anos vividos “pesavam” em seu corpo e veio a acamar”.

Durante o período em que a idosa foi cuidada pela família, houve a participação da nora, da filha e de uma cuidadora que foi contratada pela família para cuidar da idosa no período diurno. A neta lembra que:

“Os anos foram passando e a autonomia da vó diminuindo gradativamente. Logo, houve a necessidade de alguém a acompanhar durante todo o dia, para além da companhia, auxiliar nas atividades domésticas e na higiene dela. No entanto, a dependência física da vó foi aumentando em função da dificuldade locomotora, além disso, a demência também passou a avançar sendo que ela tinha momentos de muita lucidez e momentos extremamente esquizofrênicos. Do andador, avançamos para a cadeira de rodas e aos 92 anos, a dificuldade de tirar a vó da cama passou a ser tremenda.

Desta forma, a decisão de procurar apoio para os cuidados de sua vó partiu em conjunto com seu irmão: “Nessa situação que estava difícil para todos e que além de tudo, a gente percebia



o sofrimento da vó, partiu de mim e do meu irmão a ideia de procurarmos uma instituição que pudesse prestar todo esse cuidado a vó de forma racional financeiramente, mantendo o vínculo familiar, a história da vó e que tecnicamente fosse um espaço de riqueza interdisciplinar. Procuramos e fomos conhecer o Lar Tabea, uma instituição que há anos presta esse serviço aos idosos de Panambi, e isso nos passou bastante segurança, pois manejar um idoso acamado (considerando a alimentação, higiene e demais necessidades básicas) exige muita técnica, não apenas para prover o cuidado dele, mas manter a saúde de quem presta esse cuidado.

Em relação a tomar a decisão da institucionalização, a neta define: “Realmente decidir por institucionalizar a vó talvez tenha sido a maior dificuldade de nossas vidas e aqui cabe mencionar o envolvimento de toda a família. Primeiramente, porque ainda há um preconceito muito grande em relação a esta prática na nossa sociedade. Parece-nos que para muitas pessoas, contar com a ajuda de uma instituição para auxiliar nos cuidados da vó é sinônimo de abandono, desprezo.

A neta complementa: “Para muitas pessoas, inclusive alguns familiares, nos parece que o idoso deve ser cuidado por alguém da família, nem que isso se transforme em sofrimento, em carma, em discórdia. Afinal de contas, é sim um sofrimento para todos acompanhar o envelhecimento de quem amamos, principalmente quando o “porto seguro” de muitas famílias passa a desenvolver sinais de total dependência física e intelectual”.

Durante estes acontecimentos, considerados difíceis para a família, que tenta seguir seu curso de vida normal, apesar de possuir um familiar com dificuldades, a neta salienta o quanto é importante ser refletido e tomado a decisão que melhor conforte a família. Sendo assim, ela complementa: “Em meio a este caminho, nem tudo foi sofrimento e eu me tornei mãe, e há dois anos e oito meses a vó tornou-se bisavó. Preciso relatar a maternidade, porque ela também pesou na decisão de mudarmos o domicílio da vó, pois vi a minha mãe envelhecendo bruscamente nesse cuidar; e realmente, desejo ao meu filho, todas as lembranças que vivi acompanhadas da minha vó”.

Deste modo, conseguimos visualizar como a decisão de uma institucionalização torna-se tão abrangente, ou seja, ela acaba abarcando uma série de questões que envolvem todos os vínculos familiares, sem contar nas surpresas que a institucionalização pode proporcionar, conforme a neta conta: “Hoje, com aproximadamente um ano e meio de Lar Tabea a vó apresenta evoluções que nunca imaginávamos que apresentaria: recuperou a autonomia para comer, faz artesanatos (sentada na cadeira de rodas), canta, frequenta o culto, participa de festas (junina, carnaval...), já participou até de uma mostra de fotos na qual ela foi fotografada... Foram vários momentos que nos tiraram o fôlego de emoções. Momentos significativos que nos aproximaram muito mais da nossa vó. Aqueles dias que eram puro sofrimento foram substituídos por dias de integração, de visita, de amor...



A neta destaca os pontos positivos da institucionalização e avalia a atuação dos profissionais do lar: “A colaboração da equipe multiprofissional no manejo da situação de saúde em que a vó se encontra (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, fisioterapeuta, nutricionista e demais colaboradores voluntariados do lar) fizeram a diferença significativa em nossas vidas”.

Para finalizar, a neta compartilha: “Ter a oportunidade de ver a nossa vó tão adaptada àquela rotina, mantendo convívio social, ter a aproximação da filha que passou a visitá-la diariamente e conseguir roubar sorrisos da vó não tem preço! “Quem dera, todas as famílias terem condições financeiras, emocionais e sociais de superar todos os preconceitos e ter a oportunidade de viver tudo o que estamos vivendo. Hoje o Lar Tabea também é a nossa família”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a família entrevistada, a decisão da institucionalização ocorreu por iniciativa conjunta da família, que sempre esteve atenta às questões de saúde, do melhor cuidado para a idosa e o bem-estar de todos os envolvidos nos cuidados, que eram feitos pela nora e pela cuidadora contratada pela família.

Estes motivos foram todos atendidos com o trabalho prestado pelo Lar de Idosos Tabea de Panambi, a família sentiu-se segura em optar pela institucionalização a partir do momento que conheceu as formas de atendimento e cuidados com os idosos.

O processo adaptativo da idosa aconteceu de maneira natural e sem tristezas ou resistência, a qual aceitou o seu novo lar de forma alegre desde o início, o que só foi melhorando graças as atividades de recreação e estímulos que as práticas cotidianas da instituição proporcionaram.

Por parte da família, o processo adaptativo ocorreu de forma tranquila, principalmente porque a família sabe da responsabilidade em todas as questões que envolvem o cuidado e a atenção dada aos idosos por aquela instituição, além da liberdade que o idoso possui para receber visitas e estar sempre em contato com a família e receber visitas dos demais parentes e amigos.

Desta forma, o relacionamento entre a família e a idosa ganhou um novo significado, que pode ser considerado de grande relevância, pois compreende a vivência de todos os envolvidos de uma forma mais leve e sempre em busca de dias melhores, com qualidade de vida e dignidade.

REFERÊNCIAS

MICHEL, Tatiane et al. Significado atribuído pelos idosos à vivência em uma instituição de longa permanência: contribuições para o cuidado de enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 495-504, set. 2012. Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/revistas/texto-e-contexto-enfermagem/>



scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000300002&lng=en&nrm=iso.
Acesso em: 19 set. 2019.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 21, n. 4, 2012. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set 2019.



RESUMOS EXPANDIDOS

Os Resumos Expandidos que integram esses Anais são de autoria de professores e estudantes, cuja originalidade foi conservada, inclusive no que se refere à metodologia empregada. Os autores assumem a responsabilidade pelo conteúdo de seus textos.



A MÚSICA ERUDITA COMO TEMA DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SILVELLO, João Pedro de Carvalho¹

ANTUNES, Fabiana Ritter²

LOPES, Fátima Terezinha³

INTRODUÇÃO

O estágio curricular obrigatório é algo que a maioria dos cursos de graduação cobra de seus acadêmicos. É nele que o estudante tem a oportunidade de utilizar o conhecimento adquirido na academia para as instituições escolares, empresas e nos mais diversos locais de trabalho.

A música erudita, por sua vez, dificilmente é ofertada às camadas mais humildes da população, de modo que este estilo musical por vezes é discriminado ou sumariamente ignorado por essas camadas. Oportunizar esta vivência para as crianças de uma turma de educação infantil é importante na medida que além da vivência da música erudita se constroem conhecimentos musicais ao longo de quatro grandes “blocos” de aulas, partindo-se de uma questão simples: “O que é música para vocês?”.

Após um período de observação da turma, no qual se escolheu o tema do projeto para estágio, optou-se por proporcionar esta vivência, procurou-se organizar os planos de aula em forma de “quatro grandes momentos”: O que é música?; As Qualidades do Som; Os Naipes de Orquestra; e os Mestres da Música Clássica.

A primeira aula partiu do: “O que é música para eles?”, desmitificou o preconceito de que “música que não é cantada não é música”. A partir da segunda aula abordou-se as qualidades do som. O terceiro “módulo” das aulas abrangeu os instrumentos que compõem uma orquestra. Por último, apresentou-se os períodos da música erudita: Barroco, Clássica, Romântica e Moderna. O estágio foi realizado em uma turma de pré-escola B, com idade variando de cinco a seis anos. Sendo vinte e cinco crianças, onze meninos e quatorze meninas

1 Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Curso de Pedagogia, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: joao.silvello@sou.unicruz.edu.br

2 Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Curso de Pedagogia, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fantunes@unicruz.edu.br

3 Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Curso de Pedagogia, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fcosta@unicruz.edu.br



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Brincar com música é algo que deixa de ser natural para os adultos, pois deixamos de brincar à medida que crescemos. Para o adulto, a música se torna algo “sério”, que deve ser analisada e estudada, classificada, muitas vezes não sendo apreciada como deve. No entanto para a criança, um ser brincante, a música é um brinquedo, que muitas vezes não é material. Nesse sentido:

A criança é um ser brincante e, brincando, faz música, pois assim, se relaciona com o mundo que descobre a cada dia. Fazendo música, ela, metaforicamente “transforma-se em sons”, num permanente exercício: Receptiva e curiosa, a criança pesquisa materiais sonoros, “descobre instrumentos”, inventa e imita motivos melódicos e rítmicos e ouve com prazer a música de todos os povos. (BRITO, 2003, p.35)

A relação da criança com a música é de uma exploração que vai além da simples classificação. Ela descobre, transforma, pesquisa e produz sons, muitas vezes não se importando com a “estética sonora” do que produz. Para a criança, é muito mais interessante descobrir os “sons que a rodeiam”, os sons que ela pode produzir a partir dos diferentes tipos de materiais disponibilizados, do que os “barulhos”.

Durante a observação, tive a oportunidade de tocar para as crianças algumas músicas na flauta. Não foi incomum ouvir comentários por parte delas no sentido de que: “Isso não é música! É barulho”, como argumentava uma das meninas ao ouvir “Minuet nº3” de Johann Sebastian Bach. Este tipo de comentário, no entanto, é comum por parte de sujeitos que não tiveram acesso a determinada “cultura”, e não compreendem outro tipo de linguagem proposto por uma música que não possui cantor.

É de se ressaltar que o envolvimento das crianças com o universo sonoro começa ainda antes do nascimento, pois já na fase intrauterina os bebês convivem com um ambiente rodeado por sons (BRITTO 2003). Para o referido autor:

A música é uma linguagem, posto que é um sistema de signos [...] Música é linguagem que organiza, intencionalmente, os signos sonoros e o silêncio, no *continuum* espaço-tempo. Na música se faz presente um jogo dinâmico de relações que simbolizam, em microestruturas do universo. (BRITO, 2003, p.26)

O caminho percorrido pelo estágio procurou alterar a definição de música no ideário das crianças. Foram dez aulas planejadas para a turma que procuraram abordar desde questões básicas e subjetivas a até apreciação musical.

As aulas organizadas em quatro grandes blocos geraram temas interessantes para debates, que, no entanto, muitas vezes foram interrompidos pela falta de estrutura que a escola oferecia e pela grande quantidade de alunos, a sala da turma escolhida era a primeira da educação infantil, ficando em frente ao enorme pátio, onde normalmente os alunos do turno inverso ou as professoras dos anos iniciais estavam realizando atividades.



A aula inaugural se deu com a questão “o que é música para vocês?”, surgida durante as observações com a turma, quando algumas crianças afirmaram que uma música erudita tocada na flauta doce, não era música, mas era barulho.

Na quarta aula foi trabalhado a qualidade do som conhecida como “timbre”, esta qualidade é aquela que permite que consigamos distinguir sons de mesma frequência, mas produzidos por fontes sonoras diferentes, e que também permite diferenciá-los. Nesta aula se utilizou de uma produção audiovisual disponível no *YouTube* do compositor russo Sergei Profokiev denominada Pedro e O Lobo.

Embora a composição toda tenha trinta minutos de duração, a turma reagiu bem à exibição. Como é comum, as crianças se identificaram com os personagens. As exclamações durante a exibição eram: “Eu sou o lobo”, afirmava um dos meninos; “Eu sou o pássaro”, afirmava uma das meninas. Outros se identificavam com os caçadores, e poucos com Pedro ou com o Avô.

A identificação também se dá com os sons dos instrumentos. Os tímpanos que representam os caçadores “agitam a turma”, as trompas as deixam em um estado de tensão emocional, enquanto as cordas agem como uma forma de aliviar essa tensão com sua melodia mais suave.

A quinta aula se tratou de uma transição das aulas de qualidades do som, para os naipes de orquestra. Trabalhou-se com as crianças: Cordas, Madeiras e Metais, deixando de fora a percussão por falta de tempo e material. Na quinta aula trabalhou-se as cordas, tendo como representante deste grupo o Violino. Primeiramente apresentou-se para as crianças um desenho animado da “*Pantera Cor de Rosa*”, no episódio *Pink Plunk Pink*, onde o a protagonista é uma violinista de uma orquestra.

As vinte e cinco crianças tiveram a oportunidade de por alguns minutos segurarem e tentarem tocar o violino 3/4, com a grande maioria dizendo que nunca havia visto um daqueles instrumentos ou segurado um, oportunizando uma verdadeira vivência prática para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música enquanto linguagem escrita é representada através de símbolos e códigos que surgiram com a necessidade de fixar as ideias musicais, e assim preservá-las (BRITO, 2003). Enquanto linguagem cultural, é subjetiva, característica de cada povo e indivíduo sendo apreciada de inúmeras formas. A experiência com diversos tipos de linguagem musical, os conhecidos estilos, leva os sujeitos a apontarem seus favoritos e a ampliarem seu repertório, tendo uma verdadeira vivência musical.



A música erudita, por si só, caracterizou-se por um momento de extrema importância na história da música mundial, pela primeira vez em séculos, a música instrumental estava se “igualando” em importância à música cantada. Novos compositores surgiram, assim como novos métodos e novos instrumentos. Os períodos do barroco, clássico e romântico representaram alguns dos períodos de maior criatividade musical da história do homem moderno.

No entanto o acesso a este tipo de música sempre foi algo para os mais abastados, deixando as camadas mais humildes sem acesso a este tipo de cultura. A escola, com seu papel de difusora de cultura, tem o dever de promover o acesso das crianças a esta vivência.

No estágio, a divisão das aulas em quatro grandes blocos, seguindo uma sequência lógica de “construção” de conhecimento musical foi acertada, as crianças aprenderam as qualidades do som, brincaram com a música como um todo.

Ainda se destaca a vivência dos instrumentos musicais, tendo as crianças a oportunidade de conhecer e tocar vários, entre eles o violino, destacado neste trabalho. Esta oportunidade até então foi considerada única na vida das crianças.

Destaca-se a atividade de apreciação da história Pedro e o Lobo, na qual as crianças posteriormente conseguiam ainda relacionar os personagens com os instrumentos que eram apresentados a elas nas aulas posteriores, revelando uma verdadeira aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE

Música. Educação Infantil. Estágio.

REFERÊNCIAS

DE BRITO, Teca Alencar. **Música na educação infantil**: propostas para a formação integral da criança. Editora Peirópolis, 2003.



CPERS – UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO 1979 - 1984

PEREIRA, Lisiane Beltrão¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, na área de Ciências Humanas, e possui como temática as práticas de resistência do *Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato)* nos anos de 1979 – 1984. A atuação do CPERS, neste período final do regime de exceção imposto pelos militares a partir do golpe civil-militar de 1964, foi marcado pela constante luta em defesa de direitos e de melhores condições de trabalho e vida para os professores, reivindicando uma “valorização profissional e a democratização da educação” (BULHÕES; ABREU, 1992, p. 15), através da eleição direta para diretores de escola, o que conseqüentemente, sem um regime político democrático, não haveria condições de uma democratização da educação. Aliado a isso, havia o debate educacional promovido pelo CPERS, que discutia os problemas da educação em âmbito estadual e nacional.

ATUAÇÃO DO CPERS NOS ANOS DE 1979 A 1984: RESULTADOS PRELIMINARES

Uma das formas de luta do CPERS, neste período, se dava através das greves, que a partir de 1978, com a greve dos Metalúrgicos do ABC paulista “rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve” (SANTANA, 2012, p. 287).

Os anos de 1978 e 1979 foram marcados por diversas greves se destacando o movimento grevista dos trabalhadores do ABC paulista, e em especial no Rio Grande do Sul, “ressalta-se a mobilização dos professores estaduais, dos bancários e dos trabalhadores das indústrias do vestuário e da construção civil. Os professores decretaram greve a partir de abril de 1979, exigindo 70% de aumento e piso de três salários mínimos. Suas reivindicações contaram com a solidariedade de inúmeras entidades representativas de trabalhadores e estudantes” (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009, p. 43).

O CPERS, neste momento, despontava no Rio Grande do Sul como um importante movimento, com grande capacidade de mobilização e organização, tanto que com a greve deflagrada no ano de 1982, “o CPERS sofre a ameaça de intervenção, repressão e punições

¹ Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em História, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lisi-belt@yahoo.com.br



pelo Governo Estadual.” (CORREA, 2006, p. 7). Devemos destacar que mesmo não sendo um sindicato constituído juridicamente, agia, através de sua liderança, como um sindicato de fato. Naquele momento havia o impeditivo legal, instituído desde 1943, pelo Decreto – Lei nº 5452 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e estabelece, no Art. 566, proibição ao funcionalismo público de se organizar em sindicatos. Apesar desta proibição legal, o CPERS mobilizou e articulou ações entre seus membros, através de seus Núcleos existentes no interior do estado.

Os anos finais da ditadura civil-militar no Brasil foram marcados por uma crescente mobilização contrária ao regime, mas também ainda marcada por muito receio, com muito medo do aparato repressivo do Estado que mesmo durante o período de abertura ainda estava ativo e exercia forte pressão, inclusive através da “intervenção em sindicatos (como o dos metalúrgicos do ABC paulista e dos bancários em Porto Alegre)” (SANTANA, 2012, p. 289).

Por se tratar de um período recente da história do Brasil, em que há muitas testemunhas vivas, professores membros do CPERS que participaram ativamente da mobilização durante o período em questão, entendemos que o presente trabalho está inserido na história do tempo presente, tendo em vista que abrange questões que ainda não foram resolvidas e que ainda fazem parte do debate (PADRÓS, 2009, p. 30-45). Assim, “a particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um “ainda-aí.” (ROUSSO, 2016, p. 18).

O advento de uma nova perspectiva sobre o passado, em que o passado deixa de ser morto e distante e passa a ser reinterpretado em função do presente, abrindo caminho para novas abordagens do passado tendo como ponto de partida novos objetos de pesquisa em história, como a memória, contribuem para uma nova forma de entendimento sobre o passado. Conforme Ferreira (2018, p. 84) “os debates acerca da memória, suas relações com a história como objeto de pesquisa pode oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado”.

A problemática que norteia esta pesquisa busca analisar as formas de manifestação da resistência contra o regime no período de 1979 a 1984, referente à luta e ações políticas promovidas pelo movimento dos professores, integrantes do CPERS, objetivando compreender como o CPERS conseguiu se manter ativo e combativo diante do aparato repressivo do Estado ainda vigente no período, o modo de organização e articulação de suas ações. Entendemos que a manifestação desta resistência ocorreu através de formas variadas de resistência que pautaram as ações do CPERS, tendo em vista que a resistência, conforme Chauí (1986, p. 63) “[...] tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos



populares, nos grafitis espalhados pelos muros das cidades – quanto localizada em ações coletivas ou grupais”.

Para entender melhor como está sendo realizada a pesquisa e o levantamento das fontes, em janeiro do presente ano foi realizado o levantamento no acervo do CPERS, localizado na sede da entidade, onde foram selecionadas as seguintes fontes: as atas das assembleias, exemplares do Jornal *Magister*, publicação do CPERS dirigida aos seus membros e de circulação nos Núcleos existentes no interior do estado do Rio Grande do Sul; e do Boletim do CPERS, referentes ao período em voga.

Tivemos acesso ao material referente ao CPERS que está sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, e do Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS, onde foram consultados alguns exemplares do Jornal *Magister*. Neste último, além do *Magister* tivemos acesso a diversas outras publicações de Jornais de grande circulação no estado como *Zero Hora* e *Folha da Tarde* com matérias sobre o CPERS, todos os documentos citados acima foram selecionados como fonte.

Durante a visita à sede do CPERS em Porto Alegre, bem como através de conversas informais, conforme nos foi relatado, naquele período ainda havia um certo medo por parte dos membros em manifestarem-se contrários ao regime, tendo em vista a forte repressão ainda presente nos anos finais da ditadura.

Foi observada também, a preocupação do CPERS em unir a categoria em torno da luta sindical, buscando uma conscientização dos professores com relação à importância e ao que representava o movimento sindical naquele momento. Como o CPERS não era um sindicato juridicamente constituído pela impossibilidade imposta por Lei, muitos de seus membros o entendiam como uma associação de cunho assistencialista, criando assim um distanciamento e uma certa barreira entre este movimento e os demais movimentos de trabalhadores.

Havia o entedimento de que os professores não pertenciam à classe de trabalhadores, pois muitos ainda percebiam o magistério como sacerdócio. Assim, o CPERS desenvolveu um trabalho de desconstrução da imagem de magistério como sacerdócio e passou a discutir questões voltadas a sua identidade em relação ao sindicalismo, passando a constituir-se, segundo Correa (2006, p. 5) em “um sindicato com grande poder de mobilização e luta e com uma visão mais ampla da sua ação representativa e da própria especificidade do trabalho desenvolvido pelo magistério”.

Havia também, a dificuldade de mobilização das bases, devido à distância da sede na capital dos demais municípios do estado, mesmo aqueles que possuíam Núcleos da entidade. Cabe salientar que no período estudado o CPERS não contava ainda com os 43 Núcleos que possui hoje. Mesmo com esta dificuldade, durante as assembleias realizadas por ocasião das



greves de 1979 e 1980 percebe-se, com base nas atas das mesmas, uma crescente participação dos professores da capital e do interior do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possui relevância no sentido de evidenciar como ocorreram os questionamentos e discussões, com o caráter de oposição, em relação à legitimidade e a forma de organização política do Estado durante o período final da ditadura civil-militar, bem como a forma de manifestação desta oposição. Pretende-se também identificar como se manifestou esta oposição e foi expressa através de formas variadas de resistência que pautaram as ações do CPERS.

Embora ainda houvesse receio com relação ao aparato repressivo ainda vigente e da presença de outros membros do CPERS que apoiavam o regime, existiam formas de manifestação contrária ao regime imposto pelos militares, tanto na forma do discurso pela luta de uma educação democrática, como pela mobilização grevista.

Por meio de uma análise crítica das fontes documentais, tendo o cuidado de levar em conta a origem dos documentos, é possível termos uma nova abordagem sobre as lutas políticas e atuação do CPERS, bem como do papel da educação no desenvolvimento de uma consciência crítica e ética na busca das necessárias melhorias para a profissão e o próprio país.

PALAVRAS-CHAVE

CPERS. Resistência. Ditadura.

REFERÊNCIAS

BULHÕES, Maria da Graça; ABREU, Mariza. **A luta dos professores gaúchos – 1979/1991**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORREA, João Jorge. A História do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais. In: NASCIMENTO, Maria Isabel M.; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.) **Anais VII Seminário Nacional do HISTEDBR**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia do Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.



PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos– nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1974-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2009. Introdução, p. 35-45.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 – 1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 283–313.



A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO GEOPARQUE CAÇAPAVA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MULHERES ARTESÃS DE CAÇAPAVA DO SUL (RS, BRASIL)

SAVIAN, Carla Pizzuti¹

SILVA, Elisângela Lopes da²

BORBA, André Weissheimer de³

INTRODUÇÃO

O trabalho a ser apresentado é um projeto da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM cujo título é “Mulheres artesãs e empoderamento feminino no Projeto Caçapava Geoparque (RS, BRASIL) – FIPE nº 051257”. O projeto está contido na estratégia de criação de um geoparque no município de Caçapava do Sul – Rio Grande do Sul, ou seja, na busca pelo reconhecimento da importância geológica e geomorfológica do território caçapavano como um patrimônio mundial.

A pesquisa surge em razão de que os geoparques – territórios bem delimitados com área de tamanho suficiente para o apoio ao desenvolvimento socioeconômico (Moreira, 2011) – seguem como parâmetros de desenvolvimento os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU). Com foco na linha de ação nº 5 dos ODS, que visa alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (ONU, 2017), o território proposto como Geoparque já vem estimulando o empoderamento das comunidades locais além de oportunizar a elas a participação em parcerias coesas.

Dentre os objetivos da pesquisa estão os de conhecer quem são as artesãs, qual a relação delas com a paisagem local, as suas perspectivas e expectativas quanto às oportunidades de desenvolvimento e empoderamento dos seus trabalhos no município em que residem. Além disso, busca aproximar essas mulheres da iniciativa supracitada, promovendo avanço econômico – que permite o empoderamento – e a valorização da cultura através da arte de criar, além de visar à possibilidade de criação de geoproductos com vínculo territorial e paisagístico.

1 Universidade Federal de Santa Maria, Bacharelado em Geografia, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: carlapizzutisavian@hotmail.com

2 Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: silva.elislopes@gmail.com

3 Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de geociências, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: awborba.geo@gmail.com



A metodologia utilizada conta com etapas de: (1) revisão bibliográfica, com consulta a trabalhos técnicos especializados e normas legais relacionadas a queoparques/*geoparks*, desenvolvimento sustentável, artesanato, empoderamento e outros assuntos; (2) acompanhamento de projetos com a comunidade artesã; 3 (re)conhecimento e identificação do grupo através de reuniões e oficinas; (4) montagem e organização de questionário semi-estruturado; (5) aplicação desses questionários, objetivando saber as impressões que as artesãs têm do local onde vivem e da proposta de geoparque; (6) compilação e análise de dados.

É necessário ressaltar a importância da participação da comunidade em uma alternativa de desenvolvimento como a criação de um geoparque, pois é através das pessoas que ocupam tal território que é possível protegê-lo, sendo os retornos financeiros, culturais e de bem estar destinados a essa população. Segundo Drandaki (2000 apud Moreira 2011, p.40), “o patrimônio geológico e a geoconservação necessitam de mais pessoas com ideias, habilidades, novas qualificações e qualidades, pesquisadores e cidadãos”, sendo esses capazes de auxiliar na proteção do local em questão. Por fim, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento e nesse texto será apresentado o contexto da sua realização, bem como as atividades já realizadas e os dados já coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A certificação de um geoparque (*geopark* no original em inglês) é outorgada pela UNESCO, e o território passa a fazer parte da rede *Global Geoparks Network (GGN)* e do Programa *UNESCO Global Geoparks*. Atualmente, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e outras entidades parceiras idealizam e buscam implantar um projeto aspirante a geoparque no município de Caçapava do Sul, localizado na porção centro-sul do Estado do Rio Grande do Sul. O município é considerado como a ‘capital gaúcha da geodiversidade’ pela Lei nº 14.708, de 15 de julho de 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2015), por possuir uma diversidade natural única e um longo histórico de relacionamento com as geociências.

A intersecção do objetivo de investir na autonomia da mulher através da prática artesanal com o projeto de geoparque dá-se quando a equidade entre homens e mulheres são propósitos permanentes da Organização das Nações Unidas (ONU), da UNESCO e do Programa *Global Geoparks*. Além disso, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil – CPRM um geoparque, no conceito da UNESCO, deve:

assegurar o desenvolvimento sustentável através do geoturismo, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade socioeconômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios, indústrias de hospedagens e novos empregos. (CPRM, 2019)



As atividades artesanais são percebidas como “capazes de gerar desenvolvimento econômico e social, compreendido por trabalho e renda, comércio justo e solidário, resgate e valorização da identidade cultural (local e regional), respeito e preservação ambiental” (CERRUTI, 2019, P. 18), ou seja, são capazes de alcançar esses deveres/objetivos que um geoparque possui.

Promover autonomia é um benefício do artesanato, tanto que para Sennett (2009) o fazer artesanal, quando transformado em uma atividade abrangente, pode propiciar o empoderamento. Além disso, o artesanato pode ser visto como

um elemento impulsionador de desenvolvimento local”, incentivando o trabalho comunitário promovendo, dentre outros projetos, roteiros turísticos, possibilitando o escoamento de grande parte da produção do artesanato e, principalmente, valorizando o território, a cultura tradicional, contribuindo para fortalecer a consciência de identidade cultural local. (RICCI; SANT’ANA 2009, p. 95; SANTOS et al., 2010, p. 1-2 apud TEIXEIRA et al., 2011, p. 150)

Isto posto, o artesanato é capaz de empoderar não só a mulher, mas sim toda a comunidade local através do trabalho comunitário e demais projetos de desenvolvimento sustentável.

Dentre os resultados parciais já obtidos estão a revisão bibliográfica, o (re)conhecimento do grupo social pesquisado, a identificação dos produtos produzidos como artesanato, além das expectativas desse mesmo grupo sobre o projeto de Geoparque e seu incentivo ao setor artesanal. A partir dos questionários já aplicados foram obtidas algumas informações importantes, dentre elas a faixa etária das artesãs, variando de 41 a 60 anos; além da identificação de que 40% das artesãs que responderam utilizam dessa prática como suas únicas fontes de renda.

Foi identificado um alto engajamento por parte das artesãs na inserção das suas produções no contexto do Projeto Geoparque Caçapava, o que facilita a construção de geoprodutos com vínculo territorial, tanto que algumas já estão começando a inserir a paisagem caçapavana nas suas criações (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Marca desenvolvida pelo coletivo de mulheres Alquimias da Terra



Fonte: Acervo das autoras



Figura 2 - Representação de crochê da preguiça-gigante Megatherium criada pela artesã Lilian Jaqueline Martins.



Fonte: acervo das autoras

Essas mulheres possuem muitas expectativas quanto ao retorno que o reconhecimento de Caçapava como patrimônio mundial pode trazer para seus produtos. Como respostas para a questão “quais suas expectativas para o setor artesanal com o projeto de Geoparque?” as frases mais citadas foram: “esperamos que dê certo”; “incentivo”; “apostamos” “desenvolvimento e crescimento”; e “confio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estímulo à capacitação das artesãs é de suma relevância para o envolvimento da comunidade local com a proposta de geoparque, e esse vínculo entre cidadãos e proposta é o que permite a sua concretização, visto que um geoparque precisa da participação das pessoas que residem em seu território, sendo através delas possível desenvolver e proteger. Ademais, o reconhecimento do município como um geoparque oficial da UNESCO concede ao mesmo uma divulgação a nível nacional e internacional, atraindo turistas, ou seja, proporcionando o geoturismo – que para Moreira (2011, p. 29) é uma prática interpretativa da paisagem, além da sua apreciação. A autora também traz que o geoturismo tem capacidade estratégica para o desenvolvimento futuro, valorizando o potencial das comunidades que estão inseridas nesse contexto. (MOREIRA, 2011). Por fim, o trabalho das mulheres de Caçapava tem extrema capacidade de trazer retornos financeiros, principalmente através do geoturismo, ofertando-as relativa independência financeira e conseqüentemente, o empoderamento.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres. Desenvolvimento. Geoparque.

REFERÊNCIAS

CERUTTI, Bernadete Bregolin. **Mulher, meio ambiente e modo de vida sustentável: um estudo com artesãs da Região do Vale do Taquari - RS.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). 135 f. Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lageado, 2010.

CPRM. **Serviços Geológico do Brasil, 2019.** Geoparque. Disponível em: <https://www.crpm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Saiba-mais---Geoparques-5415.html>. Acesso em 20 set. 2019.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Geoturismo e interpretação ambiental.** Ponta Grossa: 2014.

ONU BRASIL, 2017. Documentos Temáticos: objetivos de desenvolvimento sustentável. **PNUD Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>. Acesso em 18 out. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Ordinária Estadual 14.708, de 15 de julho de 2015, **Declara o Município de Caçapava do Sul - Capital Gaúcha da Geodiversidade.** Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.708.pdf>, acesso em: 23 set. 2019.

SENNETT, Richard. **El artesano.** Tradução de Marco Aurélio Galmarini. 2. ed. Barcelona: 2009

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda Del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: MAGDALENA, L. **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Bogotá: MT Editores, 1997. p. 75-95.

TEIXEIRA, Marcelo Geraldo; BRAGA, Julio Santana; CÉSAR, Sandro Fábio; KIPERSTOK, Asher. Artesanato e desenvolvimento local: o caso da Comunidade Quilombola de Giral Grande, Bahia. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 12, p. 149-159, 2011.



A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: DO ASSUJEITAMENTO A EMANCIPAÇÃO

SALGADO, Graciela da Silva¹

NICOLODI, Adelita²

LAUXEN, Sirlei de Lourdes³

INTRODUÇÃO

Essa escrita objetiva traçar um breve panorama acerca do papel da mulher negra na vida social e familiar na formação do Brasil, as relações de subserviência, submissão sexual e maus-tratos que sofreram pelo assujeitamento humilhante a que eram submetidas. Metodologicamente, está pautada em revisões bibliográficas que retratam os movimentos de luta e emancipação, respeito, visibilidade. A revisão bibliográfica também trata das atuais lutas para a consolidação de uma sociedade que a respeite e a dê dignidade de acesso e visibilidade nos diferentes espaços sociais.

A cronologia dos fatos aqui apresentados pontua, de forma objetiva, os principais acontecimentos e a participação da negritude feminina na história brasileira, bem como na contemporaneidade, a luta contra a opressão hegemônica que insiste em fustigar com segregações e limitações de oportunidade e respeito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Discorrer sobre a mulher negra e seu papel na formação da sociedade brasileira requer muita seriedade, porque sempre se pode correr o risco de desvalorizar sua força, identidade e personalidade ou diminuir as humilhações de toda ordem que sofreram. A luta para retirar o estigma deixado pelo período escravagista é contínuo e muitas batalhas são travadas diariamente para que se efetive o respeito e a não segregação racial.

1 Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, RS, Brasil. Bolsista Capes – Código de Financiamento 0001. E-mail: gracielasalgado79@gmail.com

2 Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, RS, Brasil. E-mail: Adelita.nicolodi@gmail.com

3 Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, RS, Brasil. E-mail: s.lauxen@hotmail.com



A mulher negra vítima da escravidão - ação atroz onde um ser humano subjuga outro - foi arrancada de suas raízes culturais e sofreu sob o jugo de inúmeras violências em prol da formação social, cultural e econômica do Brasil. O sistema escravista evidencia a relação de subordinação das mulheres negras que carregaram nos braços e no seio às famílias brasileiras. Com seu sangue, com seu suor e com seu leite fizeram crescer inúmeros meninos e meninas de famílias brancas, relegando os seus próprios rebentos, embora muitas vezes filhos da dor e da violência ainda assim eram seus. Dessas práticas socioculturais funestas, Ribeiro (2016, p. 101) pondera “que não pode haver primazia” e complementa que a opressão de uns sobre outros não pode se constituir em práticas estruturantes, ou seja, não podem ser naturais, segundo ela é preciso romper com essas estruturas.

No período da escravidão, a primazia era da população branca, era o que imperava e o corpo das mulheres negras era usado para as mais cruéis práticas. Na obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*, se encontra muito da mitologia, ou seja, da negra que seduzia os brancos, de meninas negras virgens que serviam de cura para rapazes brancos acometidos de sífilis, dentre outras atrocidades. Em Freire (2003) há relatos que dão conta de como eram vistas e tratadas as negras pelos residentes da Casa Grande, de como eram selecionadas para o trabalho braçal da lavoura ou escolhidas pelos Senhores para a satisfação sexual – do próprio ou para a iniciação sexual de seus filhos jovens. Para serem mucamas e amas-de-leite, geralmente passavam pelo crivo “seletivo, eugênico e estético” (Ibid., 2003) em cada leva de africanas que aportavam no Brasil Colônia.

A mulher escrava era uma ferramenta para o trabalho de toda ordem, como também reprodutoras – que por consequência da violação sexual produziam mais mão de obra para o patriarcado – e chegavam a ser avaliadas por suas capacidades de gerar mais ou menos crianças ou ainda de não gerar nenhuma o que as designava exclusivamente ao trabalho pesado ao lado dos negros, nas lavouras. (DAVIS, 2016, p. 26). Resumidas a procriadoras, porque em determinado momento do período escravocrata “o que se queria era que os ventres das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques” (Ibid., 2003) para aumentar a mão de obra e enriquecer o patrão. Sua condição de procriadora, tal qual um animal, não lhe conferia a condição de mãe, uma vez que seu filho ou filha geralmente era dado de presente à uma criança branca que nascesse para que ao crescerem juntas o moleque negro lhe servisse como brinquedo e saco de pancadas. (Ibid., 2003).

Disso resulta que a degradação sexual a que eram submetidas andasse lado a lado com a dureza dos trabalhos pesados, sob a fiscalização do açoite do feitor. As semelhanças trazidas por Davis (2016) acerca das condições do trabalho escravo e recorrentes estupros sofridos pelas mulheres negras, na América do Norte e no Brasil, ressaltam que por serem fêmeas “o estupro,



na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVES, p. 26).

De qualquer forma, ou seja, na América do Norte ou do Sul, à mulher negra coube a fama de insensata por, supostamente ser ela a sedutora dos jovens patrões e quando à negra não era dada a culpa essa era transferida e justificada à custa das escravas índias que ficaram marcadas como promiscuas e libidinosas, ou pela bestialidade sexual do povo primitivo que aqui existia (FREYRE, 2003).

Nessa perspectiva, a escravidão por si só é imoral e dessa miséria social, segundo Freyre (2003, p. 399) “é impossível não advir a depravação” sendo que “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador”, nesse pensamento dominante, da mulher tratada como animal de cria ou resumida a seu sexo, resulta uma cultura machista e discriminatória que persiste até os dias de hoje e precisa constantemente de combate. Fatores históricos como estes carregam as vidas femininas de lutas e estas em diferentes âmbitos, pois, a libertação da escravatura deu início à luta pela emancipação e enquanto as “mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas. E essa diferença radical faz toda a diferença” (RIBEIRO, 2003, p. 100).

Marcada pela escravidão, a identidade sociocultural das mulheres negras se apoia em uma identidade de força aguerrida de quem se forjou na luta pela sobrevivência, em um movimento originado a partir da necessidade de defender e gritar suas próprias causas. Nesse contexto, autoras como Djamila Ribeiro (2016) e Angela Davis (2016) levantam dados históricos sobre a mulher negra no Brasil e na América do Norte e deixam evidente que a condição de violência que a escravidão imprimiu na vida e na história das afrodescentes só é quebrada quando uma mulher negra ocupa espaços importantes e nestes faz a diferença sendo referência de feminilidade e partícipe da sociedade. Para isso, Ribeiro (Ibid., 2016) luta contra os silêncios e defende as vozes das mulheres negras e de outros grupos onde essa negritude se encontre abafada pelas impossibilidades de ser.

Portanto, posicionar-se contra hegemonias caracterizadoras de verdades únicas, defender e ocupar lugares, dar as meninas, adolescentes, jovens, mulheres e idosas negras um espaço potente de atuação e emancipação para que nasçam, cresçam e vivam sabendo que elas mesmas podem ser referências de quem elas querem ser no presente e no futuro imprime e fortalece um conceito de sociedade que constitui espaços através da luta pela necessidade e pelo direito de falar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de traçar um breve panorama acerca do papel da mulher negra na vida social e familiar na formação do Brasil, a partir da revisão bibliográfica de autores que trazem em seus escritos a historicidade dessas mulheres que, arrancadas de suas origens culturais, de seus amores e de si mesmas, enfrentaram as piores vicissitudes que um ser humano pode passar.

A trajetória da mulher negra que se forjou na labuta árdua do trabalho escravo e que na contemporaneidade ocupa os espaços, mesmo que muitos muros ainda lhes cerceiem o ser e o estar, ela luta e procura romper com lugares estereotipados da mucama, da mulata sensual, da cozinheira, da doméstica, da babá, enfim enfrenta lugares de movimento e de resistências para construir caminhos e assumir qualquer papel que lhe seja de desejo.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher negra. Feminismo negro. Sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: A formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Uma perspectiva brasileira. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. v. 13 n. 24, p. 99-104, nov. 2016.



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO DE CRUZ ALTA

VIEIRA, Camila Kuhn¹

SILVA, Carine Nascimento da²

BIANCHI, Patrícia Dall’Agnol³

PERANZONI, Vaneza Cauduro⁴

INTRODUÇÃO

A inserção de alunos com deficiência no ambiente universitário aumenta no decorrer dos anos, pois segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Censo da Educação Superior de 2009, publicado em 2010, revelou que as 2.314 Instituições de Ensino Superior (IES) que participaram do estudo, “registraram 5.954.021 matrículas em 28.671 cursos de graduação presencial e a distância” (INEP, 2010, p. 09).

Ressaltando assim, que há 20.019 alunos com algum tipo de deficiência matriculados em cursos da graduação, correspondendo em 0,34% do total de acadêmicos, sendo que, a baixa visão teve um percentual mais elevado (30% dos alunos), após a deficiência auditiva (22%) e a deficiência física (21%) (INEP, 2010).

Neste sentido, a responsabilidade social universitária é um método transformador, que abrange vários aspectos relacionados aos conhecimentos produzidos e difundidos na universidade, que visa inserir-se no âmbito sociocultural do acadêmico, promovendo atitudes e ações mediadas pelos princípios éticos, possibilitando a melhoria do desenvolvimento pedagógico do discente (NUNES, PEREIRA; PINHO, 2017). Com isso, a inclusão social torna-se um compromisso fundamental no contexto de ensino-aprendizagem, ocasionando mudanças no paradigma pedagógico, priorizando a igualdade social, cultural e econômica.

1 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista Capes – Código de Financiamento 0001. E-mail: camilakuhn1994@hotmail.com

2 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista Capes – Código de Financiamento 0001. E-mail: kaca_nascimento@hotmail.com

3 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: pbianchi@unicruz.edu.br

4 Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br



Partindo dessa premissa, as IES devem ampliar conhecimentos, romper barreiras sociais e construir ações de inserção educacional as pessoas com deficiência no processo educacional. Portanto, o objetivo desta pesquisa é contextualizar a temática de inclusão social no contexto universitário da Universidade de Cruz Alta. Com isso, vale destacar a missão dessa universidade:

A Universidade de Cruz Alta tem como MISSÃO a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável (UNICRUZ, 2018a, p. 23).

A Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) é uma IES comunitária, com a missão de contribuir no desenvolvimento regional da região que está inserida, através de um compromisso social respeitando e valorizando as diversidades socioculturais. É nesse contexto, que a UNICRUZ a fim de melhor atender as diversidade e complexidades da comunidade acadêmica no aspecto ensino-pedagógico, criou em 2017 o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ (NAIU).

Assim, este estudo caracteriza-se em uma análise descritiva com abordagem qualitativa, do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ. O trabalho buscou divulgar um dos departamentos da Universidade de Cruz Alta - RS, que visa proporcionar acessibilidade e inclusão social para alunos, funcionários e professores da instituição.

Para isso, foi feita uma pesquisa nas diretrizes e estudos científicos que regem este núcleo para divulgação e reconhecimento de sua importância no contexto universitário. Sendo assim, adotou-se a técnica de revisão de literatura através da seleção de publicações atualizadas, análise de documentos da UNICRUZ e o Projeto do Departamento do NAIU. Para tal, foram realizadas buscas nas bases de dados do Google Acadêmico, *Scielo* e em projetos internos da IES, entre os meses de Agosto e Setembro de 2019. Os critérios de inclusão foram artigos com a temática de inclusão social, acessibilidade, educação inclusiva, ensino superior e ensino-aprendizagem publicados no período de 2012 a 2019.

Ao total foi selecionado um arquivo interno da UNICRUZ, sobre a Política Institucional de Acessibilidade da Universidade de Cruz Alta e 27 artigos relacionados ao assunto, porém somente 3 foram incluídos nos resultados desse estudo. O descarte de publicações ocorreu a partir da efetiva análise, pois não coincidiu com a temática e objetivos da presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão de pessoas com deficiência no processo educacional, traz uma preocupação no enfoque pedagógico, pois requer uma mudança no modelo educacional, propondo adaptações na



sistemática de ensino-aprendizagem educação, visando a inclusão dos alunos com metodologias facilitadoras, com base na sua deficiência.

Moreira (2012) corrobora sobre os princípios da educação inclusiva, em que deve-se investir em recursos pedagógicos, formação de docentes, infraestrutura apropriada para o ingresso de alunos com deficiência. Destacando ainda, as políticas institucionais de educação, que devem ter fortalecimento efetivo de órgãos do governo e Estado, para estabelecer a infraestrutura adequada baseado nas demandas e necessidades dos alunos de forma inclusiva.

Desta forma, o NAIU tem a finalidade de prestar esclarecimento sobre as deficiências, por meio de projetos, diálogos com professores e alunos, programas e práticas de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica em geral, a fim de que as atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às pessoas com deficiências sejam dissipadas.

No entanto, vale salientar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, dispõe no Art. 27 (Direito à Educação): “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015, p 01).

Este núcleo (NAIU) possui: um educador especial, que tem como função constatar, preparar e criar recursos pedagógicos e de acessibilidade que diminuam as dificuldades na aprendizagem, considerando as necessidades específicas do discente; também, o núcleo conta com um profissional capacitado na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em que interpreta e/ou traduz os conteúdos pertinentes das disciplinas aos alunos com deficiência auditiva; e, um profissional com capacitação em *Braille* que desempenha atividades aos alunos com perda parcial e/ou integral visual (UNICRUZ, 2018b).

Assim, elenca-se algumas responsabilidades do setor (coordenação/funcionários) NAIU (UNICRUZ, 2018 b):

- Acompanhar atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Ascensão do aditamento da vida social do discente;
- Acolhida especial aos discentes com deficiência;
- Séquito da frequência e aproveitamento acadêmico e das avaliações dos discentes, visando garantir aproveitamento total do acadêmico;
- Atendimento individual ou em grupo aos discentes, com o intuito de ofertar um ambiente de ajuda;
- Criação de uma nova relação e interação entre o corpo docente, docentes e alunos;



- Inclusão dos discentes com deficiência;
- Acesso a todos os tipos de mídias, programas, utensílios de acessibilidade;
- Disponibilizar um profissional intérprete em libras para acadêmicos Surdos ou com alguma patologia que precise de auxílio.

Deste modo, a UNICRUZ estabelece um Plano de Acessibilidade Institucional, que atua mediante as demandas necessárias para auxiliar as pessoas (alunos, funcionários) com deficiência no âmbito ensino-aprendizagem. As formas de acessibilidade que a UNICRUZ oferece são: comunicacional (profissional capacitado em LIBRAS e *Braille*), física (mapas e pisos táteis, banheiros e elevadores com acessibilidade), pedagógica (profissional capacitado em educação especial), atitudinal (projetos de extensão que promove a inclusão) e digital (laboratório de informática com computadores, fones de ouvido e teclado em Braille com softwares específicos para promoção da acessibilidade) constituindo assim, um processo de inclusão com integração social (UNICRUZ, 2018 a). Por fim, ressaltamos, que a educação inclusiva em todas as áreas educacionais torna-se fundamental para a transformação social e construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como perspectiva discorrer as atribuições, princípios, funcionamento do NAIU/UNICRUZ para a comunidade acadêmica em geral, a fim de contribuir e difundir ações e propostas de inclusão social a outras instituições de ensino superior. Em que, a inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional, permite uma inserção social e prioriza uma igualdade social, cultural e econômica.

Assim, conclui-se que, educação inclusiva é um método de ensino facilitador, em que atenta-se para as diversidades, complexidades e necessidades do aluno. E, portanto, todas as áreas educacionais (Educação Básica, Ensino fundamental e médio e Ensino Superior) têm o compromisso em construir e/ou promover a educação inclusiva, quebrando barreiras atitudinais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Direitos humanos. Deficiência.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.146**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília- DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso: 17 set 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior de 2009**. Resumo Técnico. Brasília [DF], 2010.

MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas inclusivas no ensino superior: da implantação à concretização In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Org.). **Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar**. Marília: ABPEE, 2012, p. 97- 108.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 165-177, 2017. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/153068/10011>. Acesso em: 20 set 2019.

UNICRUZ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Cruz Alta-RS, 2018 a.

UNICRUZ. **Política Institucional de Acessibilidade Universidade de Cruz Alta**. Cruz Alta- RS, 2018 b.



A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL

SILVA, Marielle Machada da¹

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade onde se tornou cada vez mais comum presenciarmos ou ouvirmos relatos e notícias a respeito da violência contra a mulher, seja ela física, psicológica, sexual ou de qualquer outra natureza. Em virtude desses fatos, este resumo possui como objetivo geral discutir e analisar a violência contra a mulher e seu impacto na saúde mental dessas vítimas, buscando conscientizar a todos a respeito desta problemática, através do método de revisão bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde meados do século XX, quando o movimento feminista começou a ganhar força no Brasil, as mulheres começaram a lutar por mais respeito, igualdade e direitos que anteriormente, apenas os homens possuíam. Tiveram a oportunidade de conquistar inúmeros direitos, como por exemplo, o direito ao voto, ocorrido em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas. Além disso, o movimento também destacou-se por visibilizar e denunciar casos de violência contra a mulher e manifestar abertamente, o que antes ficava oculto no âmbito conjugal ou familiar.

No entanto, mesmo com o apoio do movimento, com os direitos adquiridos e as lutas por igualdade, ainda nos dias atuais, as mulheres sofrem, pelo simples fato de serem mulheres. O machismo e o preconceito ainda se encontram bastante enraizados em nossa cultura patriarcal, fazendo com que muitos homens, sintam-se superiores perante o sexo feminino, acreditando possuir o direito de humilhar, agredir ou praticar qualquer tipo de violência contra a mulher, sendo que, independentemente do tipo de violência, se esta for praticada contra a mulher, deve ser compreendida como violência de gênero.

Conforme as autoras Casique e Furegato (2006), a violência de gênero é aquela exercida pelos homens contra as mulheres, onde o gênero do agressor e o da vítima estão intimamente ligados à explicação desta violência, afetando as mulheres pelo simples fato de pertencerem ao

¹ Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santo Ângelo, Curso de Psicologia, Santo Ângelo, RS, Brasil. E-mail: ma.ri.elle@hotmail.com



sexo feminino, ou seja, é a violência praticada pelos homens como forma de manter o controle e o domínio sobre as mulheres.

Conforme os autores Silva, Falbo e Cabral (2009), a diferença de gênero atribuí ao homem poder e força física e concede à mulher, características de fragilidade e submissão. Para Fiorini (2008), a violência implica um ataque a um sujeito e com frequência, provoca efeitos catastróficos na subjetividade da vítima. Sendo assim, a violência pode ser considerada um evento traumático e como trauma, poderá acarretar em diversos impactos negativos na saúde mental de quem vivencia esse evento.

Para Giffin (1994), nas sociedades ocidentais, o conceito sobre masculino/feminino já estão embutidos na cultura e refletem uma polaridade onde os pares são considerados opostos e excludentes. Esta dualidade afirma que o homem é ativo e a mulher é passiva, os homens são identificados como “razão” e as mulheres como “emoção”. Estas concepções sobre o que é ser homem ou mulher estimulam a produção de violência, na medida em que um se julga superior ao outro e busca submeter o outro aos seus interesses e desejos. Nesse momento, é comum que os conflitos se manifestem e que a violência comece a surgir.

A elaboração de uma lei específica para combater a violência contra as mulheres, ou seja, violência de gênero, foi resultado de muita luta, trabalho e mobilização dos movimentos feministas, potencializado pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres da Presidência da República. A Lei 11.340/2006, denominada de Lei Maria da Penha, baseia-se em normas e diretrizes consagradas na Constituição Federal, visando eliminar todas as formas de violência contra a mulher.

De acordo com Brasil (2006), a Lei Maria da Penha, afirma que toda a mulher, independentemente de sua classe, raça, etnia, orientação sexual, cultura ou idade, goza dos direitos fundamentais que constituem a pessoa humana, assegurando-lhes oportunidades e facilidades para desfrutarem de suas vidas sem violência, buscando preservar sua saúde física e mental, seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Conforme Silva et al (2005), a violência pode apresentar diversos impactos para a saúde física e mental da vítima, como por exemplo: doenças psicossomáticas, síndrome do pânico, depressão, transtornos de ansiedade, distúrbios alimentares, tentativas de suicídio e etc.

Segundo a RNFS (2002), além dos problemas que se manifestam e causam impacto na saúde física e mental, a violência também diminui a qualidade de vida da mulher, afetando sua capacidade produtiva, seu rendimento profissional e sua forma de se relacionar na sociedade.

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2017), é necessário promulgar leis e formular políticas que busquem amparar as mulheres e prevenir a violência de



gênero, através de abordagens que discutam sobre a discriminação contra as mulheres, visando promover a igualdade de gênero, apoiando e adotando normas culturais mais pacíficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que ao longo do tempo as mulheres conseguiram conquistar inúmeros direitos dentro da sociedade e encontram-se amparadas e protegidas pela Lei nº11.340/2006, ou seja, a Lei Maria da Penha, que inclusive, foi uma grande conquista para as mulheres e um significativo avanço no combate da violência de gênero. No entanto, apesar de tudo isso, ainda há muita disparidade em nossa sociedade, entre homens e mulheres, o que acaba estimulando a perpetuação da violência nos dias de hoje.

Com base nos artigos analisados através desse trabalho, é possível concluir que, a violência contra a mulher, acarreta em diversos males para a saúde física e mental das vítimas, muitas vezes, desencadeando traumas que contribuem para o aparecimento de doenças como a depressão e a ansiedade.

Dessa forma, é essencial que existam cada vez mais políticas que possam promover a conscientização das mulheres frente a qualquer tipo de violência, para que essas vítimas saibam identificar esses atos e consigam buscar ajuda, porém, também se faz necessário que os profissionais que atuam neste campo estejam preparados para acolher e auxiliar de forma sensível e eficaz as mulheres que buscam seus cuidados. Sendo que, um dos principais fatores desencadeantes da violência, é justamente a cultura patriarcal e o machismo existente em nosso meio social, que impõe diferenças aos gêneros, contribuindo para a perpetuação dos mais diversos tipos de violência.

Levando-se em consideração esses aspectos, para que a violência contra a mulher diminuísse, seria fundamental que em nossa sociedade houvesse uma desconstrução em relação às “diferenças” entre homens e mulheres, visto que, o nosso meio social é um grande influenciador de comportamentos machistas e violentos contra as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher. Violência. Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº11.340 de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 maio 2019.



CASIQUE, Leticia; FUREGATO, Antonia. **Violência contra mulheres:** reflexões teóricas. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421865018.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

FIORINI, L. G. Introducción. In: FIORINI, L. G. (Org.). **Los laberintos de la violencia** Buenos Aires: Lugar Editorial: Asociación Psicoanalítica Argentina – APA, 2008, p. 13-28.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (Suplemento 1), p. 146-155, 1994.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Folha informativa:** violência contra as mulheres. 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em: 22 maio 2019.

REDE NACIONAL FEMINISTADE SAÚDE — RNFS. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos.** Violência doméstica: a face perversa das relações de gênero. São Paulo, nov. 2002.

SILVA, M. A.; FALBO NETO, G. H.; CABRAL Filho, J. E. Maus tratos na infância de mulheres vítimas de violência. **Psicologia em Estudo**, 14(1), p. 121-127, 2009.

SILVA, Luciane et al. **Violência silenciosa:** violência psicológica como condição da violência física doméstica. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2007.v11n21/93-103/>. Acesso em: 16 maio de 2019.



BULLYING NO ENSINO SUPERIOR: COMPREENDENDO OS FENÔMENOS SOCIOEDUCATIVOS

SILVA, Carine Nascimento da¹

VIEIRA, Camila Kuhn²

PERANZONI, Vaneza Cauduro³

INTRODUÇÃO

O bullying consiste na prática de ações violentas, propositais e repetidas provocadas por um indivíduo, geralmente sem causa coerente, ocasionando mágoas e aflição na vítima. Destaca-se que, geralmente, ocorre em um contexto de relação desigual de poder, que consequentemente, tornam possível a intimidação da vítima (ADORNI; CESTARI, 2015). O termo Bullying, utilizado no dialeto português, tem origem no termo inglês. Diante disso, ele expressa uma amplitude no âmbito de sua ação negativa, que tem significado “uma forma de afirmação de poder interpessoal através da agressão” (NETO, 2005, p. 165).

Este tipo de agressão está presente nas instituições de ensino há muito tempo, porém, somente na década de 90, cientistas começaram a pesquisar este assunto, visando compreender sua significância para o meio social (GERONASSO; ENS, 2012). Os pesquisadores buscaram estudos sobre esta temática devido aos aspectos preocupantes que vem causando, pois, atualmente o bullying está se disseminando em todas as classes sociais, faixas etárias e territórios, permitindo uma investigação sobre as possíveis formas de agressão causadas, bem como buscando identificar as vítimas ou testemunhas. Cabe destacar que, nas três situações mencionadas, ocorre um sofrimento psíquico podendo acarretar sérias complicações biopsicossocial (NETO, 2005).

Tendo como eixo deste estudo o bullying e suas possíveis consequências ao meio social, esta pesquisa teve como objetivo principal, diagnosticar e programar ações efetivas para o reconhecimento do comportamento agressivo (ação e vitimização) – Bullying, visando analisar a evolução do bullying e dos seus efeitos tanto na vítima como no agressor dentro do contexto do ensino universitário, nos meses de março de 2016 a fevereiro de 2017.

1 Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Bolsista CAPES. E-mail: kaca_nascimento@hotmail.com

2 Universidade de Cruz Alta, (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Bolsista CAPES. E-mail: camilakuhn1994@hotmail.com

3 Universidade de Cruz Alta, (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br



A partir de uma pesquisa do tipo analítico transversal, que se baseou em 3 etapas, sendo que a primeira se fez pela aplicação de um questionário, construído pelos pesquisadores, apropriado para as respostas acadêmicas, com a participação dos alunos de três cursos de graduação da Universidade de Cruz Alta. A escolha dos cursos, de modo geral foi aleatória, entretanto, optou-se pelos cursos do Centro de Saúde da UNICRUZ, o qual há um maior número de acadêmicos, totalizando 1.020, estudantes dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Enfermagem.

Os resultados desta aplicação determinaram a prevalência, incidência e consequências do bullying no ensino superior, delineando a percepção espontânea dos alunos sobre a existência desta prática e seus sentimentos sobre isso. A segunda etapa consistiu na análise dos resultados, que buscou informar a Direção de Centro, bem como o corpo docente da instituição, sobre as possíveis implicações, definindo quais as estratégias deveriam ser utilizadas frente aos acadêmicos vitimados e agressores, através de uma análise estatística representadas por tabelas no programa Excel e gráficos. Por fim, a terceira e última etapa, consistiu na busca de estratégias de orientação, apoio e proteção dentro do contexto da Universidade pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos provêm das respostas dos questionários, sendo que 221 alunos responderam, de um total de 1.020. Em relação aos questionários respondidos, 73 participantes foram alunos do curso de Enfermagem, 32 do curso de Agronomia e 116 do curso de Medicina Veterinária.

A idade dos acadêmicos entrevistados variou de 17 a 41 anos, entretanto, no quesito idade, foi possível observar que há uma prevalência de alunos com 18 anos e uma minoria entre 39 a 41. Ainda, observou-se que há um maior índice de acadêmicos do gênero feminino (144 alunas) e em menor quantidade do gênero masculino (77 alunos). Percebeu-se que o público entrevistado, na sua maioria, já se encontra na fase adulta, qual se imagina que se tenha menor índice de bullying, porém, ao serem questionados se já haviam sofrido bullying no âmbito universitário, 40 alunos, afirmaram ter passado por uma situação constrangedora, considerasse um número grande de pessoas adultas que já sofreram bullying, o que deu um impulso maior para a pesquisa. Isso mostra que não é por serem adultos, que não haja bullying e atos que afetem a vida social e/ou profissional.

Estes dados se relacionam com uma pesquisa realizada com 15 adultos do sexo masculino, com histórico escolar de bullying, o qual foi medido através de um questionário. As consequências a longo prazo do bullying, são mais amplos e persistentes do que se relata na literatura, podendo ser relativo ao trauma de um abuso infantil, apresentando doenças do Sistema Nervoso Central,



que afetava de modo agravante a vida daquele adulto (CARLISLE; ROFES, 2007). Nota-se que o bullying traz danos para a vida do ser humano, portanto, deve-se haver uma intensa investigação e preocupação sobre a temática, inclusive na área da saúde e ciências sociais.

Em relação ao lugar onde essas atitudes são vistas e/ou vividas obtivemos um resultado surpreendente, mas infelizmente ao mesmo tempo já esperado, 101 acadêmicos responderam que a maioria dos casos de bullying são em sala de aula e 63 alunos, responderam que ocorria nos corredores da universidade, destacando as atitudes de preconceito e fofocas. Percebe-se que o bullying também está relacionado ao preconceito, tanto com o racismo como a homossexualidade dos alunos, causando constrangimento e intimação. Diante destes dados, ressalta-se a necessidade de suporte e apoio para mitigar casos.

Outro estudo feito anteriormente a este (em 2014), relatou que há uma maior incidência do bullying entre os estudantes do sexo masculino, que vai ao contrário dos dados desta pesquisa, o que se conclui que isso muda de universidade para universidade e é relativo. Porém, foi relatado que há maior ocorrência dessa prática na sala de aula, assim como os dados dessa pesquisa, confundindo o bullying com uma brincadeira, fazendo esse ato violento seja visto como algo engraçado e não considerado agressão (FONSECA, et. al, 2017).

Além disso, vale ressaltar que estas brincadeiras ocorrem em diferentes faixas etárias e até mesmo entre professor e aluno. Conforme respostas dos questionários, 65 alunos afirmaram que um professor já humilhou/constrangeu alguém em sala de aula. Os alunos relataram ainda que a maior ocorrência dessa atrocidade é durante apresentações de trabalho, na frente dos outros acadêmicos e ainda, tendo casos durante a prova e em campos de estágio. Não somente o professor pode realizar o bullying, mas também o aluno pode realizar com o professor, metade dos pesquisados responderam que já realizaram alguma brincadeira ou ato intimidador para/com o professor.

A maioria dos alunos, responderam que nunca realizaram práticas de atitude humilhante e poucos responderam que em algum momento devem ter cometido bullying em brincadeiras com amigos, referentes ao gênero, a raça, religião e até mesmo ao fato de ser bolsista. Por mais que a resposta foi referente a brincadeira com amigos, não devemos ofuscar a realidade de intimidação e danos biopsicossociais e tratar esses casos como irrelevantes. Pois este, pode acarretar danos irreversível e atrapalhar os acadêmicos no futuro mercado de trabalho.

Quando isso ocorre, de acordo com os pesquisados, os mesmos recorrem aos amigos, pois não tem para quem contar e/ou pedir apoio. Ressalta-se a importância, de uma orientação, viado o apoio e acompanhamento, diminuindo os casos de intimidação. Inúmeras vezes, as práticas de bullying é caracterizada como um ato normal, confundida com brincadeiras, sendo ignorados



ou pouco valorizadas, porém, merece uma atenção especial, por mais que se trate de indivíduos adultos e independentes, o ambiente universitário é um ambiente de construção, estabelecido com princípios de convivência em sociedade, de respeito ao próximo e de profissionais éticos que vão exercer um papel importante no mundo, até mesmo construindo uma sociedade com novos pensamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar a percepção dos alunos em relação ao bullying universitário, através de questionários aplicados na Universidade de Cruz Alta, demonstrando as interfaces do bullying no ensino superior. Destaca-se, a partir deste estudo, a preocupação em investigar e debater este assunto, pois se trata de indivíduos que estão construindo uma carreira-formativa. Adicionalmente, pode acontecer casos de bullying no ambiente de trabalho, portanto, o ato de conhecer este tipo de violência pode mitigar atitudes violentas.

Além disso, o bullying tem-se ampliado nos últimos anos, tornando-se um fenômeno preocupante para profissionais da educação e alunos, bem como a comunidade em geral, devido as consequências biopsicossociais que essa violência causa. Diante disso, situações de bullying podem gerar danos irreversíveis, tanto nas vítimas, como nos agressores ou nas testemunhas, refletindo na futura carreira profissional e na sociedade em que vivem.

Sendo assim, conclui-se que é necessário estabelecer ações a serem desenvolvidas de apoio e orientação e até mesmo de prevenção, pois é de extrema relevância enfatizar que o ambiente do ensino superior, está formando novos profissionais, os quais, com suas variadas funções, são capazes de moldar o mundo atuando e construindo uma nova sociedade. Além disso, é importante realizar-se novas pesquisas nesta área, pois há uma grande escassez de estudos científicos a respeito.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade. Social. Agressão.

REFERÊNCIAS

ADORNI, Dulcinéia da Silva; CESTARI, Fernanda Giselle Moraes do Vale. Bullying na concepção de professores do Ensino Fundamental. **EDUCERE. XII Congresso Nacional de Educação**. PUCPR, 2015.



CARLISLE, N.; ROFES, E. **School bullying**: do adult survivors perceive long-term effects? *Traumatology*, 2007.

FONSECA, Kellma Bianca Cardoso. Incidência do bullying nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, jan./abr. 2017.

GERONASSO, J. E. S.; ENS, R. T. Bullying: políticas e representações sociais de professores da escola básica. **Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente**, 2012.

LOPES NETO, Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n.5, 2005.



CINOTERAPIA E EQUOTERAPIA COMO MOTIVADORA E FACILITADORA DO PROCESSO TERAPÊUTICO E DE INCLUSÃO SOCIAL

SILVA, Carine Nascimento da¹

VIEIRA, Camila Kuhn²

PERANZONI, Vaneza Cauduro³

INTRODUÇÃO

A Equoterapia e Cinoterapia, como uma forma de terapia com animais, despertou o interesse dos vários profissionais da área multidisciplinar, principalmente das no contexto da saúde e educação, pois é adequado ao indivíduo, resultando em benefícios de forma recíproca, oferecendo aperfeiçoamento nos aspectos de autoestima, bem-estar, respeito e companheirismo, quando há o contato do animal com o indivíduo (DOTTI, 2014).

O tratamento Equoterápico, é uma terapia utilizada na área da saúde equitação e educação, por um staff interdisciplinar bem como multiprofissional, usufruindo do cavalo como motivador e facilitador do processo terapêutico e inclusivo, contribuindo de forma positiva no desenvolvimento global do participante, principalmente nos aspectos físicos, motores, cognitivos, sociais, psicológicos e comportamentais (ANDE-BRASIL, 2010, p. 45). A prática de Equoterapia, utiliza o cavalo, em todos os procedimentos de equitação e ação equestres, sendo que ele é o grande motivador terapêutico, que através de seus movimentos transmite ao praticante o controle postural, psicomotor, tônus musculares, além de melhorar a força e a flexibilidade, valorizando a autoridade motora.

Abordando a Cinoterapia, pode-se afirmar que ela é uma proposta de terapia inovadora, que utiliza cães como terapeutas para o crescimento integral de pessoas deficiência ou com algum déficit. Essa terapia teve início por volta do século XVIII, na Inglaterra, sendo que, inicialmente, aprovaram os benefícios pedagógicos, psicológicos, sociais, de saúde, entre outros benefícios (CAPOTE, 2009).

1 Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Bolsista CAPES. E-mail: kaca_nascimento@hotmail.com

2 Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Bolsista CAPES. E-mail: camilakuhn1994@hotmail.com

3 Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br



Na cidade de Cruz Alta – RS, essas terapias ocorriam até o ano de 2017 no Centro Equoterapia EASA/UNICRUZ, na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, sendo um projeto de extensão da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Entretanto, no ano de 2018 ocorreu a troca de local, sendo que a Equoterapia passou a ser realizada no Hospital Veterinário da Universidade de Cruz Alta, se tornando um Centro de Equoterapia Unicruz – CEU. Já a cinoterapia passou a ocorrer em um asilo da cidade de Cruz Alta.

As terapias que, são realizadas no Centro de Equoterapia Unicruz, buscam contemplar pessoas com deficiência em diferentes fases do desenvolvimento humano e com indicação médica para a terapia de escolas, centros/clínicas de assentimento de saúde e pedagógicas.

Através das terapias, busca-se oferecer um tratamento que proporcione melhorias nos aspectos biopsicossociais das diversas pessoas que frequentam, tendo como abordagem a esfera lúdica e divertida. Assim, ocorrem a realização dos diversos exercícios, auxiliando na socialização, autoconfiança e estimulação da memória, desenvolvida por um afazer em staff interdisciplinar, viabilizando uma boa qualidade de vida aos participantes de equoterapia e cinoterapia com novas perspectivas no âmbito da inclusão social. Refletindo a necessidade de atividades que envolvem a terapia e suas práticas, o presente estudo tem como propósito contextualizar a transcendência das terapias assistidas por animais, Cinoterapia e Equoterapia, ofertadas a comunidade de Cruz Alta e região através dos projetos de pesquisa e extensão da Unicruz.

Para isso, o estudo foi realizado através de uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, visando relatar como ocorrem os atendimentos e como a cinoterapia e equoterapia proporcionam melhoras nos pacientes. No CEU os participantes são orientados através da designação médica, provenientes de Clínicas de Saúde, ambulatórios de assentimentos fisioterapêuticos, escolas regulares e escolas especiais. Em relação a cinoterapia os idosos são selecionados conforme afinidade com o cachorro, essas atividades com animais são exercidas uma vez por semana, em dois turnos (manhã/tarde). Para participar das atividades, os praticantes assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e Termo de Imagem - TI. Com a realização das atividades, são feitos relatórios diários, atentando para os avanços dos praticantes.

Os participantes são atendidos através da relação com o animal e assim desenvolvem um meio de socialização por meio de técnicas terapêuticas e pedagógicas, sempre com orientação do terapeuta. Ainda são supervisionados pelos professores responsáveis, bem como com o acompanhamento do adestrador nos atendimentos de cinoterapia e do equitador nos de equoterapia. Atualmente está sendo utilizado dois cães, um da raça *bulldogue inglês* e um da raça *Golden Retriever* e três éguas quarto de milha na equoterapia, que passam por uma conferência médica, devendo atender as exigências de saúde animal, autorizado por um médico veterinário.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Terapia Assistida por Animais - TAA foi inserida no Brasil na década de 60, por intermédio da psiquiatra Nise Silveira, que observou as dificuldades que seus pacientes possuíam quanto o contato com humanos, pois possuíam esquizofrenia. Partindo disso, ela principiou a terapia com a presença de animais (RODRIGUES et al., 2012).

A organização americana *Delta Society*, por volta dos anos de 1996, denominou essas terapias, como Atividade Assistida por Animais - AAA e Terapia Assistida por Animais - TAA. Na TAA, juntamente com o adestrador ou o equitador, é necessária a presença de um profissional do espaço da saúde ou psicólogo para que ocorra a terapia assistida, sendo direcionada para a promoção da saúde física, social e emocional do paciente. Ainda, necessita de um profissional de veterinária para realizar acompanhamentos periódicos nos animais envolvidos. Diante disso, percebeu-se que o projeto de Cinoterapia e Equoterapia, seguem essa necessidade, com adestrador e equitador.

A cinoterapia é mais um recurso disponibilizado para auxiliar no tratamento de pacientes hospitalizados/institucionalizados. Com ela, é possível observar benefícios significativos, visto que a companhia do cão ameniza a imagem destes locais e traz um clima mais aconchegante. Tal intervenção objetiva contribuir para/com a saúde e o bem-estar dos indivíduos assistidos, sob aspecto emocional, social, cognitivo, educacional, lúdico e terapêutico (RODRIGUES et al., 2012). Diante disso, pode-se dizer que o animal regiamente reduz o estresse da institucionalização, proporcionando abertura para o terapeuta e uma melhor amizade, conseguindo desenvolver a terapia e o tratamento com maior potencialidade.

Ainda, percebe-se que os idosos, com o envelhecimento biológico, têm várias mudanças e perdas, sendo que a abordagem de atividades com animais e o auxílio da ludicidade, influem como facilitadores, acalmam os efeitos das perdas e dor, melhorando os aspectos biopsicossociais e o vínculo afetivo com a instituição asilar.

Já a Equoterapia através de práticas com o cavalo, possibilita estratégias de equitação e ações equestres, para alcançar o desenvolvimento global, a reabilitação e a educação pedagógica do praticante. Segundo Uzum (2005), o cavalo requer a participação do corpo completo, proporcionando o desenvolvimento do tônus e da força muscular, bem como o relaxamento, a conscientização do próprio corpo, equilíbrio, coordenação motora, o desenvolvimento da atenção, autoestima, entre outros aspectos. Esses benefícios são trazidos através dos efeitos dos movimentos do cavalo, que é tridimensional, (SILVA; AGUIAR, 2008).

Nos atendimentos, o cavalo ocasiona vibrações que causa um bem-estar ao paciente, ficando nítido que aquele momento é único, um momento de alegria e felicidade. Nota-se assim, que a TAA proporciona ligação com a natureza, culminando no desenvolvimento de sentimentos



positivos, reduzindo o isolamento, a solidão. Adicionalmente reduz a ansiedade, promove estímulo físico e emocional e ainda reforça a autoestima. Diante disso pode-se afirmar que a relação do homem com o animal proporciona um momento terapêutico, pedagógico e social, auxiliando na recuperação de pacientes com enfermidades ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o animal é de extrema transcendência para a sociedade, desde os primórdios das civilizações. Atualmente, com estudos científicos, é de se considerar que ocorre uma melhora na saúde da população a efetiva prática terapeuta com o auxílio de animais, pois ocorre e desenvolvimento de aspectos biopsicossociais e afetivas, proporcionando momentos alegres para a vida de muitos seres humanos.

Nota-se que o mais importante nesse tipo de terapia é a capacidade de conscientizar diferentes faixas etárias, que elas têm potencialidades e são capazes de (con)viver em sociedade, apesar das diversas questões psíquicas, motoras, física, cognitivas, entre outras.

Pode-se afirmar que quando os animais estão em interação e sintonia com os indivíduos, encontra-se benefícios de alta relevância e significância, facilitando a atividade terapêutica e o contato entre paciente e profissional. Sendo assim, vale demonstrar a importância sobre o assunto, devendo conter mais estudos sobre, pois as possibilidades de intervenção se mostram infinitas, em uma premissa diferenciada de terapia, beneficiando pessoas com diferentes tipos de deficiência, estudantes, comunidade, sociedade, profissionais e até mesmo os próprios animais.

PALAVRAS-CHAVE

Lúdico. Pedagógico. Terapias com animais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA. **Guia para montaria**. Cavaleiros portadores de deficiência física ou mental. Brasília, 2010.

CAPOTE, Patricia Sidorenko de Oliveira. **Terapia Assistida por Animais (TAA) e deficiência mental**: análise do desenvolvimento psicomotor. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo - SP, 2009.

DOTTI, Jerson. **Terapia e animais**. São Paulo: Livrus, 2014.



RODRIGUES, V. et al. **Velhice e institucionalização**: intervenção psicológica por meio da Cioterapia. Trabalho de Pesquisa e Extensão do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS, Brasil. 2012.

SILVA, J. P.; AGUIAR, O. X. Equoterapia em crianças com necessidades especiais. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 6, n. 11, nov. 2008.

UZUN, A. L. L. **Equoterapia**: aplicação em distúrbios do equilíbrio. São Paulo: Veto, 2005.



EPISTEMOLOGIA ECOFEMINISTA: A POLÍTICA SEXUAL DA CARNE E A TEORIA FEMINISTA-VEGETARIANA DE CAROL ADAMS¹

DIOTTO, Nariel²

BRUTTI, Tiago Anderson³

DISCONZI, Nina Trícia⁴

INTRODUÇÃO

Carol Adams, escritora, filósofa, feminista e ativista pelos direitos dos animais, publicou obras que relacionam o vegetarianismo e os direitos dos animais com a violência doméstica e o abuso sexual de mulheres. Uma de suas obras trata, especificamente, da relação entre a opressão das mulheres e a dos animais: “A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana” (1990).

Adams (1990), enquanto feminista, defende a epistemologia ecofeminista, propondo uma análise mais apurada das ligações entre feminismo e vegetarianismo. Além disso, a autora relaciona a prática de comer carne como um elemento fundamental para a continuidade das relações de dominação masculina e do sistema patriarcal. O livro mostra como os animais são consumidos, literalmente (o hábito de comer carne), e de como as mulheres são consumidas, visualmente (o desejo visual de consumo), por meio do acesso sexual a seus corpos estupráveis.

Esse estudo enquadra-se no grupo temático “Práticas Socioculturais em Linguagens e Artes”, pois remete a continuidade de uma cultura carnista/patriarcal, em decorrência das manifestações da linguagem (sexista e especista), que refletem diretamente no estabelecimento de uma cultura que oprime mulheres e animais. Pretende-se pontuar os principais argumentos

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Direito dos Animais da Universidade Federal de Santa Maria (GPDA/UFSM) e ao Grupo de Pesquisa em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta (GPJur/UNICRUZ).

2 Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nariel.diotto@gmail.com

3 Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br

4 Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Direito, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ninadisconzi@uol.com.br



de Adams, acerca da opressão especista/sexista, como forma de fortalecimento do sistema patriarcal/carnista e da construção da masculinidade e da virilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participação feminina é crescente nos movimentos ecológicos e animalistas, principalmente de mulheres que se situam nas práticas feministas, tornando-se oportuna uma reflexão sobre a relação entre esses movimentos e acerca dos desafios teórico-práticos na construção da luta social. Nessa conjuntura, surge o movimento ecofeminista, que relaciona as lutas do movimento com as dos movimentos ecológicos, ambientalistas e animalistas. O ecofeminismo é uma visão teórico-prática do pensamento ecológico, tendo em vista que, por meio das organizações ecológicas e feministas, busca entender as contribuições dessa abordagem na sociedade e orientar “[...] os movimentos que tentam articular as lutas das mulheres com as lutas ambientais” (SILIPRANDI, 2000, p. 1).

A aliança entre o feminismo e o animalismo foi fortalecida a partir da década de setenta, momento em que se iniciaram fortes manifestações da sua vertente vegetariana mais radical. Adams (2018), reconhecida como uma das mais importantes representantes do movimento ecofeminista animalista, relaciona de forma brilhante a opressão sofrida por mulheres e animais:

A objetualização permite ao opressor ver outro ser como um objeto. Assim, ao tratar como objeto esse ser, o opressor o estupra; exemplo disso é o estupro cometido contra as mulheres ao lhes ser negada a liberdade de dizer não, ou o retalhamento de animais, que de seres vivos que respiram são convertidos em objetos mortos. Esse processo permite a fragmentação ou o brutal esquarteramento e finalmente o consumo. Embora chegue a acontecer de, literalmente, um homem comer mulheres, todos consumimos imagens de mulheres durante todo o tempo. O consumo é a efetivação da opressão, a aniquilação da vontade, da identidade separada [...] (ADAMS, 2018, p. 86).

A autora relaciona o consumo da carne animal com a opressão desses seres. Ao lado disso, Adams (2018) traça uma conexão entre o especismo e o consumo de imagens de mulheres, que expostas em propagandas, de forma a salientar seus atributos físicos e objetualizá-las, passam a ser igualmente oprimidas. Descreve o que chama de estrutura do *referencial ausente*, que separa a carne e o animal morto a partir do produto final. O referencial ausente descrito por Adams (2018) trata de manter a carne separada de qualquer ideia de que ela era um animal. O produto final, embalado e pronto para consumo, não remete a ideia de que um dia aquilo teve vida. Compreende-se, por essa via, que “[...] as mulheres são referenciais ausentes em nossa cultura também, sendo vistas como um corpo a ser consumido e usado pela publicidade e de muitos outros modos” (LESSA; CAMARGO, 2014, p. 1). A teoria firmada por Adams (2018) auxilia a compreensão do *modus operandi* de como as opressões estão interligadas.



Por esse viés, o ecofeminismo animalista traz uma proposta de proteção animal abolicionista⁵, criticando sobremaneira o consumo da carne. Adams (2018, p. 244) complementa:

Uma teoria crítica feminista-vegetariana começa, como vimos, com a percepção de que no mundo patriarcal as mulheres e os animais se encontram em situação semelhante: são objetos, e não sujeitos. Os homens recebem no décimo mandamento as instruções de como devem se comportar com as mulheres e os animais [...].

A dominação masculina muito se reflete na cultura enraizada na sociedade, que oprime indivíduos que não façam parte da espécie dominante (homem, branco, *cis*). Adams (2018) buscou contextualizar o consumo da carne dentro desse ambiente de dominação masculina. Para caracterizar a política sexual da carne, a autora apresenta anúncios como objetos de análise das representações culturais que identificam uma política sexual da carne: consumo de mulheres e animais. A partir dessa compreensão, destaca-se “[...]a construção da carne como um alimento capaz de conferir força e virilidade - atributos socialmente considerados masculinos” (CARMO; BONETTI, 2013, p. 2). Nesse sentido, a masculinidade seria constituída pelo consumo da carne e de corpos construídos como comestíveis, como descrevem Carmo e Bonetti (2013, p. 2):

A prerrogativa masculina de comer carne caminha *pari passu* com o padrão valorativo em vigência na escolha do que(m) comer: a carne é considerada o alimento *a priori*, de sorte que legumes, verduras, frutas e grãos são tidos como alimentos de segunda classe e - acrescenta Adams - femininos. A palavra “vegetal” adquire, assim, o sentido de apático, monótono, passivo.

Joan Dunayer (1995, p.12), por sua vez, reafirma essa conexão entre mulheres e animais. Para ela, o uso de termos como “cadela” ou “cadela no cio” pretende desqualificar uma mulher e ao mesmo tempo insultar todas as mulheres, inclusive as fêmeas da espécie animal. Negadas as identidades individuais, elas se fundem em uma visão desdenhosa de ambos os seres. Com isso, as várias comparações e adjetivos relacionados aos animais tem o viés de ofender a dignidade de ambos os seres (mulheres e animais).

Adams e Donovan (1995, p. 293) compreendem que as mulheres sempre estiveram liderando causas que envolvem a libertação animal, o que, para os sexistas, têm sido motivo para rejeitar o movimento ecofeminista. Refutam que a libertação animal implique no vegetarianismo e afirmam que o consumo de carne está fortemente associado à masculinidade. Por essa perspectiva, traça-se uma relação entre a violência contra os animais, presente em atividades de lazer (tais como a caça, um ritual para acalmar a ansiedade masculina), e a formação da identidade masculina, como uma rejeição dos aspectos ligados à maternidade e ao feminino, os quais incluem a (mãe)

5 É crescente o surgimento de adeptos da proteção da causa animal, polarizados por duas frentes com ideias diferentes, com diferentes graus de empatia pelos animais, buscando ações protecionistas de diferentes perspectivas: os abolicionistas e os bem-estaristas. O bem-estarismo é definido como “[...] um sistema que aumenta as gaiolas e as correntes, fingindo que se preocupa com o bem próprio dos animais, mas, em verdade, interessa-se tão somente pelo lucro e pela segurança dos consumidores”. Já os abolicionistas “[...] se opõem a toda e qualquer forma de confinamento dos animais para exploração que beneficie humanos” (FELIPE, 2011 apud BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2017, p. 8).



natureza e os animais. Nesse sentido, a adoção do vegetarianismo tenderia a ocasionar a perda do carnivorismo viril.

Adams (2018) conclui sua obra sobre a política sexual da carne fazendo um convite para uma nova postura política-analítica diante dos animais, voltada a uma relação ética e de consideração dos outros seres vivos como sujeitos e não como meros produtos destinados ao consumo humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação do consumo da carne à masculinidade e à virilidade é um fenômeno habitual, principalmente das representações publicitárias e das próprias práticas culturais, que reforçam estas convenções. Um grande exemplo disso é o hábito cultural do Rio Grande do Sul: os homens assam a carne e as mulheres preparam a salada de maionese. Inconscientemente, os hábitos são incorporados na vida quotidiana e constantemente reproduzidos.

O consumo da carne acaba se constituindo como uma norma, uma regra e, conseqüentemente, como uma pressão social. Dietas que contemplam uma maior variedade de vegetais são, na maioria das vezes, desestimuladas e discriminadas, tratadas como impróprias e carentes. Contudo, na atualidade, os estudos mais avançados na questão nutricional já demonstram que a dieta vegetariana (estrita) é uma das mais completas e equilibradas.

Dessa forma, compreende-se que o carnismo, em uma sociedade patriarcal / especista/ sexista continua sendo estimulado, sendo considerado uma das manifestações de poder de uma cultura de dominação masculina e de estímulo à virilidade. O ecofeminismo, enquanto teoria e movimento social, busca romper com essas barreiras, trazendo uma visão mais ética e consciente em relação ao consumo da carne e o uso dos animais, e também em relação aos diferentes papéis atribuídos aos gêneros.

PALAVRAS-CHAVE

Abolicionismo. Carnismo. Ecofeminismo. Vegetarianismo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: uma teoria feminista-vegetariana. Trad. Cristina Cupertino. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.

ADAMS, Carol J; DONOVAN, Josephine. **Animals & women**: Feminist Theoretical Explorations. London: Duke University Press, 1995.



BAPTISTELLA, Eveline; ABONIZIO, Juliana. O peso dos animais nas urnas: uma reflexão sobre o papel dos animais na política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 22, 2017.

CARMO, Íris Nery do; BONETTI, Alinne. Políticas sexuais da carne. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013.

DUNAYER, Joan. Sexist Words, speciesist roots. In: ADAMS, Carol J; DONOVAN, Josephine. **Animals & Women: Feminist Theoretical Explorations**. London: Duke University Press, 1995.

LESSA, Patrícia; CAMARGO, Michelle. Uma teoria feminista-vegana: a política sexual da carne. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, 2014.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2000.



ANIMAIS NÃO HUMANOS: O RECONHECIMENTO DO STATUS JURÍDICO *SUI GENERIS* AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS¹

ROYER, Fernanda Isabel²

DIOTTO, Nariel³

KEITEL, Ana Luísa Moser⁴

LONDERO, Pablo Renan da Silva⁵

SOARES, Etyane Goulart⁶

ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares⁷

INTRODUÇÃO

As leis brasileiras, atualmente vigentes, tutelam de forma tímida os animais não humanos, tendo em vista que existem leis esparsas, de assuntos comuns (proteção animal e ambiental), as quais colocam os animais em uma posição de desconsideração jurídica em relação aos homens, que, por sua vez, possuem uma amplitude de direitos tutelados.

Nessa direção, este texto sintetiza estudos preliminares de uma pesquisa que tem como tema o Direito Animal e, por conseguinte, a desconsideração moral dos animais não humanos, fato que os proíbe de serem sujeitos detentores de direitos. Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a possibilidade de ampliação da consideração moral do animal e a mudança de seu *status* jurídico, como forma de garantir-lhes proteção.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Direito dos Animais da Universidade Federal de Santa Maria (GPDA/UFSM) e ao Grupo de Pesquisa em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta (GPJur/UNICRUZ).

2 Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br

3 Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nariel.diotto@gmail.com

4 Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: analuisakeitel@hotmail.com

5 Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: pablorenanlondero@hotmail.com

6 Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: etyanesoares@hotmail.com

7 Universidade de Cruz Alta, Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br



Essa pesquisa está vinculada ao projeto em construção, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, voltado ao tema do “Direito Animal”, enquanto ciência autônoma que estuda a condição dos animais e as alternativas para garantir-lhes proteção. A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, bem como estudos bibliográficos, usando o método de abordagem dedutivo. As bases da realização da pesquisa serão estruturadas por material doutrinário, legislação específica e artigos científicos físicos e virtuais. Busca-se, dessa forma, a compreensão da relação especista entre homens e animais e, a partir disso, definir a necessidade de transformar o *status* jurídico dos animais (de propriedade para sujeitos de direito), bem como estimular a proteção da dignidade desses seres que precisam alcançar maior proteção jurídica e constitucional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As relações humanas com os animais são norteadas por muitos conflitos morais, principalmente quando analisado o diferente nível de valoração destinado à vida humana e à vida animal. Essas relações, entre seres conscientes e sencientes⁸, são caracterizadas pela exploração humana em detrimento da vida animal. Tal condição, visão antropocêntrica da superioridade humana, está calcada na visão especista. O emprego da palavra “especismo”, data da década de 70, sendo usada, originalmente, por Richard Ryder, psicólogo britânico pioneiro no movimento de libertação animal. Ryder procurava denunciar a discriminação e os hábitos cruéis que a espécie humana praticava contra os animais, fazendo questionamentos sobre o sofrimento animal e buscando a reformulação do conceito moral dos não humanos (TRINDADE, 2011).

A ordem jurídica classifica os animais como “coisas”, objetos de direito, os quais podem ser definidos ainda como “bens” ou “propriedade”. Contudo, “[...] há pelo menos um direito que é essencial para todos os seres sencientes: o direito a não se constituir como propriedade”. Para defender esse direito, é necessário transformar as relações especistas existentes entre humanos e não humanos, a fim de preservar e perpetuar as espécies animais. Permitir aos animais uma nova valoração moral e jurídica é sinônimo do reconhecimento dos atributos comuns encontrados em outras pessoas, como exemplo, a senciência. (SILVA; KUHNEN, 2015, p. 43-44).

Para que novos conceitos e valores surjam em benefício da causa animal, discute-se sobre a mudança do *status* jurídico do animal (que deveria passar de objeto de direito para sujeito de direitos)⁹. Essa mudança na ordem jurídica poderia trazer benefícios significativos para a

8 Peter Singer (2002), estudioso da causa animal, para definir a senciência animal, já compreendia que “todos os argumentos para provar a superioridade do homem não podem quebrar essa dura realidade: no sofrimento, os animais são nossos iguais”. A senciência, para Singer, diz respeito às capacidades dos animais de ter experiências, de receber e reagir a estímulos de forma consciente, sentir dor e prazer, o que faz deles, muito semelhantes à espécie humana.

9 Sujeito de direito, em síntese, é o ser a que a ordem jurídica assegura direitos e garantias.



reconstrução da valoração moral dos não humanos, tendo em vista que estes passariam a ser detentores de determinados direitos e abrangidos pela tutela jurídica.

O Código Civil brasileiro disciplina o tratamento destinado às pessoas (sujeitos de direitos e portadores de personalidade jurídica) e também aos bens (onde estão enquadrados os animais não humanos). Dessa forma, sendo detentor de personalidade, ao ser humano é garantida a proteção jurídica, pautada em direitos humanos e fundamentais. Por outro lado, aos demais seres vivos, por não se encaixarem no perfil de sujeito de direitos estipulado pela lei e não possuírem personalidade, acabam sendo limitados à categoria de bem. Esses bens fazem parte dos direitos reais, estabelecidos no diploma civil, e estão “[...] sujeitos ao domínio e posse do homem para fins econômicos ou pessoais” (PEREIRA, 2012, p. 181).

Em contrapartida, Regan (2006) defende que “os animais não são seres humanos, mas são possuidores de direitos e sujeitos de uma vida”. Os animais possuem suas próprias individualidades, têm personalidade de acordo com a sua condição, são conscientes de si e possuem linguagem própria. Transformar o seu *status* jurídico é permitir que eles tenham a defesa da titularidade de direitos fundamentais básicos, compatíveis à sua condição e fundamentais à sua existência, tais como a dignidade.

Embora o Brasil possua uma legislação com caráter protetivo aos animais, ainda é carente em relação à real eficiência de suas leis. No ano de 2019, o Senado brasileiro aprovou um projeto que cria natureza jurídica para os animais (Projeto de Lei Complementar 27/2018). Conforme tal projeto, os animais não poderão mais ser considerados objetos, estabelecendo que os animais passam a ter natureza jurídica *sui generis*, como sujeitos de direitos despersonalizados. Eles serão reconhecidos como seres sencientes, ou seja, dotados de natureza biológica e emocional e passíveis de sofrimento. Como foi modificada no Senado, a matéria retorna para a Câmara dos Deputados, para apreciação (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Não há, até então, um estatuto jurídico específico, sendo as leis protetivas dos não humanos esparsas, misturadas nas leis de proteção ambiental, que abrangem o ecossistema, como um todo. Diante desse cenário, surge a necessidade de estender direitos protetivos aos não humanos, igualados ou ao menos semelhantes aos próprios direitos humanos e fundamentais já consagrados aos homens, de acordo com suas especificidades. A mudança jurídica do *status* dos animais é muito importante para o seu reconhecimento como sujeito de direitos e não como mera propriedade, passível das mais variadas atrocidades cometidas pelo ser humano.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os animais ainda possuam o *status* jurídico de “coisa”, sendo tratados como bens, de posse e propriedade humanas, eles devem ser considerados detentores de direitos inerentes à sua natureza de ser vivo e de indivíduos de uma determinada espécie. Fazer do animal um sujeito de direitos é uma ideia aceita por muitos doutrinadores, a exemplo de Tom Regan, que se refere aos animais como “sujeitos-de-uma-vida”.

No decorrer deste texto, procurou-se mostrar uma solução para a questão da ineficiência legislativa, a fim de concretizar a proteção integral do animal. Partindo do pressuposto de que os animais devem ser considerados sujeitos de direitos, para que assim sejam respeitados como seres detentores de direitos inerentes à sua existência, busca-se o reconhecimento de um direito animal ou não humano, capaz de positivar garantias fundamentais aos sencientes. Porém, ainda se torna necessário o estabelecimento de uma nova relação entre o animal humano e os não humanos, baseada no mútuo respeito e na mútua dependência. Através dessa relação, será possível que o interesse coletivo predomine sobre o interesse individual, levando a uma nova postura da sociedade para com o meio ambiente e com todos os seres vivos.

PALAVRAS-CHAVE

Animais não humanos. Direito Animal. Sui Generis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Senado aprova projeto que cria natureza jurídica para os animais. **Senado Notícias**, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/07/senado-aprova-projeto-que-inclui-direitos-dos-animais-na-legislacao-nacional>. Acesso em: 6 set. 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais, tradução Regina Rheda. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.

SILVA, Maria Alice da; KUHLEN, Tânia Aparecida. Direitos e cuidados para a proteção da autonomia prática de animais não-humanos. **Revista Internacional Interdisciplinar - INTERthesis**, Florianópolis, v.12, 2015.

SINGER, Peter. **Vida ética**: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade. Trad. Alice Xavier. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.



TRINDADE, Gabriel Garmendia da. As noções de especismo e esquizofrenia moral em foco: um olhar crítico-filosófico de acordo com o pensamento de Gary I. Francione e Richard D. Ryder. **Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS** - VIII Edição, 2011.

